

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**ENTRE O CORREDOR E A ESTÂNCIA:
DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NA APA DO RIO
IBIRAPUITÃ**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Andréia Nunes Sá Brito

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**ENTRE O CORREDOR E A ESTÂNCIA:
DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NA APA DO RIO
IBIRAPUITÃ**

por

Andréia Nunes Sá Brito

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**ENTRE O CORREDOR E A ESTÂNCIA:
DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NA APA DO RIO IBIRAPUITÃ**

elaborada por
Andréia Nunes Sá Brito

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Comissão Examinadora

Pedro Selvino Neumann, Dr
(Presidente/Orientador)

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr (UFSM)

Marcos Flávio Silva Borba, Dr (Embrapa)

Alegrete, 31 de agosto de 2010.

DEDICATÓRIA

Acredito que somos produto do meio, e que nossos trabalhos refletem as vivências e valores construídos em nossa caminhada, a qual nunca fazemos sozinhos. Aqui tem um pouco do desafio de dividir atenção com mãe, pai, companheiro e o “fiote” em plena formação no meu ventre. Esta dedicatória deve ser também um pedido de desculpas ao S. Quida, D. Marlene, Júnior e o nosso Pedro Inácio, que aguentaram mesmo sem poder entender muitas das minhas reações. Tem também as reflexões de muitas prosas com os comparsas Rozalino, Vinícius, Nádia, a colaboração técnica e entusiasta da comadre Liana, do exemplo do camarada Carlos Alende. Do estímulo dos professores e parceiros Paulo Silveira, Vivien Diesel, Fernando Quadros e Marco Antonio Fialho, do pesquisador Marcos Borba. Das conversas com o orientador e amigo Pedro Neumann, que eram a dose periódica e necessária de calmante para prosseguir. Tem também as lições cotidianas de quem dividiu seu espaço e deu ouvidos a “miles” indagações lá no 33 da Acampamento, em especial o Leonardo (Cerde), a Caliandra, a Pat, e, ultimamente, a Aline. Do apoio estrutural e indicações da Adriana e do “Tio Toninho” no Rincão do 28, do S. Eduardo e trabalhadores da Estância da Corunilha em Rosário, da Sec. de Agricultura e Pecuária em Livramento, e da Eridiane para a APA como um todo. E, sobretudo, tem o desprendimento e a hospitalidade de cada mate que compartilhou uma história de vida comigo por esses rincões em que andei: S. Eclaucir e D. Valentina, S. Márcio, D. Joana, S. Martin Antônio, S. Adão, S. Clemente, S. Fio e Sibebe, S. Sidinei, D. Maria Eli, S. Valderi e D. Neiva, S. José João e D. Tereza, S. Sérgio, S. Milton e D. Horizontina, S. Laci, S. Clementino, Juca e Luana, D. Neusa, Mariglei, S. Angelo, D. Sônia, S. Noé, Vanessa e Fernando, S. André e D. Ozane, S. Alexandre, e S. Ramão. Esse trabalho é o reflexo de toda a dificuldade encontrada para transformar tal mosaico de sentimentos e contribuições em algo com feição acadêmica. Mas que tem a cara de toda essa gente e do período que compartilharam parte de suas vidas comigo. A todos estes e aos demais que se sentem parte do que defendo, dedico esta missão cumprida (e cumprida).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

ENTRE O CORREDOR E A ESTÂNCIA: DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NA APA DO RIO IBIRAPUITÃ

AUTORA: ANDRÉIA NUNES SÁ BRITO

ORIENTADOR: PROF. DR. PEDRO SELVINO NEUMANN

Data e Local da Defesa: Alegrete, 31 de agosto de 2010.

A criação das APAs, como unidades de conservação de uso direto, surge da demanda atual de aliar a preservação do patrimônio natural e histórico-cultural nos territórios. Entretanto, preferir a participação da população local nos processos decisórios e reproduzir a idéia de um perfil cultural ligado a um segmento restrito e afastado da realidade local torna contraditória essa possibilidade. Na APA do Rio Ibirapuitã, objeto do presente estudo, esse mesmo conflito se processa, inclusive pelo desconhecimento das características e práticas dos seus moradores. De maneira a contribuir contra tal deficiência, este trabalho propôs-se a caracterizar os limites e as principais dinâmicas evidenciadas entre os grupos sociais típicos do pampa identificados na APA do Rio Ibirapuitã. Para tanto, procedeu-se metodologicamente utilizando-se como principal referência a Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários. Inicialmente, foram buscados dados secundários para a caracterização agroecológica e socioeconômica da região e feitas entrevistas de campo para estabelecimento de pré-tipologias. Nos grupos identificados, a investigação constou de entrevistas semi-estruturadas, observação participante e uso do diário de campo. No tratamento dos dados, foram utilizados a Teoria do Valor Agregado para análise econômica, a análise estatística multivariada e a análise de discurso. Nos resultados, identificou-se, para a região do pampa, a característica campestre intimamente ligada às atividades dos grupos humanos que ali habitaram, desde a pré-história, assim como o perfil socioeconômico ligado estreitamente à pecuária e às disputas demarcatórias do território, configurando a estrutura agrária baseada predominantemente nas grandes propriedades pastoris.

Na caracterização agroecológica da APA identificaram-se 3 Zonas homogêneas, predominando em todas elas a atividade pecuária. Na mais alta, ao sul, a pecuária é hegemônica; na intermediária, a sudeste, divide espaço com lavouras de grãos de sequeiro; e na zona de altitudes inferiores, ao norte, convive com a lavoura de arroz nas várzeas do rio.

A distribuição demográfica segue a lógica dessas zonas, tendo uma frente composta pelas estâncias, centralizada; e outra frente periférica, onde predomina a lógica familiar aglutinando as moradias e formando os Rincões. Nas estâncias são encontrados os tipos de Agricultores do Segmento Patronal, divididos entre Empresariais e Tradicionais típicos e/ou com turismo; nos rincões, os Agricultores do Segmento Familiar, sendo de Origem Estancieira, Assalariados e changueiros, Aposentados, Quilombolas, Comerciantes, ou Ocupantes e agregados. Transitando pelos corredores, entre esses dois pólos, está o Segmento do Proletariado, composto pelos Assalariados temporários e permanentes e pelos Andantes ou teatinos.

Os tipos de sistemas de produção predominantemente praticados nos estabelecimentos constam da Pecuária de corte, subdividida nas combinações de Bovinos e grãos, Bovinos e ovinos, Bovinos, ovinos e “plantas de cercado”; e do Arroz. Destacam-se nesses tipos de sistemas as relações de trabalho, gênero, e com o ambiente. E, nas estratégias engendradas, sobressaem-se as do “gado de corredor”, do arrendamento “por cabeça”, das vendas conjuntas, do turismo e do marketing ambiental. Constata-se, diante desse cenário, a necessidade de reconhecer e atuar na mediação entre tais relações, de modo a diminuir as discrepâncias entre os segmentos sociais e aproveitar o conhecimento tradicional no sentido da conservação dos agroecossistemas e da herança cultural presentes no Bioma Pampa.

Palavras-chave: Bioma pampa, dinâmica social, Rincões.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

BETWEEN THE CORRIDOR AND A FARM: SOCIAL AND PRODUCTION DYNAMICS IN THE RIO IBIRAPUITA'S APA

AUTHOR: ANDRÉIA NUNES SÁ BRITO

SUPERVISOR: PROF. DR. PEDRO SELVINO NEUMANN

Date and Place of receiving Master's Degree: Santa Maria, August, 2010

The creation of APAs, as other direct-use units of conservation, come from the current demand of linking the preservation of natural patrimonies and historic-cultural in the territories. However, the lack of participation by the local community on the decision-making processes contradicts this possibility. At the RiO Ibirapuita's APA, site of this study, this same conflict occurs, due to the lack of adequate knowledge on the farmers' characteristics and management practices. In order to cease such deficiency, this study aims to characterize the limits and main dynamics, which were evidenced among the typical Pampa's social groups at the Rio Ibirapuita's APA. To approach that, based on progressive steps, the Analysis and Diagnosis of the Agrarian Systems was used as the main reference. The initial information collected was based on agroecological characterization and socio-economic aspects of the region, as well as, field surveys for the establishment of pre-typology. The assessed groups were submitted to semi-structured surveys, participative observations and, the use a field logbook. For the data analyses, it was used the Aggregated Value theory, multivariate statistical analysis and, speech analysis. The results highlighted for the Pampa region, the rural characteristic related to the human groups that inhabit that region, since pre-historical times. Thus, with the social-economic profile linked to the beef cattle farming activity and to the territorial disputes, the agrarian structure is based on the large sized rural estates.

Through the APA's agroecologic characterization, three homogeneous zones were identified, in all of them, the beef cattle farming activity predominated. In the first zone, the one located at the highest altitude and in the southern part, the beef cattle farming activity is hegemonic; in the second zone, in the southwestern part of the region and located at middle altitude, the cattle farming activity shares land with dryland cereal cultivation and; in the third

zone, in the northern part and at the lowest altitudes, the cattle farming activity occurs concomitantly with the flooding rice fields by the river shore.

The demographic distribution follows the logic of these regions, in one way by being characterized by the large sized farms, and in another, by being dominated by the logical family, which clumps the dwellings and the Rincoes. In the large sized farms we found farmers of the employer segment, divided between business and traditional and / or tourism. In the Rincoes, the farmers of the Family segment are from Estancieira origin, they are also changueiros Employees, Retirees, Quilombo, Merchants, or Occupiers and aggregates. Passing in the hallways, between these two extremes, is the segment of the proletariat, composed by temporary and permanent employees and also by the walkers or teatinos.

The types of production systems predominantly practiced in these establishments include beef cattle farming, subdivided into combinations of cattle and grain, cattle and sheep, cattle, sheep and "crops inside fences," and rice. It is possible to point out the relationship between work, gender and the environment. In addition, it is addressed their unique strategies, of the "cattle corridor", rental of animals "per head", the joint sales, tourism and environmental marketing. It appears under this scenario the need to recognize and act to mediate these relationships in order to reduce the discrepancies between social groups, and enjoy the traditional knowledge towards the conservation of agricultural ecosystems and cultural heritage present in the Pampa Biome.

Keywords: Pampa Biome, social dynamics, Rincoes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis agrupadas segundo sua natureza	29
Tabela 2 – Evolução do número de ovinos tosquiados no estado e municípios integrantes da APA.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos principais ciclos econômicos vivenciados na campanha.....	55
Quadro 2 – Valores econômicos do Arquétipo do Subsistema Pecuária de corte Bovinos e Ovinos.....	92
Quadro 3 – Índices de desempenho econômico do Subsistema Pecuária de corte Bovinos e Ovinos.....	93
Quadro 4 – Valores econômicos do Arquétipo do Subsistema Pecuária de corte Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”.....	99
Quadro 5 – Índices de desempenho econômico do Subsistema Pecuária de corte Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”.....	100
Quadro 6 – Valores econômicos do Arquétipo do Sistema do Arroz.....	103
Quadro 7 – Índices de desempenho econômico do Sistema do Arroz.....	105
Quadro 8 – Combinação entre tipos de estabelecimentos e sistemas de produção identificados na APA do Rio Ibirapuitã.....	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do APA do Ibirapuitã-RS/BRASIL, (IBAMA, 2008).....	24
Figura 2 – Delimitação da grande região do pampa.....	32
Figura 3 – Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul.....	36
Figura 4 – Indicação do local de habitação das tribos Charrua e Minuano entre os Rios Ibirapuitã, Caverá e Pai-Passo, área onde se localiza hoje a APA do Rio Ibirapuitã.....	50
Figura 5 – Localidade de Cerros Verdes (Santana do Livramento), maiores altitudes ao Sul da APA.....	60
Figura 6 – Norte da APA (município de Quaraí, divisa com Alegrete), região mais plana e baixa.....	60
Figura 7 – Mapa altimétrico APA do Rio Ibirapuitã.....	61
Figura 8 – Mapa de Unidades Geomorfológicas da APA do Rio Ibirapuitã.....	62
Figura 9 – Mapa de Unidades de Solo.....	63
Figura 10 – Mapa das Zonas de Intersecção.....	64
Figura 11 – Vista do Rincão do Inferno (Alegrete/Quaraí), formação das grotas (vales) na transição entre Zona 2 Alta e Zona 1 Baixa.....	65
Figura 12 – Localização dos núcleos populacionais em relação às Zonas Homogêneas na APA do Ibirapuitã.....	66
Figura 13 – Casa grande em estabelecimento familiar.....	75
Figura 14 – Vista de algumas moradias no Rincão da Chirca tendo, ao fundo, os chircais.....	78
Figura 15 – Recorte de jornal guardado pelo comerciante Almedorindo, “S. Machado”.....	81
Figura 16 – Gráfico das variáveis qualitativas e binárias nas 21 unidades estudadas.....	108
Figura 17 – Gráfico das Variáveis quantitativas em unidades familiares.....	110
Figura 18 – Gráfico das variáveis quantitativas em unidades patronais.....	112
Imagem 19: Esquiladores trabalhando em uma estância - Rosário do Sul.....	117
Figura 20 – Gado no corredor, APA do Rio Ibirapuitã.....	128

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de informações para entrevista de informantes	157
ANEXO B – Roteiro de informações para entrevista nos Sistemas de Produção	160
ANEXO C – Planilha de origem dos dados para análise estatística.....	164
ANEXO D – Dendrograma das variáveis qualitativas e binárias nas 21 unidades estudadas	168
ANEXO E – Dendrograma das variáveis quantitativas nas unidades familiares	169
ANEXO F – Dendrograma das variáveis quantitativas nas unidades patronais	170

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
1. APRESENTAÇÃO.....	14
1.1. Objetivo Geral	177
1.2. Objetivos específicos.....	177
2. METODOLOGIA.....	18
2.1. A escolha do método	18
2.2. Os procedimentos.....	19
2.2.1. Caracterização inicial	19
2.2.2. Investigação nos grupos identificados	200
2.2.3. Tratamento dos dados.....	203
2.4. Construção de tipologias	24
2.4.1. Tipos de Agricultores (Segmentos sociais).....	24
2.4.2. Tipos de Sistemas de produção.....	25
2.5. Uso da Teoria do Valor Agregado para análise econômica	26
2.6. Uso da análise estatística multivariada	28
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	30
3.1. Pampa, campo e querência.....	30
3.2. A região do Pampa	32
3.3. Uma unidade representativa?	36
4. RECONHECENDO	49
4.1. O contexto regional.....	49
4.1.1. Pampa.....	49
4.2. O lugar.....	58
4.2.1. APA.....	58
4.2.2. Zonas homogêneas.....	61
4.3. Sua gente.....	68
4.3.1. Rincões.....	68
5. COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS.....	70

5.1.	Tipos de Agricultores	70
5.1.1.	Segmento Patronal.....	71
5.1.2.	Segmento Familiar	74
5.1.3.	Segmento do Proletariado.....	84
5.2.	Os Sistemas de Produção Predominantes	86
5.2.1.	Pecuária de corte	86
5.2.2.	Arroz	103
5.3.	Analogia entre os tipos	107
5.3.1.	Contrastando a homogeneidade dos grupos.....	108
6.	APREENDENDO.....	115
6.1.	As relações	115
6.1.1.	De trabalho	116
6.1.2.	De gênero	124
6.1.3.	Com o ambiente	125
6.2.	As estratégias	128
6.2.1.	O “gado de corredor”	132
6.2.2.	O Arrendamento “por cabeça”	132
6.2.3.	A venda conjunta.....	133
6.2.4.	O Turismo	133
6.2.5.	O Marketing ambiental	134
7.	CONSIDERAÇÕES.....	137
7.1.	Rumo da prosa	137
7.2.	Pampa mía.....	137
7.3.	Depois da estância, hay um Rincão.....	139
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

1. APRESENTAÇÃO

A preocupação com os conflitos ambientais evidenciou-se no mundo todo principalmente nas últimas três décadas, derivada essencialmente dos efeitos da artificialização promovida pelo avanço dos processos industriais sobre os recursos naturais. Brito (2008) aponta a criação do Clube de Roma¹ (1968) e eventos como a Conferência de Estocolmo² (1972) como marcos a partir dos quais tem aumentado a pressão por ações internacionais e nacionais para a preservação ambiental. A criação de áreas protegidas entra nesse rol, tanto objetivando a conservação da biodiversidade em áreas prioritárias e/ou representativas, quanto funcionando enquanto laboratórios para a mediação da relação ser humano – natureza na sociedade, relação esta promovida na tentativa de conduzir formas de manejo e convivência com os ecossistemas que tenham como premissa a sustentabilidade, tendo em vista outros modelos de organização social.

Entretanto, a idéia de natureza que predomina nos discursos traz consigo importantes juízos sobre a valoração atribuída aos diferentes ambientes naturais que coexistem em distintas regiões do planeta. Ecossistemas florestais são mais valorizados e, por isso, visados pela sociedade como prioritários na sua preservação. No Brasil todas as atenções estão voltadas, por exemplo, para a floresta Amazônica, mas o Cerrado e principalmente o Pampa passam despercebidos como zonas de importância ecológica. Esses ecossistemas campestres, ou em mosaicos de transição floresta-campo (como na Mata Atlântica em porções do RS, SC e Paraná), tem perdido grandes fatias para o predomínio dos monocultivos agrícolas e florestais. O Pampa cede, cada vez mais, grandes áreas de pastagens naturais à implantação de grandes lavouras de grãos, como é o caso do arroz nas várzeas dos rios e da soja nas coxilhas e, mais recentemente, aos cultivos florestais para extração de celulose.

Durante algum tempo, a própria denominação “pampa” teve um sentido arbitrário, atribuído a diferentes regiões do RS, e o ecossistema regional então conhecido como Campos Sulinos, abrangia todo o sul e parte do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Com a redefinição dos Biomas brasileiros, apresentada em 2004 no Mapa de Biomas³, o Pampa tem as suas delimitações definidas no país a 2,07% do território brasileiro. Ficando restrito a 63% do

¹ Iniciativa que congregou cientistas, economistas e altos funcionários governamentais de diversas partes do mundo, com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, “sistema global”.

² I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano.

³ Construído em parceria formada entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

território sul-rio-grandense, nos quadrantes sul e sudoeste do estado, sendo que os demais fazem parte do Bioma Mata Atlântica.

Outras diferenças, além da composição vegetal e das condições geoclimáticas podem ser percebidas nessas duas regiões que compõem os Biomas localizados no Rio Grande do Sul. São duas zonas mais ou menos uniformes, em que uma tem sido chamada de Metade Sul, em oposição à outra mais ao norte do estado, da qual difere também pela dinâmica econômica menos ativa. Conforme afirma Silva Neto (2006) essas diferenças históricas, econômicas e naturais configuraram duas regiões com dinâmicas bastante distintas no RS. No Sul, houve o predomínio da pecuária extensiva e, no norte, da agricultura, inicialmente em pequena escala. Tais elementos desencadearam processos histórico-culturais que centraram no Sul (Campanha, Fronteira oeste, Missões e Serra do Sudeste) o lócus das estâncias de criação de gado bovino, que se configuraram mais como unidades de demarcação territorial do que de produção agrícola, principalmente durante o período das revoluções e insurreições regionais (séc. XIX e começo do século XX).

A especificidade do modo de vida conduzido no interior do pampa, em função desses condicionantes naturais e socioeconômicos históricos, originou diferentes tipos sociais, diferentemente do que se apregoa para o perfil característico desse ambiente. O habitante do pampa, ou gaúcho, tem um estereótipo bastante divulgado no plano simbólico das manifestações culturais. Esse gaúcho “genérico” habita o imaginário dos centros de cultura e lazer do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) em todo o país e fora dele, configurando-se também como identidade regional. Entretanto, esse plano simbólico conferido ao tipo social chamado gaúcho toma um sentido atemporal e abstrato, muito maior do que sua própria base material de origem, deslocando o olhar analítico do espaço rural do pampa. A própria idealização de uma estância como a célula da cultura local é prova desse deslocamento, que identifica as características de um lugar mais nas estruturas do que nos grupos sociais que as compõem.

A criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ibirapuitã em 1992, enquanto Unidade de Conservação Federal classificada como de uso Sustentável, estava voltada à representatividade e preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e da conformação campestre do Pampa. A implementação desse projeto também se propôs à manutenção da cultura local ligada a este ambiente, no entanto, paradoxalmente, é visível o desconhecimento sobre a população ali existente, sobre a situação dos diferentes tipos de estabelecimentos e de moradores. Isso se deve ao fato de que não há nenhuma proposta concreta para cumprir um

dos objetivos da criação da área, o de “preservar a cultura e a tradição do gaúcho fronteiriço”⁴. Aliás, nem mesmo existe uma definição de quem é esse tipo social ou uma análise de qual seja a sua realidade atual. Também, em decorrência dessas generalizações e representações simbólicas, por muito tempo a imagem do morador desse espaço rural foi intrinsecamente associada às estâncias, ao latifúndio, em função da relação direta estabelecida entre este segmento e a prática da pecuária de corte. Esta visão esconde ainda as diferenciações decorridas intra e interclasses no território em questão, bem como seus determinantes.

Na última década vários estudos⁵ trouxeram à tona questionamentos e fizeram apontamentos semelhantes sobre essa agricultura familiar e, principalmente, sobre a ocorrência de um tipo específico de produtor denominado de “pecuarista familiar”. Esse agente está presente nas regiões de Campo, tanto nos campos de Cima da Serra, quanto na Campanha, Serra do Sudeste e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. A pecuária familiar, mesmo compreendida no conjunto da agricultura familiar, apresenta elementos diferenciais do restante desse grupo, tais como: a forma peculiar de trabalho com a pecuária extensiva (bovinos/ovinos de corte); a pequena rentabilidade/ área - considerando que ocupa áreas relativamente maiores; o fato de estarem, na sua maioria, localizados em ambientes frágeis (Serra do Sudeste / Arenito / Campos de Cima da Serra) e espalhados entre as propriedades maiores, ou concentrados em núcleos comumente chamados Rincões.

Em função desse esquecimento ao qual estiveram submetidos, os produtores da categoria familiar presentes nessa região não puderam acessar direitos, tampouco programas de crédito e assistência técnica adequados. Além do isolamento físico dos centros econômicos vivenciado pela pecuária familiar, esta esteve restrita ao isolamento estrutural e invisibilidade diante do poder público e das configurações do mercado. Entretanto, tal categoria conseguiu garantir sua permanência no território do pampa e esteve de fato intrinsecamente relacionada com a categoria patronal ao longo do tempo. Os espaços, compreendidos até então como vazios nessa estrutura agrária do pampa, estariam então ocupados na realidade por produtores familiares juntamente com outros atores sociais historicamente marginalizados. Os quais, transitando entre essas estruturas ligadas pelos corredores, dinamizam-lhes e lhes dão sentido. Tais evidências provocam questionamentos quanto aos fatores que lhes condicionaram a existência até os dias atuais, assim como as pressões sobre sua ascensão.

⁴ DOU, Diário Oficial da União. Decreto n 529, de 20 de maio de 1992, Declara Como Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Estado do Rio Grande do Sul, a Região que Delimita e da Outras Providencias.

⁵ RIBEIRO (2009), COTRIM (2003), SANDRINI (2005), TORRES (2003), ALENDE (2005).

Diante desse cenário, o presente trabalho traz como indagações: Quais são as dinâmicas e os grupos sociais presentes atualmente no espaço rural dessa região? Como se relacionam? Quais as estratégias que permitiram aos tipos pertencentes à categoria familiar reproduzirem-se econômica e culturalmente, mesmo invisibilizados nesse ambiente? O que os limita para ampliarem essa reprodução?

Procurando responder a estas questões, a pesquisa propõe-se aos seguintes objetivos:

1.1. Objetivo Geral

Caracterizar os limites e as principais dinâmicas evidenciadas entre os grupos sociais típicos do pampa identificados na APA do Rio Ibirapuitã.

1.2. Objetivos específicos

- Identificar os tipos sociais presentes na área de estudo;
- Caracterizar as diferentes estratégias de reprodução sócio econômica dos tipos sociais identificados e analisar os seus elementos determinantes;
- Apontar as principais dinâmicas sociais e produtivas estabelecidas para o território.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, a elaboração deste documento - síntese está organizada em três partes complementares. Uma introdutória, apresentando a metodologia utilizada no estudo e, em seguida, os referenciais bibliográficos em que se basearam as análises e elaborações. A segunda seção refere-se à caracterização agroecológica e socioeconômica do local de estudo, construída a partir dos dados coletados em fontes bibliográficas e a campo. Já a terceira parte concerne nas interpretações sobre relações e dinâmicas estabelecidas no território a partir dos resultados de análises e observações. Também consiste do fechamento do trabalho em suas considerações finais sobre a realidade estudada e perspectivas futuras para essa.

2. METODOLOGIA

2.1. A escolha do método

A teoria da evolução dos sistemas agrários configura-se como uma forma de interpretação do rural, entendendo este espaço, predominantemente, por sua função agrícola. É uma aplicação do enfoque sistêmico, de grande domínio e utilização na biologia, na pedologia, na taxonomia, entre outros, aplicado à sociologia rural. E, na medida em que essa teoria considera a abordagem histórica dos sistemas agrários e a identificação e caracterização específica de diferentes tipos de sistemas de produção, reúne duas grandes escolas: a Leninista, pelo uso da diferenciação de categorias sociais no tempo e no espaço; e a Chayanoviana, pelo referencial na microeconomia (teoria do valor agregado) para análise das unidades de produção agrícola. Segundo Mazoyer e Roudart (2001) “o conceito de sistema agrário é um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de toda a forma de agricultura real através da análise metódica da sua organização e do seu funcionamento.” Conforme Silva Neto (2006), sua aplicação permite estabelecer tipologias regionalizadas na medida em que se considera certa homogeneidade de práticas.

Assim, analisar e conceber em termos de sistema agrário a agricultura praticada num momento e espaços determinados consiste em decompô-la em dois subsistemas principais, o ecossistema cultivado e o ecossistema social produtivo, em estudar a organização e o funcionamento de cada um desses subsistemas, em estudar suas inter-relações. (Mazoyer e Roudart, 2001, p.40)

Para sua utilização aplicada, o método baseia-se na sucessão de passos progressivos, partindo do geral para o particular, procurando um perfil mais explicativo do que descritivo. Como descreve Garcia Filho (1999) “Ele começa pelos fenômenos e pelos níveis de análises mais gerais (mundo, país, região, etc.), terminando nos níveis mais específicos (município, assentamento e unidade de produção) e nos fenômenos particulares (cultivos, criação, etc.).” (p.11)

Portanto, o enfoque diante da realidade vivenciada na região a que se destinou esse estudo parte do princípio que essa área delimitada tem uma dinâmica interna que pode ser particularizada. Porém, não se exclui da análise o fato de que esta realidade é constantemente influenciada por um contexto maior, externo aos seus limites.

2.2. Os procedimentos

2.2.1. Caracterização inicial

Para a operacionalização do Diagnóstico, utilizou-se como suporte o Guia Metodológico elaborado pelo convênio INCRA/FAO (Garcia Filho, 1999). Partiu-se de dados secundários sobre a realidade dos municípios componentes, referentes ao seu histórico, índices sócio-econômicos, evolução dos sistemas de criação e produção. Esta consulta teve como objetivo realizar uma prévia identificação e caracterização sócio-econômica da área em estudo.

Exceto para o mapa de relevo, não havia outros mapas temáticos em escala apropriada (1: 15.000) para a região a ser estudada, mesmo assim foram utilizados como referência os mapas de solos e geomorfologia do RS em escala 1:50.000. Essas características, principalmente o relevo e a geomorfologia, foram escolhidas em função da influência que exercem, juntamente com o clima, sobre as demais, como a distribuição de solos e da vegetação natural. Com a sobreposição desses mapas, foi possível identificar zonas de intersecção, com características similares, às quais chamamos de Zonas Homogêneas. Essa divisão da área também serviu de base para o trabalho de campo, pois, a partir do levantamento e análise preliminar destes dados, elaborou-se o roteiro com questões para entrevista com os informantes-chave nas localidades. Buscando com as entrevistas qualificar estas informações e confirmar mais precisamente as delimitações físicas das zonas homogêneas e a distribuição demográfica nessas regiões.

Foram escolhidas, para iniciar esse trabalho, as regiões que aparentemente teriam população mais representativa e diversidade de tipos sociais, isto é, nas regiões Norte e Leste, de forma a obter o produto final com maior riqueza de informações. Para a caracterização, utilizou-se como instrumento metodológico a entrevista semi-estruturada com informantes-chave das localidades (ANEXO A) e as observações a campo, tendo, como produto, uma pré-tipologia dos Sistemas de Produção⁶ das regiões estudadas, além das entrevistas direcionadas aos moradores antigos e nos pontos de encontro da região. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com os informantes específicos pertencentes a cada sistema de produção (ANEXO B) segundo a tipologia elaborada, buscando caracterizá-los e compreender a racionalidade dos mesmos.

⁶ Caracterização de Sistema na escala da unidade de produção, utilizada para aquelas em que a racionalidade está baseada na produção agrícola, voltando-se para a combinação entre cultivos e criações mais significativos, ou que geram a maior parcela da renda. É realizada através de enquetes que exploram a estrutura e o funcionamento da unidade de produção agrícola.

2.2.2. Investigação nos grupos identificados

Partindo das reflexões sobre esses primeiros materiais coletados, procedeu-se a segunda fase dos trabalhos de campo, em cuja oportunidade foram feitas entrevistas com outros informantes, buscando caracterizar a região Sul, que não havia sido visitada na oportunidade anterior. A seguir, partiu-se para as visitas em algumas das localidades indicadas pelos informantes, bem como nas localidades já visitadas anteriormente, buscando rediscutir a pré-tipologia e o zoneamento e obter dados mais específicos com os representantes dos diferentes tipos de agricultores e de sistemas de produção. Para tanto, foram retomados os roteiros de entrevista semi-estruturada para os informantes e para os representantes dos sistemas de produção. Ademais, foi utilizado o referencial em metodologias de obtenção de dados etnográficos, tais como a observação participante e o diário de campo (Beaud, 2007).

Essas ferramentas complementavam as entrevistas, de modo a capturar os elementos que não ficariam evidentes nas gravações e questionários. Esses elementos variavam conforme o andamento do diálogo em cada estabelecimento, mas estavam relacionados com: o perfil alimentar; os papéis exercidos pelos membros das famílias e a postura de uns em relação aos outros; a postura em relação aos diferentes segmentos sociais do local, identificação grupal; impressão sobre a expectativa dos entrevistados diante de diferentes assuntos (família, trabalho, ambiente e UC). Da mesma forma eram anotadas as percepções sobre a própria metodologia utilizada durante o trabalho, de modo a refinar o método para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

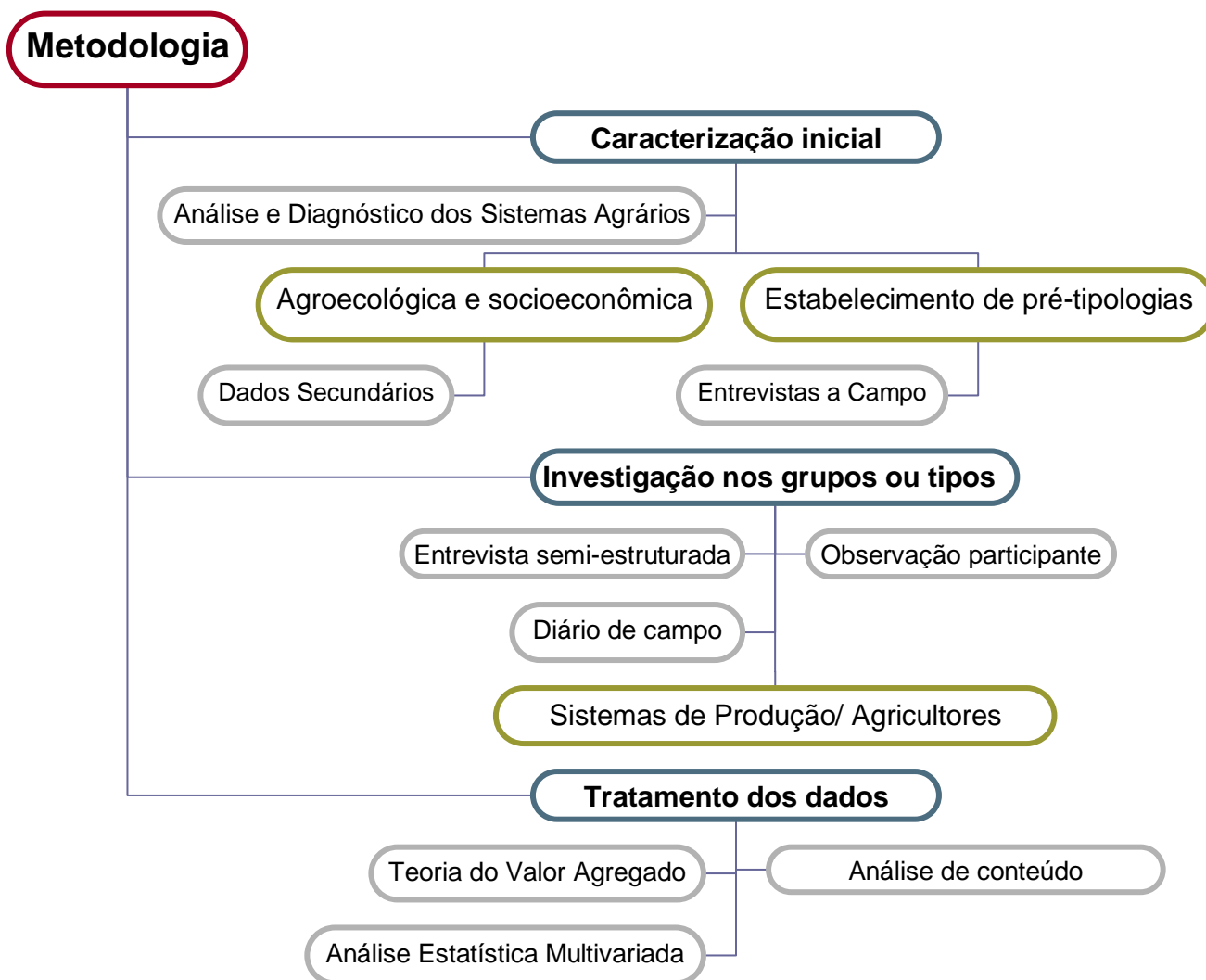
Na medida em que esses dados foram sendo trabalhados, surgiram mais indagações devido à diferença entre as informações dos informantes externos e dos moradores locais. A partir desse contraste, procurou-se estabelecer um roteiro de visitas às localidades ou Rincões situados de forma subsequente. Isso foi pensado como um modo de mapear a distribuição demográfica de forma concreta, podendo assim realizar o cruzamento de dados com mais segurança.

2.2.3. Tratamento dos dados

No tratamento dos dados obtidos pelo trabalho de coleta em campo, utilizou-se o cálculo da renda gerada nos sistemas de produção pelo modelo do Valor Agregado, já descrito anteriormente. Isso foi feito comparando-se os índices de eficiência evidenciados em tais

sistemas, ao passo que se recuperou a transcrição de entrevistas e diário de campo para discutir o conteúdo das falas e observações feitas em campo. Mapearam-se, também, no conjunto das informações, os itens a serem incluídos como variáveis de modo a permitir a análise estatística dos dados. Essa análise foi utilizada de forma complementar, visando demonstrar de maneira mais pontual as relações entre os elementos da complexidade estudada.

A sequência metodológica utilizada fica descrita no organograma a seguir:



2.3. Objeto de estudo

A partir dos objetivos delimitados para o presente, tomou-se como base a definição de tipos de agricultores e de sistemas de produção (Garcia Filho, 1999), nos quais pudessem estar inseridos os atores sociais presentes nesse território em sua ampla maioria. O estudo foi focado em uma determinada região que compusesse uma amostra significativa e representativa do Pampa sul rio-grandense, seja do ponto de vista da construção social, seja da composição ecossistêmica.

Na área de referência para a coleta de dados da pesquisa circunscreveu-se a parcela dos municípios de Rosário do Sul, dentro dos distritos de São Carlos e Caverá; de Alegrete, nos distritos de Vasco Alves e Catimbau; de Santana do Livramento, distrito de São Diogo; e de Quaraí, na Coxilha de São Rafael. Essas localidades pertencem à Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ibirapuitã, Unidade de Conservação Federal da Categoria “Uso Sustentável”. Está localizada entre as coordenadas aproximadas 55°29'W a 55°53'W e 29°05'S a 30°51'S e possui uma extensão de 316.882,75 hectares representativos do Bioma Pampa. Seu território corresponde 57% ao município de Santana do Livramento/RS, 16% a Rosário do Sul/RS, 15% a Alegrete/RS e 12% a Quaraí/RS, todos situados na fronteira-oeste⁷ do Rio Grande do Sul, conforme mostra a Figura 1.

⁷ Próximos às divisas do Brasil com o Uruguai e com a Argentina.

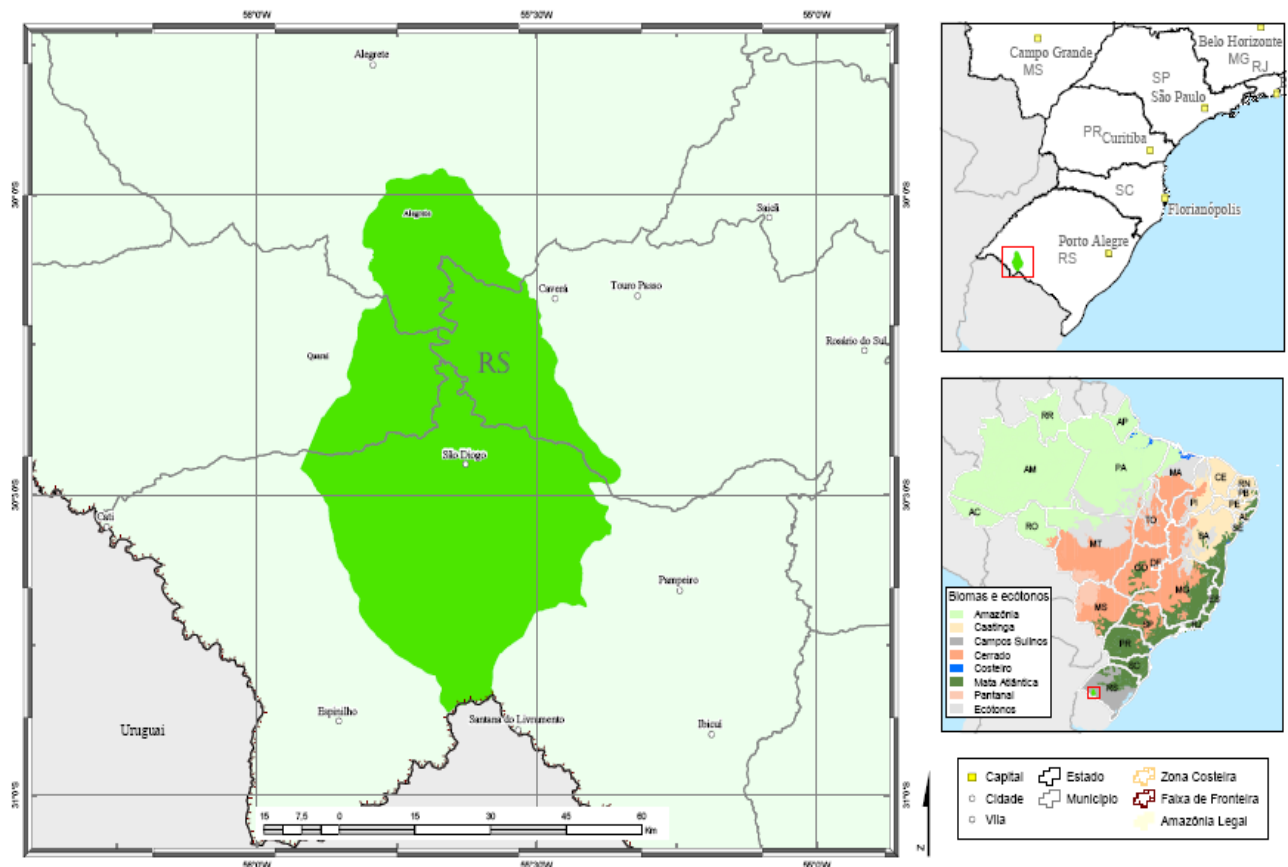


Figura 1: Localização do APA do Ibirapuitã-RS/BRASIL, (IBAMA, 2008).

Fonte: Disponível em http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/apa/mapasucs/729/localizacao_brasil_A4.pdf. Acesso em novembro de 2008.

2.4. Construção de tipologias

Com o intuito de captar e codificar a forma como se apresenta a diversidade e a complexidade do ambiente natural e socioeconômico onde estão inseridos os agricultores, foi imperativo identificar os pontos de interseção e dissonâncias de suas características. Esse método possibilita estabelecer, assim, critérios de grupamento, de maneira a formar conjuntos homogêneos internamente e distintos uns dos outros. A esses conjuntos chamamos “tipos”, e cada tipo corresponderá a determinadas posturas internas às propriedades ou referentes ao coletivo da localidade, região e sociedade em geral. No estudo de tais grupos, podem-se construir, a exemplo desse trabalho:

2.4.1. Tipos de Agricultores (Segmentos sociais)

De acordo com Gehlen(1994), a composição social da sociedade rural deve ter como eixo de referência as especificidades na relação com a terra. Para este autor, as concepções sobre a terra promovem uma divisão do “campo” pelas classes sociais, configurando-o como um espaço de relação, portanto, de poder. Para os que concebem a terra como fonte de poder, ela funciona como meio especulativo; para os que a consideram uma fonte de produção de riqueza, como meio de geração de lucros e de acumulação. Já para os que a concebem como um espaço de trabalho, é tida como meio de produção e reprodução da vida, de realização da cidadania; para os que a veem enquanto espaço de trabalho subjugado, como meio de expropriação, desgaste de sua vida. Ainda, para as acepções em extinção ou em emergência, marginalizadas, a terra tem significados diferentes segundo a experiência histórica ou condição de vida dos atores (indígenas, caboclos, biscateiros, entre outros). Considera-se que, mesmo em pequenas regiões há diferenças também entre as condições ambientais e socioeconômicas em que cada propriedade funciona, levando-se em conta, ainda, a lógica em que se baseiam seus gestores tanto para a tomada de decisões como para o uso dos recursos disponíveis, a qual configurará diferenças segundo os princípios básicos utilizados.

Os principais critérios utilizados para o agrupamento dos agricultores⁸ da APA do Rio Ibirapuitã foram o modo de apropriação e origem dos meios de produção (terra, capital e trabalho), em primeira ordem. Assim formaram-se três grandes grupos ou categorias sociais: Segmento Patronal, Segmento Familiar e Segmento do Proletariado. O último grupo constituiu um perfil especial, referente aos que não possuem a terra, mas que também dependem de seu manejo para reproduzirem-se socialmente, subdividindo-se entre os que estabelecem vínculos fixos e os que estabelecem vínculos ocasionais de trabalho.

Na subdivisão do grupo dos Patronais, conformaram-se dois grupos, sendo um deles fruto do processo de modernização, e o outro, produto de um segmento mais conservador. Neste segundo subgrupo também houve diferenças quanto às estratégias de manutenção do patrimônio, gerando outra subdivisão pela utilização do turismo rural como alternativa. Já no grupo dos Familiares, a subdivisão fundamentou-se na forma de utilização do trabalho familiar (venda, uso interno, ou sem o foco na atividade agrícola para os que pararam e que estão em outro setor).

2.4.2. Tipos de Sistemas de produção

⁸ Entende-se, aqui, o agricultor como agente que “cultua o agro”, ou seja, extrai sua sobrevivência das atividades agrícolas, independentemente destas estarem vinculadas a cultivos, criações ou extrativismo.

Os estabelecimentos que se dedicam à produção agrícola também terão diferenças entre si. Primeiramente em função dos condicionantes que os fazem optar por determinadas estratégias. Conforme descreve Garcia Filho (1999)

Se o fator mais limitante da produção for a mão-de-obra disponível, os produtores provavelmente optarão por sistemas mais extensivos, que utilizam equipamentos e máquinas que reduzem o trabalho por unidade de área. Se for a área disponível, os produtores buscarão sistemas mais intensivos, em geral mais exigentes em mão-de-obra, que aumentam a produtividade por unidade de área (horticultura, fruticultura, irrigação, criações intensivas, etc.). Em situações muito adversas ou instáveis, os produtores podem procurar, sobretudo, garantir a segurança alimentar da família ou minimizar os riscos frente a fortes variações de safra ou de preço. (Garcia Filho, 1999 p.24)

No tocante à produção desenvolvida nessas unidades, as combinações entre atividades principais e acessórias, assim como o nível tecnológico adotado no desenvolvimento dessas atividades configuram sistemas, ou seja, formas características de produzir a renda, os artigos agrícolas e as relações com o ambiente, no mercado e no próprio núcleo familiar e/ou de trabalho.

Os sistemas de produção identificados na APA do Ibirapuitã tiveram como critério de agrupamento a atividade principal (a que ocupa a maior parte da área e/ou para a qual é pensada a organização da unidade), gerando dois conjuntos: Arroz e Pecuária de Corte. O primeiro grupo manteve um perfil homogêneo. De maneira a refletir a diversidade interna, subdividiu-se o segundo grupo em outros, segundo as principais combinações de atividades produtivas.

É necessário destacar que se pode encontrar nas localidades os mesmos tipos de agricultores desenvolvendo diferentes sistemas de produção. Bem como o contrário é verdadeiro: um mesmo sistema de produção pode ser desenvolvido em diferentes tipos de estabelecimentos, como foi o caso na APA do Ibirapuitã.

2.5. Uso da Teoria do Valor Agregado para análise econômica

Esse método de análise tem o objetivo de verificar qual o valor novo gerado (agregado) pelo processo produtivo em um ano agrícola. O valor agregado é uma medida que procura distinguir a geração de bens e serviços da sua distribuição entre os diferentes agentes que participam do resultado da produção. Não tem como preocupação central a determinação dos custos de produção e sim a determinação dos resultados econômicos das unidades de produção, sua eficácia técnica e gerencial. Por ser um método que mais se aproxima da

realidade do agricultor, principalmente os que não utilizam uma lógica empresarial de gerenciamento de sua propriedade, os custos de oportunidade não são considerados no cálculo. (Lima, 2001)

O Valor Agregado é determinado pelas seguintes fórmulas:

$$\mathbf{VAB = PB - CI}$$

Onde:

VAB = Valor Agregado Bruto.

PB = Produção Bruta, considerando toda a produção física, bens e serviços produzidos pela unidade em um ano agrícola, convertidos em valor monetário.

CI = Consumo Intermediário, que consiste em todos os bens e serviços totalmente consumidos em um ciclo produtivo.

O VAB constitui-se enquanto um índice de eficácia técnica, demonstrando a relação entre o que é investido de forma direta durante o ciclo produtivo e o que é gerado no processo de produção. É considerado um valor bruto por não incluir todos os custos de produção.

$$\mathbf{VAL= VAB - Dep}$$

Onde:

VAL = Valor Agregado Líquido.

VAB = Valor Agregado Bruto.

Dep = Depreciação, a qual corresponde à parcela de desvalorização das benfeitorias, máquinas e equipamentos correspondente a um ciclo produtivo (ano agrícola).

O VAL constitui-se enquanto um índice de eficácia econômica, pois relaciona o uso da estrutura disponível com a geração de produtos obtida no ciclo.

$$\mathbf{RA= VAL - DVA}$$

Onde:

RA= Renda Agrícola

VAL = Valor Agregado Líquido.

DVA = Distribuição do Valor Agregado, que diz respeito ao que foi distribuído a outros agentes que participaram diretamente ou indiretamente no processo produtivo. É o caso dos salários pagos para a mão de obra permanente contratada, os gastos com arrendamento, os juros pagos para os financiamentos de custeio, os impostos e taxas do governo. Consiste na indicação do custo para a unidade obter os meios de produção (terra, capital e trabalho).

$$RG = RA + OR$$

Onde:

RG= Renda Global

RA= Renda Agrícola

OR = Outras Receitas, referindo-se à parcela da renda familiar advinda de fora da unidade, ou mesmo a atividades que não tem relação direta com o processo produtivo da unidade, tais como assalariamento permanente externo, serviços esporádicos (“changas”), aposentadorias, etc.

Outras referências utilizadas:

Unidade Trabalho/Homem (UTH) – indicador utilizado para quantificar a disponibilidade da mão-de-obra em unidades. Refere-se ao número total de unidades de trabalho/ homem disponíveis na unidade de produção, ou seja, mão-de-obra familiar. UTH – corresponde ao tempo de 2.400 horas/ano ou de 300 dias trabalhados no ano com 8 horas diárias. Foi considerada a disponibilidade da UTH pelo tempo que pessoa que mora/reside dedica às atividades da Upf da seguinte forma: - tempo integral ou dedicação exclusiva ao trabalho agrícola corresponde 100%; - somente pela manhã 50%; - somente à tarde 50%; - somente nos finais de semana 25%.

Superfície de Área Útil (SAU) – trata-se da superfície de área realmente disponível para a produção agrícola praticada na unidade. Para se chegar a esse número, são subtraídas da área total as áreas que constituem APP (Área de Proteção Permanente) e não são utilizadas, como mata nativa, afloramentos rochosos, etc. Também foi retirada a área doméstica e superfície de açudes.

2.6. Uso da análise estatística multivariada

A análise estatística foi utilizada de forma complementar, visando demonstrar de forma mais pontual as relações entre os elementos da complexidade estudada. Para tanto, buscou-se transpor esses elementos na forma de variáveis, alternando entre binárias, qualitativas ou quantitativas, de acordo com as características das informações, conforme fica demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1: Variáveis agrupadas segundo sua natureza

Binárias	Qualitativas	Quantitativas
----------	--------------	---------------

uso de área pública para criação	sistema de produção praticado	%de área própria
uso de inseminação artificial	aptidão das raças ovinas	% de área arrendada
criação de aves	manejo da pastagem	% de área própria que arrenda para outros
produção ou extração de mel	tipo de transporte até a cidade	área total em há
Criação de suínos	origem da mão-de-obra contratada	área própria em há
presença de banheiro bovino	escolaridade do(a) entrevistado(a)	área arrendada em há
presença de banheiro ovino	origem da área própria	superfície de área útil (SAU)
cultivo de hortaliças	município onde se localiza a área	número total de bovinos
cultivo comercial de hortaliças		número de unidades animais bovinas
trator próprio		número de ovinos
energia elétrica há mais de 1 ano		número de unidades animais ovinas
água encanada na moradia		número de eqüinos
banheiro na moradia		número de unidades animais eqüinas
recebimento de aposentadoria		unidades animais totais
troca de serviços com vizinhos		unidades animais totais/ SAL
		área de campo nativo
		área de campo nativo melhorado
		área de pastagem cultivada
		número total de pessoas
		mão de obra familiar em UTH
		% de contribuição da aposentadoria na RG;
		mão-de-obra contratada, em UTH;
		Renda Global (RG)
		Renda Agrícola (RA)
		RA/pessoa/mês
		RG/sal
		VAB
		VAB/UTH
		VAL
		VAL/sal

Entenda-se que as 21 unidades amostrais às quais foram atribuídas essas respectivas variáveis constituíram uma amostra não casual. Isso porque, diferentemente de outras metodologias, o agrupamento em tipos de estabelecimentos e sistemas de produção permite que se obtenham em grupos homogêneos as partes específicas da diversidade.

Como ferramenta para esta análise, utilizou-se o Software MULTIV (Pillar, 2004). As características binárias e qualitativas foram padronizadas, usando-se, como medida de semelhança entre as unidades amostrais, o Índice de Gower e, posteriormente, submetidas à análise de Agrupamentos e Ordenação. Nas características quantitativas, foi empregada a Transformação vetorial dos dados, por Centralização e Normalização. Utilizando análises de Agrupamento e Ordenação, avaliou-se a relação entre as características identificadas com a tipologia definida para as unidades de produção agrícola. Os dados de origem encontram-se na planilha constante no ANEXO C deste documento.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Pampa, campo e querência

“Campo dos que colhem sem plantar, dos que plantam sem colher
Ah, pudesses tu escolher de quem ser e a quem se dar;
Pampa faz da voz dos que te cantam campo livre onde se laçam
As sementes da esperança do suor dos que te plantam.”
(Pampa, campo e querência – João Chagas Leite)

Historicamente, a região dos Campos Sulinos não foi tratada como área prioritária para conservação, assim como outras formações não-florestais no Brasil. Overbeck (2009) destaca o “Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Brasileira”, do governo federal (PROBIO), o qual promoveu ações que identificaram cerca de 900 áreas prioritárias a serem conservadas em todo o país. Este projeto conduziu a inventários florísticos e faunísticos em áreas até então não estudadas, inclusive no sul do Brasil. Foram incluídos dentre essas áreas os Campos do Planalto Sul-Brasileiro, inseridos no bioma Mata Atlântica, no RS e SC, inexistindo, entretanto, compilação sobre campos das porções sul e oeste do RS. Como consequência da insuficiente geração de dados a respeito da sua biodiversidade e relações ecológicas, não há avaliação de impactos das atividades ali praticadas, tampouco medidas amplas de preservação, especificidades de regramento e orientação de manejo. Atividades como o sobrepastejo do gado e erosão causada por este, assim como monocultivos agrícolas, silvícolas e pastagens exóticas cultivadas, são destacados por Overbeck (2009) como elementos de supressão dos campos nativos. Dessa formação vegetal, apenas 0,5% está sob proteção integral dentro de Unidades de Conservação. Ainda não há o reconhecimento da importância da diversidade de espécies da flora e da fauna (e suas interações) para os campos,

como se denota, por exemplo, em ecossistemas florestais. Ademais, Boldrini (2009) salienta que

(...) não é o número de espécies que justifica a conservação de um determinado ecossistema, mas sim a importância que este ecossistema representa por si só na área do planeta em que ocorre, tanto no sentido biológico quanto na sua relação com o homem. (Boldrini, 2009, p.64)

Que dizer então de seus manejadores, os quais tem utilizado esse ambiente como fonte de reprodução do seu modo de vida, convivendo com as suas potencialidades e limitações há séculos. Frequentemente eles são homogeneizados num perfil cultural genérico, sem que se leve em consideração as especificidades étnicas, socioeconômicas e mesmo ecológicas dos diferentes locais e situações em que vivem, sem políticas públicas específicas ou até mesmo atendimento de necessidades básicas em alguns casos.

A relação entre o ecossistema de campos, os campeiros e sua principal ferramenta de conversão desse recurso natural em produto, o gado, é o elo que explica a própria constituição desse ambiente há mais de 4 séculos, num processo intrínseco de co-evolução⁹ que deu origem historicamente a paisagens, culturas, relações econômicas, sociais e políticas, que fica negligenciado perante as estratégias macroeconômicas de âmbito nacional e internacional. Estas consentiram em que os principais atores desse cenário ficassem alijados na construção das poucas propostas verticalizadas de conservação e proteção desse importante ecossistema brasileiro.

Esta seção do trabalho propõe-se a apresentar uma revisão temática sobre o Pampa enquanto ambiente ecologicamente diverso e valioso, destacando o papel das Unidades de Conservação para sua preservação. Da mesma forma, ele é visto enquanto ambiente social, onde o próprio meio natural e suas relações deram origem a tipos sociais específicos, que, com suas relações socioeconômicas e culturais, também influenciaram na conformação desse ambiente...

⁹ A noção de co-evolução é uma formulação de Richard Norgaard, um dos autores da sociologia ambiental que tem feito esforços teóricos visando superar a dicotomias material/natural versus social. Para ele, os seres humanos co-evoluem conjuntamente com os sistemas ambientais, ambos influenciando-se mutuamente.

3.2. A região do Pampa

O pampa é uma região fitogeográfica que recobre toda a República Oriental do Uruguai, parte da Argentina e 63% do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.



Figura 2: Delimitação da grande região do pampa

Fonte: Disponível em <http://br.geocities.com/apa_ibirapuita/apa_onde.html>. Acesso em dezembro de 2008.

No Brasil, o Pampa configura-se como um Bioma, assim como o são Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, Marinho-Costeiro, Cerrado e Caatinga. O Bioma Pampa é composto por formação campestre dentro de duas das oito regiões fitoecológicas definidas para o Rio Grande do Sul, sendo estas a Savana Estépica e a Estepe. Em conjunto, recobrem 46,6% do território do Rio Grande do Sul, possuem respectivamente 48% e 50% de cobertura natural e semi-natural (Hasenack et. al., 2007). Entretanto, para Overbeck (2009), “De acordo com a maioria das classificações de vegetação, estepe e savana são termos inapropriados para descrever os Campos do sul do Brasil” (p.29). O autor apresenta outras terminologias utilizadas mais recentemente como “campo limpo” (sem componente lenhoso) e “campo sujo” (campo com arbustos) ou simplesmente “Campos”.

Segundo Boldrini (2009), a diversidade campestre no RS é da ordem de 2.200 espécies, o que se pode considerar um número alto, se comparado com as pradarias norte-americanas, onde foram registradas 266 espécies em uma área de 800.000 ha do estado de Wisconsin. A autora destaca que “embora aos olhos do leigo possa parecer simples, trata-se de um bioma

complexo, formado por várias formações vegetacionais, dentre as quais o campo dominado por gramíneas é o mais representativo”. Para autores como Behling et al (2009), a abordagem deve ser abrangente para os ecossistemas de campo natural da região sul do Brasil, incluindo os campos subtropicais e campos de altitude, sendo os campos subtropicais encontrados na Depressão Central, Serra do Sudeste e região da Campanha, na metade sul do Rio Grande do Sul, de forma semelhante aos pampas do Uruguai e Argentina. Os campos de altitude, também conhecidos como Campos de Cima da Serra, são encontrados na região do Planalto entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dentro do Bioma Mata Atlântica. Esses campos frequentemente formam mosaicos com a Floresta de Araucárias.

Tanto os ecossistemas florestais quanto campestres são grandemente influenciados por ação humana. Entretanto, as mudanças climáticas e ação de diferentes espécies de animais nos períodos decorridos anteriormente à ocupação humana também foram determinantes para sua fisionomia atual. A origem e formação dos campos com esse aspecto que visualizamos hoje tem seus registros identificados em estudos palinológicos em toda a região campestre sul-brasileira (Behling, 2002 apud Behling et al, 2009). Estes registros revelam a predominância de vegetação de campo sobre áreas hoje ocupadas por floresta até períodos de 1500 anos cal AP¹⁰ (Holoceno Superior), antes do qual o clima predominante era seco e frio, com aproximadamente 3 meses de seca ao ano. Apenas com a mudança climática ocorrida a partir de 3000 anos cal AP, quando acontece aumento das precipitações e de temperatura, inicia-se a expansão da Floresta com Araucária em refúgios florestais ao longo de rios sobre o campo em áreas mais elevadas.

Zarth e Gerhardt (2009) destacam que os ecossistemas do pampa se constituíram possivelmente em contato com animais pastadores pertencentes a uma megafauna primitiva, extinta há cerca de 12.000 anos atrás (último período glacial). Estudos paleontológicos encontraram fósseis na região do Arroio Chuí, no extremo sul do Estado, em Alegrete, também em São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Gramado, Viamão, Chuvisca, Encruzilhada do Sul, Cristal e São Lourenço do Sul. Tratavam-se respectivamente de grandes herbívoros semelhantes à preguiças gigantes (*Lestodon* sp), equídeos semelhantes aos cavalos ou burros, e tatus gigantes (*Xenarthro dasipodídeo*). Além disso, conforme Suertegaray (2009) “Ainda se revelaria em nossa paisagem holocênica, o quase mitológico tigre dente-de-sabre, grande predador local e ameaça ao estabelecimento dos caçadores-coletores nessas terras”. Sua

¹⁰ Idade em anos radiocarbono calibrados Antes do Presente. Sendo que a referência para o presente é o ano de 1950.

extinção poderia estar ligada às mudanças climáticas ou mesmo à gradual diminuição das áreas de campo e avanço das áreas de floresta. Os autores também citam o período da chegada dos primeiros povoadores da América do Sul como coincidente com a existência dessa megafauna. Tanto os caçadores pré-históricos, quanto os animais primitivos desapareceram na transição do Pleistoceno ao Holoceno (12.000 anos AP), quando as condições frias e secas deixam de ser predominantes.

Conforme Behling et al (2009), quando da chegada dos bovinos e equinos ao Rio Grande do Sul com os jesuítas, havia uma fauna nativa composta por herbívoros de pequeno e médio porte, tais como veados, emas, capivaras, antas e pequenos roedores, cuja pressão de pastejo era localizada e insuficiente para conter a expansão da vegetação arbórea e arbustiva. O intervalo de aproximadamente 8 mil anos entre a extinção dos grandes herbívoros e a introdução do gado, teria influenciado inclusive o aumento das queimadas nos campos durante esse período. Os autores apresentam as análises palinológicas como indicadores também da incidência de fogo em áreas de transição campo/floresta de Araucária. Concluem que a presença de fogo é um fator importante para o controle e equilíbrio desses mosaicos, evitando a expansão absoluta da floresta sobre o campo.

Um dos registros descritos indica que a ocorrência de fogo coincidia com a composição taxonômica correspondente a gramíneas e a outras prostradas e pouca ocorrência de táxons relacionados à floresta em períodos entre 1230 e 580 anos cal AP. Depois, houve uma modificação florística com o aumento de alguns arbustos como *Baccharis* (carquejas), que hoje corresponde ao gênero arbustivo mais importante na vegetação campestre atual para fisionomias que se desenvolvem na ausência de fogo por período prolongado. No estudo, isso estava negativamente correlacionado com a presença de carvão e de espécies prostradas como *Eryngium* sp (caraguatás), mencionada como “especialista de distúrbio” pelo seu aumento correlacionado com a quantidade de carvão. Espécies como esta devem diminuir com o aumento dos intervalos sem fogo e com o avanço da floresta. De 300 anos cal AP até o presente, a floresta continua expandindo, o que foi denotado pelo aumento, por exemplo, de *Myrsine* (capororoca), que é uma espécie arbustiva pioneira, e a diminuição da concentração de carvão.

O fogo, utilizado pelo homem como ferramenta para caçadas ou causado naturalmente pela incidência de raios, teve ocorrências registradas com mais frequência nos testemunhos estudados por Behling et al (2009) a partir de 7400 anos cal AP. A ocupação do território do pampa por grupos indígenas caçadores e coletores, como os Charrua e os Minuano pode ter contribuído para esse tipo de manejo ao utilizar o fogo ou mesmo introduzir o pastejo animal.

Primeiramente, por tornarem-se predadores também do gado alçado que habitou a região pelo advento das Vacarias¹¹. E, sobretudo, pela apropriação do uso do cavalo e do manejo do gado nas estâncias de parte dos Charruas, que tiveram maior contato com o conquistador espanhol. Contudo, a prática das queimadas foi comum também nos últimos séculos, paralelamente ao pastejo, como forma de manejo do campo nativo nas estâncias. Descreve Roscio (1981 apud Zarth e Gerhardt, 2009)

O cuidado que costumam ter dos pastos, que abundam em grandes ervagens, é porem-lhe o fogo na estação mais calmosa e ardente, para produzirem novas ervas quando lhe chova; (Roscio, 1981, p. 164 apud Zarth e Gerhardt, 2009, p. 259).

Apesar de o fogo ser considerado anti-agronômico por favorecer a prevalência de espécies entouceiradas em detrimento das de maior conteúdo celular persistentes no inverno, quando ocorre restrição forrageira natural, há apontamentos sobre seus benefícios. Em função da adaptação das espécies de campo a queimadas frequentes, Overbeck (2009) argumenta que o efeito negativo ocorre mais evidentemente em Campos excluídos, ou seja, campos onde não ocorre nem fogo nem pastejo, os quais apresentam alta dominância de poucas espécies de gramíneas entouceiradas e baixa diversidade de outras herbáceas.

Portanto, a manutenção ecológica e fisionômica dos ecossistemas de campos esteve grandemente associada à sua co-evolução com os povos que ali habitaram, traduzidas em práticas como o uso do fogo, ou mesmo o controle da pressão de pastejo animal, efetuadas com maior ou menor intensidade de acordo com o período histórico e as atividades que o caracterizam. Dessa forma, configuraram ao longo do tempo um relativo controle sobre a transição floresta-campo nas fisionomias campestres do sul do Brasil e, principalmente, na sua porção mais meridional, definida hoje como bioma Pampa.

3.3. Uma unidade representativa?

A Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã-RS é uma unidade de referência para o ecossistema em que se encontra. Tanto pela representatividade dentro do Bioma Pampa, pois abrange 318.767 hectares, sendo a única UC federal deste Bioma, Figura 3, quanto pela abrangência de um tipo social amplamente reconhecido e intimamente ligado a essa paisagem,

¹¹ Reservas de gado formadas quando da expulsão dos padres e indígenas Guaranis reducionados e abandono dos rebanhos, oriundos do primeiro ciclo das Reduções jesuíticas no RS (1626-1640).

o gaúcho¹². Isso se dá em função de sua relação histórica de grande dependência da condição natural das pastagens nativas, onde desenvolveu o trabalho extensivo com o gado. E pode-se atribuir a possibilidade de configuração de uma unidade de conservação (UC) como a APA do Rio Ibirapuitã à reprodução de suas formas de manejo desse ecossistema, as quais permitiram que se preservasse em grande medida a condição natural do ambiente pampeano.



Figura 3: Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul.
Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2010.

¹² O gaúcho, também presente no território do pampa hoje correspondente aos países do Uruguai e da Argentina, constitui-se em um tipo que remonta o período histórico da formação do povo dessa região. Originalmente (antes de 1600), a região era ocupada pelos índios pampeanos, nas suas várias subdivisões tribais (Charruas, Guenoas, Minuanos...), nela foi-se miscigenando essa etnia, por vezes forçosamente, com os europeus portugueses que vinham à caça desses índios para o trabalho escravo. Depois, a miscigenação ocorreu com os negros escravizados nas estâncias e com a população branca marginalizada dessas. O resultado, então, é um povo mestiço, “caboclo”, como costumam ser chamados esses tipos em outras regiões do país. Os homens eram andarilhos ou “teatinos”, por vezes prestando serviços temporários como o de doma de cavalos nas estâncias, ou vivendo da venda de artigos de caça como penas de emas, sebo, couro, pelegos, etc. Duas obras literárias importantes na descrição desse tipo são *El gaúcho* de Martín Fierro, de José Hernández (1872 e 1879) e *Don Segundo Sombra*, de Ricardo Güiraldes (1926).

As Áreas de Proteção Ambiental apresentam o diferencial, dentre as demais categorias de UCs, de permitir o manejo sustentável dos recursos por parte dos produtores ali instalados. Classificam-se como de uso direto, sendo que o direito de propriedade não é anulado, mas regulado. As APAs, segundo a legislação vigente, devem fundamentar-se por dois princípios básicos: 1) a conservação da diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais e 2) a conservação do patrimônio cultural.

Esse tipo de Unidade de Conservação, visando assegurar serviços ambientais, apresenta uma lógica mais sistêmica e inclusiva e mais recente na história da criação de unidades protegidas no mundo todo. Como descreve Sete (2010), o que, inicialmente, tinha uma base no movimento romântico, de valorização da natureza selvagem, principalmente por sua estética, passa no século XX a incorporar a lógica do ecologismo e da conservação de ecossistemas.

A visão mais política do conservacionismo foi protagonizada por movimentos organizados, que conseguem promover a mobilização social e coletiva para além das bases socialistas e/ou capitalistas. Isso porque apresentam proposta própria para modelos ideais de sociedade, contidos, inclusive, nas plataformas dos partidos Verdes que se formaram em diversos países. Conforme afirma Sete (2010), a corrente do socioambientalismo contribuiu, no que concerne às áreas protegidas, para a participação na gestão ambiental e na formulação de uma proposta de Etnoconservação, valorizando, assim, as comunidades tradicionais na conservação de ecossistemas presentes nos territórios em que habitam.

O autor acima citado interpreta que essas visões divergentes entre movimentos ecologistas deram origem a demandas por diferentes tipos de áreas protegidas. Para aqueles que consideram a influência humana na natureza como negativa, o ideal seriam as áreas de proteção integral ou uso indireto. Já para os que consideram que a diversidade biológica pode estar aliada à diversidade cultural e que a preservação pode ser um produto da própria intervenção humana, o ideal seriam as áreas de uso sustentável ou direto, como é o caso das APAs.

Entretanto, o simples advento da criação dessas UCs não garante o seu pleno funcionamento e cumprimento de objetivos. A atuação dessas diferentes visões nas mesmas instituições e no manejo dessas áreas pode criar cisões entre as proposições e as práticas cotidianas da gestão ambiental. Conforme argumentam Vivacqua e Vieira (2005), os planejadores e formuladores de políticas de gestão de recursos naturais, apoiados por ampla parcela da comunidade científica, tendem a colocar em segundo plano as variáveis socioculturais. No que diz respeito à atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e

Recursos Naturais Renováveis¹³ (IBAMA), os autores salientam que ela “ainda hoje continua adotando uma postura autoritária, com viés preservacionista, e avessa à participação das populações locais no processo de gestão.” Vivacqua e Vieira (2005) afirmam que, “embora esteja se configurando atualmente um novo paradigma de conservação, tributário de uma visão sistêmica do mundo, na prática continua prevalecendo a hegemonia do paradigma reducionista-preservacionista”. Já Brito (2008) tem uma percepção um pouco diferente, pois argumenta que:

Atualmente, um dos mais importantes organismos internacionais, que direciona as políticas globais com relação às áreas protegidas e, conseqüentemente às UC's, é a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), instituída em 1965 (antiga IUPN). A mudança de “preservação” para “conservação” expressa a possibilidade de conciliação entre a proteção da natureza e o aproveitamento econômico e social das áreas protegidas. A definição de áreas protegidas adotada pela UICN demonstra a importância da associação entre recursos naturais e culturais.

Santilli (2004) diz que os avanços do socioambientalismo na superação da visão tradicional do conservacionismo/preservacionismo para uma aproximação do modo de vida das comunidades locais foram grandemente influenciados pela pressão social. Onde os movimentos sociais como os seringueiros¹⁴ e atingidos por barragens¹⁵ estiveram organizados e exercendo pressão sobre atuação do Estado, houve um direcionamento maior para proposição de alternativas que contemplassem a justiça social aliada à conservação da biodiversidade. Neste campo, o autor considera que houve avanços no reconhecimento do papel que as comunidades tradicionais desempenham na conservação da diversidade biológica, inclusive ao se incluir o conceito de população tradicional na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei 9.985/2000). Afirma ainda que certamente muitos dos agricultores tradicionais ou familiares se encaixam no conceito de populações tradicionais ou comunidades locais, sendo débil, no entanto, o seu reconhecimento, como fica descrito no trecho a seguir.

Portanto, as políticas de conservação *in situ* da diversidade biológica agrícola não podem deixar de reconhecer e valorizar o papel dos agricultores no manejo da diversidade fitogenética, e de promover as suas práticas e sistemas agrícolas tradicionais. (Santilli, 2004, p.04)

¹³ Era o órgão gestor de UCs federais até sua subdivisão e criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2007, data posterior à publicação do referido artigo.

¹⁴ Liderados por Chico Mendes, dos quais também se destacou a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

¹⁵ Organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pertencente à Via Campesina.

A respeito da reprodução do modo de vida¹⁶ da agricultura familiar em Áreas de Proteção Ambiental, Francisco (2007) aponta algumas especificidades, principalmente no que tange ao bloqueio de seu desenvolvimento. Isso acontece primeiro devido à condição inerente à própria categoria familiar, de forma geral, que está condicionada pela questão fundiária e dificuldade de acesso aos demais meios de produção. Em segundo lugar, como uma resposta à restrição ao uso dos recursos naturais com fins produtivos ou extrativistas nas APAs. O autor observa, dessa forma, um duplo bloqueio, frente ao qual os agricultores familiares que residem em APAs adaptam suas formas de apropriação dos recursos naturais e rearticulam os recursos sociais, engendrando diferentes estratégias.

Em seu estudo sobre a APA de Guaraqueçaba (PR), Francisco (2007) salientou as reatualizações da sociabilidade comunitária dos agricultores familiares quando do acesso à terra, à alimentação e ao trabalho como elementos estratégicos e característicos do modo de vida sob essa condição. Para Vivacqua e Vieira (2005) “a ausência de um diálogo envolvendo a academia e os detentores de formas de conhecimento tradicional parece estar comprometendo a busca de alternativas viáveis de superação dos atuais impasses”. Sob esse aspecto, a representatividade também das comunidades locais nessas Unidades fica comprometida, já que, para algumas localidades, a institucionalidade da UC está dentre os únicos veículos de atuação do Estado. Isso pode ser equiparado ao que foi evidenciado da APA de Guaraqueçaba (Francisco, 2007), uma vez que apenas a escola, a polícia e um agente de saúde são apontados como representantes locais do Estado.

O enfoque patrimonial é indicado por Vivacqua e Vieira (2005) como ferramenta para a construção de um sistema de gestão compartilhado, considerando-se que todos os atores sociais envolvidos estão trabalhando com um patrimônio comum. Os autores também observam a possibilidade de utilizar os conflitos instalados como promotores de “oportunidades de colocar em cena esses atores sociais locais historicamente marginalizados nos processos decisórios”.

3.4. Os pampeanos

Desde a pré-história já havia grupos humanos de caçadores-coletores co-habitando o pampa com uma megafauna de herbívoros que vivia de sua vegetação (Suertegaray, 2009). Entretanto, nas condições climáticas e agroecológicas como as conhecemos hoje para esse

¹⁶ Utiliza-se aqui a expressão “modo de vida” em consonância com a definição sintética de RIBEIRO (2009) para alguns autores, pela qual corresponde a um conjunto de alternativas para ações e estratégias. A opção por diferentes combinações destas na busca da reprodução social, econômica e cultural é feita pelos agricultores e suas famílias, resultando em maior ou menor diversificação.

ambiente, foram outros os agentes a ocupar essa função. A história da ação dos habitantes do pampa, manejando os ecossistemas campestres na sua atual fisionomia com animais pastadores de maior impacto, inicia-se com o advento das Missões Jesuíticas em seu primeiro ciclo (1626 – 1648). Segundo Zarth e Gerhardt (2009), os sacerdotes jesuítas “aldearam indígenas do povo guarani e introduziram o gado bovino (*Bos taurus* Linnaeus), o mais impactante dos animais exóticos introduzidos no pampa.” A miscigenação desse gado teria originado o gado da raça crioula, que posteriormente predominou nas estâncias até o século 20. Dessa forma, as primeiras estâncias do território sul-rio-grandense conformaram-se nas reduções jesuíticas.

Freitas (1980) destaca, no entanto, que as estâncias missioneiras eram distintas das lusas e castelhanas, sendo que as primeiras, pelas descrições de Azara¹⁷, eram menores “e possuíam gado muito mais manso e gordo; eram operadas, proporcionalmente, com menos peões e apenas a metade ou quarta parte de cavalos; fora isso, todas criavam ovelhas, secavam ou charqueavam toda carne, e não gastavam nem a metade”. O autor também informa que foram os indígenas (das várias tribos presentes no território) que transmitiram aos europeus instrumentos de trabalho como a boleadeira¹⁸, o laço, o tirador¹⁹; indumentária adequada ao trabalho, como a bota de couro, o chiripá²⁰, o poncho²¹; a moradia primitiva com teto e paredes de couro; a alimentação baseada no churrasco, charque e o mate; o transporte pelos rios com as pelotas²²; assim como as técnicas produtivas de aquerenciamento²³ do gado, o rodeio²⁴, a invernada²⁵, a castração e o tratamento veterinário.

Portanto, não eram só os Guaranis reducionados que tinham domínio do manejo do gado e dos cavalos. Segundo Zarth e Gerhardt (2009), “com a onda destruidora dos bandeirantes, milhares de animais se espalharam pelo pampa, tornando-se selvagens ou ficando sob o controle de índios inimigos dos jesuítas”. Um exemplo são os Charruas, que se

¹⁷ AZARA, Félix de. Memória Rural do Rio da Prata. In: FREITAS, D. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

¹⁸ Cordas unidas de couro torcido ou trançado, prendendo 3 pedras, sendo uma menor que as demais para direcionar o giro no arremesso, cujo objetivo é prender as patas dos animais e derrubá-los.

¹⁹ Avental de couro utilizado sobre uma das pernas para proteger do laço quando este está estirado.

²⁰ Peça quadrada de lã ou algodão, utilizada recobrimdo a cintura como uma saia ou fraldão.

²¹ Peça elipsóide de lã com uma abertura central para a cabeça. Protege o corpo todo do vento frio.

²² Embarcações pequenas e arredondadas, de couro, geralmente tracionadas por meio de corda por um nadador.

²³ Domesticação, aproximação das áreas de moradia e convivência, a “querência”.

²⁴ Trabalho periódico de reunir o gado em local determinado para manejos sanitários, nutricionais e reprodutivos.

²⁵ Local de concentração e condução do pastejo do rebanho.

tornaram conhecidos pela habilidade no uso do cavalo. Suertegaray (2009) afirma, sobre essa mudança nos hábitos dos povos locais a partir da convivência com o gado, que

Os antigos pampeanos, falavam a língua quíchua, armavam tendas ou toldos junto à margem de rios ou banhados, vagando em busca de caça, usavam boleadeiras e flechas, essas últimas também na pesca, assim como redes. Os toldos eram recobertos com junco, em contato com o gado europeu (introduzido a partir de 1634) passam para a cobertura com o couro desses animais. (Suertegaray, 2009 p.53)

De acordo com Freitas (1980) o gado alçado das Vacarias, alvo constante de pilhagens, foi o capital constante e circulante que constituiu os fundamentos da economia pecuária. Mesmo nas estâncias, os bovinos e cavalares eram alçados ou chimarrões, poucos animais compunham rebanhos mansos. Menciona ainda que, sob as condições técnicas e econômicas da pecuária nesses moldes das estâncias lusas, impunha-se a criação em grandes extensões de terra, sendo antieconômicas as pequenas e as médias propriedades. Entretanto, o autor salienta que esse processo de produção não era algo de ordem natural, como algumas vertentes da historiografia gaúcha defendem. Antes disso, era baseado na exploração da mão-de-obra assalariada em precárias condições. A peculiaridade consistia em que “a incorporação do trabalho social ao processo de produção se dava de maneira esporádica e intermitente. Interrompido o processo de trabalho social, prosseguia o processo de produção natural” (Freitas, 1980).

Nas Vacarias o trabalho consistia nas arreadas para captura do gado, para as quais eram contratados os gaudérios (homens livres, ditos “de vida duvidosa”), pois o risco era extremo para um senhor arriscar a perda de escravos nesse serviço. Já nas estâncias lusas, a principal atividade era o rodeio. Conforme descreve Farinatti (2007) o manejo era extremamente dependente das condições das pastagens naturais e consistia principalmente no rodeio. Ocasões em que o gado era reconhecido, contado e recebia tratamentos sanitários. Isso ocorria pelo menos 2 vezes ao ano, coincidindo com os períodos de marcação, castração (outono e inverno, evitando insetos) e formação de tropas para a venda nas charqueadas (entre a primavera e o outono, pela melhor oferta forrageira). Isso variava conforme as condições climáticas, a conformação agroecossistêmica do campo (se tinha limites naturais que evitassem a fuga do gado), o tamanho do rebanho e a disponibilidade de trabalhadores, entre livres e cativos. Da mesma forma era diversa a atenção dispensada ao gado manso e ao gado xucro, este último exigindo menos cuidados.

Freitas (1980) destaca que a habilidade e experiência com o pastoreio foi por muito tempo exclusividade desses homens livres, desenvolvida durante gerações, desde os indígenas

até os mestiços e que integraram o grupo social denominado *gaucho*. Mas essa mão-de-obra não era tão abundante e no século XIX, Farinatti (2007) relata que os escravos provavelmente tendiam a ser mais representativos na população e supriam a demanda de trabalhadores estáveis nas estâncias. Antes eles eram utilizados majoritariamente na agricultura e serviços domésticos, mas incorporados também no costeio do gado. A mão-de-obra livre, por sua vez, passou a ser complementar para as épocas de pico, como nas marcações e castrações, bem como para o serviço da doma dos cavalos (mais valorizado). Conforme argumentam Zarth e Gerhardt (2009), o latifúndio criou verdadeiros desertos de escassa população humana, sendo que a permanência nas áreas registradas também estava condicionada à vontade dos sesmeiros. Para esses autores

A grande propriedade pastoril se constituiu num problema social, mas também político e militar para os governo de Portugal e depois do Brasil, pois a alta concentração fundiária impedia o crescimento demográfico e gerava pouca produção agrícola, que era fundamental para o abastecimento das tropas militares nesta região, marcada por guerras constantes pelo controle da bacia do rio da Prata. (Zarth e Gerhardt, 2009, p.262)

Suertegaray (2009) distingue três momentos de apropriação dessa região a partir da desterritorialização aborígine e territorialização luso-espanhola: o primeiro, quando da distribuição de sesmarias, de apropriação política da natureza como espaço de poder, não considerando-lhe como recurso; o segundo, a partir das articulações com o território nacional, demarcando as propriedades de exploração econômica do gado, mesmo que de maneira extensiva; um terceiro, de valorização da terra e ocupação do Estado, diversificando as atividades agrícolas e relações de trabalho, como, por exemplo, pelo arrendamento. O autor afirma que este último constituiu-se no momento de maior intervenção, incidindo diretamente sobre os ambientes frágeis do pampa, intensificando também a desertificação do ponto de vista da diversidade biológica (ou pela supressão de espécies, ou pela substituição por monocultivos).

De acordo com os trabalhos apresentados, os problemas ambientais e sociais criados pela exploração baseada na estrutura do latifúndio, ocupando indiscriminadamente o território e explorando a mão-de-obra negra e mestiça, tem raízes profundas na história do pampa. O acesso à terra e aos meios de produção esteve pouco ou nada acessível às camadas menos abastadas de distintas maneiras durante o decorrer dessa história. Já em 1823, o proprietário de charqueada e ideólogo do Liberalismo, Antônio Gonçalves Chaves, propunha a distribuição das terras devolutas aos lavradores na forma de lotes com cerca de 120 hectares. “E no caso de não existirem terras devolutas, o programa sugeria a desapropriação de parte das terras

pela qual os beneficiados pagariam em prazos longos” (p.263), o que, obviamente, encontrou grande resistência no latifúndio pastoril (Zarth e Gerhardt, 2009).

Entretanto, a tese de existência de um vazio demográfico no pampa sob os domínios do latifúndio é refutada por alguns autores. Garcia (2005) apresenta um contraste nas declarações em relação à origem e extensão das áreas dos estabelecimentos maiores que a própria extensão territorial do município de Alegrete em 1857²⁶. Dessas declarações, subtraiu que revelam “uma tentativa de expansão de domínios, por parte dos possuidores, que não se contentaram em declarar sua posse efetiva, mas tentaram também absorver áreas limítrofes, declarando extensões superiores às que seus estabelecimentos possuíam”, uma vez que os pequenos possuidores²⁷ compareceram para fazer os esclarecimentos exigidos em relação aos limites de tais terras e declararam como suas uma parcela significativa delas.

Farinatti (2007) apresenta a composição de trabalhadores obtida nos registros anuais de uma estância de Alegrete entre 1851 e 1854, revelando a diversidade nos vínculos e na origem dessa mão-de-obra (interna e externa às estâncias). Para o autor,

(...) esses peões que permaneciam apenas poucos meses nos estabelecimentos não o faziam por terem uma índole inconstante, e sim porque aquela atividade não era sua única possibilidade de ganhar a vida mas, ao contrário, significava apenas um elemento em uma estratégia de sobrevivência mais complexa.

Outra constatação de Farinatti (2007) foi a de que poderia ser mais vantajoso realizar serviços temporários nas estâncias em função das formas de pagamento fixo empregadas na época, geralmente por intermédio de mercadorias e pagamento a comerciantes. O pagamento em dinheiro era realizado apenas no acerto de desligamento dos peões, até quando as dívidas de seus devedores iam se acumulando. Esses trabalhadores temporários recebiam, portanto, a maior parte do salário em dinheiro e tinham maior independência, estando a maioria destes ligados a unidades familiares autônomas para as quais a diversificação do trabalho sazonal também era uma estratégia. Esse argumento se contrapõe à visão persistente em obras com a de Freitas (1980) sobre o caráter de “homens soltos” e sem vínculos sociais e familiares desses trabalhadores, bem como os coloca mais próximos de um caráter autônomo, tais quais os “lavradores nacionais”, extratores de erva-mate que ocupavam a porção florestal no norte do RS.

²⁶ Após a Lei de Terras, de 1850, as declarações e registros eram obrigatórios, no entanto, não o eram os documentos de comprovação do domínio.

²⁷ De extratos de áreas até 50²⁷ e até 100ha.

De acordo com os relatos, esse estrato social, mesmo significativo e ativo nas relações de trabalho e produção das estâncias e fora destas, ficava invisível diante da grandiosidade do latifúndio pecuarista. Garcia (2005) apresenta relatos de pressão realizada por sesmeiros a posseiros habitantes de áreas menores contíguas às suas. Em uma ação de despejo descrita para o município de Alegrete, contrasta as alegações do estancieiro de posto militar e relação declarada com o juiz do caso, com as do posseiro. Versava sobre os limites das sesmarias serem mais amplos do que o descrito nos documentos oficiais e abarcarem as terras ocupadas pelo réu, mesmo tendo o posseiro as ocupado²⁸ na mesma época da sesmaria, declarando estarem sem uso. O autor destaca que, em conflitos como esses, que geraram processos de despejo, ficavam evidentes alguns elementos como: a importância (posses, poder político, posto militar, etc.) da família de onde procediam os pedidos; a importância maior do reconhecimento dos réus da posse alheia em relação à comprovação pelos autores antes da Lei de Terras; e a ausência de registros decorrentes dessa Lei. Esses conflitos tratam, sobretudo, da relação de poder estabelecida, principalmente se forem consideradas as pequenas áreas dos estabelecimentos requeridos através de despejo, as quais não impactariam economicamente sobre as sesmarias.

Já no período posterior à Lei de Terras, o número de inventários de produtores “sem-terra”, ou seja, sem registros dessas, decaiu. Isso não significa que tenham aumentado as facilidades de acesso à terra, e sim que as possibilidades de reprodução social desse grupo reduziram-se drasticamente (Garcia, 2005).

Farinatti (2007) sugere que “para parte expressiva dos que se assalariavam nas estâncias de Alegrete, ao menos na primeira metade do século XIX, a produção familiar era uma realidade ou um horizonte”. Esses criadores possuíam rebanhos de até 500 reses e trabalhavam com os filhos em suas áreas. Alguns eram oriundos de famílias de grandes criadores que se descapitalizaram e criavam em áreas de herança sucessiva, outros eram os que conquistavam ou procuravam manter a condição de autônomo, com ou sem a propriedade de terra. As camadas superiores desse campesinato conseguiam inclusive ter acesso à mão-de-obra escrava e, mesmo no auge do ciclo das famílias, geralmente ela poderia surgir como complemento para sua produção. Alende (2005) percebe essa diferenciação dentro da categoria familiar na fronteira-oeste mesmo para períodos mais atuais. Identificou os seguintes tipos: Agricultores Familiares Clássicos, mais semelhantes aos “colonos”; Agricultores Familiares Pecuaristas de Origem Estancieira, originários do fracionamento sucessivo de áreas;

²⁸ Tendo em vista que a posse era um meio legítimo de acesso a terras não ocupadas antes da Lei de Terras.

Agricultores Familiares Pecuáristas de Origem Assalariada, que prestam serviços de forma sazonal; Agricultores Familiares Assalariados e com Rendas não-agrícolas, que são trabalhadores rurais, aposentados, com pequena área própria ou arrendada; e os Agricultores Familiares do Limite do Enquadramento Familiar, que possuem algumas características mais próximas da categoria patronal, como a extensão da área. Isso representa uma diversidade de estratégias, de relações de trabalho e formas de acesso aos meios de produção que persistem dentre os agricultores e pecuaristas familiares da região durante os séculos.

Já Ribeiro (2009) identifica como “pecuarista familiar” majoritariamente aquele produtor cuja origem vem da estância, pela herança patrimonial e cultural que esta o legou. Essa identidade cultural, fruto de uma construção imaginária com forma e intenções específicas, teria então determinado ações concretas na conduta desses indivíduos e na definição de seus modos de vida. O autor ainda salienta que “é importante entender que a identidade do gaúcho estancieiro permanece presente nos pecuaristas familiares embora sejam herdeiros “empobrecidos” da estância”, mas que, paralelamente, este grupo de gaúchos que observa como homogêneo vive uma duplicidade de valores. Dentre estes, Ribeiro (2009) atribui, ao estancieiro, a relação com a terra, com o cavalo e com o gado, e, ao peão, a subordinação, a subalternidade, a submissão e a passividade. Nesse caso, o autor exprime também em sua análise o juízo de valor atribuído a esses dois estratos sociais, enaltecendo a rica herança da estância e depreciando a herança pobre de seus dependentes. Para Fonseca (1994), a invisibilidade do pecuarista familiar está ligada, sobretudo a esta dominância ideológica da cultura do latifúndio, pois o camponês da fronteira, ao imitar o fazendeiro, reproduz sua ideologia mantendo a dominação e, ainda, se limita a si mesmo para construir uma consciência própria de classe.

Fialho (2005) apresenta outros aspectos para essa identidade, na qual cabem dois tipos de representação da figura do gaúcho: “a primeira nata, herdada no sangue, e outra cênica, apropriada como instrumento de afirmação e “status.” Em seu estudo dos Rincões, opta pela primeira, a qual mostra o gaúcho como pertencente a grupo social marginalizado pelos latifundiários. A outra, criada pelo romantismo e incorporada pelos tradicionalistas, transfigurou o *gaúcho* em cavaleiro medieval.

E mesmo o termo “gaúcho” sofreu alterações históricas em sua apropriação. Segundo Fialho (2005), a palavra passou de uma acepção depreciativa, ligada à vida rude de aventureiro e vagabundo do peão livre no período das arreadas, a uma significação positiva, ligada à

sociedade pastoril, organizada em função das estâncias e de seus interesses²⁹. Uma mudança estimulada por conveniência, como corrobora o autor. O termo passou a unir, além de distintas classes, como já foi destacado nesta e em outras obras, as distintas etnias num mesmo perfil identitário, pois, “apesar da segregação racial velada existente no interior da sociedade riograndense, a representação do gaúcho reúne as etnias sob um mesmo tipo social – *gaúcho*” (Fialho, 2005, p.38).

Golin (2004) explica a forma hegemônica como a figura do gaúcho é propositadamente coligada com o perfil do estancieiro conservador, sendo “a expressão de um dos segmentos da modernidade, que procura dar “unicidade” a seres fragmentados, que recriam um tempo e uma sociabilidade imaginária, que, também, conforma a realidade.” Mecanismo pelo qual mantém develados e mesmo sob controle os conflitos de classe do mundo real e do imaginário dominado pelos estancieiros, “pilchado de idealidade”.

Para Golin (2004) a representação cultural da sociedade rio-grandense apresentada em grande medida pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) é conservadora e não tradicional. Ou seja, esse movimento cultural não perpetua elementos de uma sociedade tradicional, mas “a invenção totalizante de um *civismo retrógrado* no interior da sociedade moderna de classes”. Nessa sociedade moderna capitalista, o indivíduo teria “a possibilidade de se inventar e escolher a sua identidade”, descolando inclusive “o seu fazer produtivo de seu viver cultural e imaginário”. Sobre o poder simbólico, conforme define Bourdieu (1998),

(...) os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da “integração moral”.

Como exemplo desse poder dos símbolos, Golin(2004) fala da representação da bombacha, a qual extrapolou o contexto real, como resto de guerra e vestimenta de peões, tropeiros, domadores e changadores; para a generalidade de uma peça típica do homem³⁰ do universo estancieiro, comum a todos os rio-grandenses e, em particular, aos tradicionalistas.

Para o presente estudo, pelo qual procuramos interpretar as relações entre os diferentes tipos sociais, é de interesse compreender esse universo simbólico como um todo, tanto para observar a perspectiva histórica que compõe o perfil atual desses tipos, quanto pela mediação

²⁹ Defendidos tantas vezes nas revoltas armadas vivenciadas na fronteira sul (Brasil – Uruguai – Argentina).

³⁰ E, nas suas versões mais contemporâneas, também da mulher.

que o próprio simbolismo, os aspectos culturais e a composição de ideal representam nas relações (sobretudo as de poder) estabelecidas entre eles.

4. RECONHECENDO

4.1. O contexto regional

4.1.1. Pampa

Do ponto de vista histórico e econômico, o bioma Pampa configurou-se como um sistema agrário específico do RS. De acordo com o estudo conduzido por Silva Neto (2006),

A utilização da Teoria dos Sistemas Agrários e dos instrumentos analíticos a ela associados permitiu caracterizar a formação da agricultura do RS como dominada por duas dinâmicas históricas contrastantes: uma relacionada à economia pastoril, consolidada nas áreas de campo natural, e outra voltada a uma economia agropecuária, tornada efetiva nas áreas de floresta. Trata-se de duas dinâmicas históricas que se desenvolveram independentemente uma da outra.

O estudo histórico dessas dinâmicas permitiu caracterizar os principais processos de diferenciação regional da agricultura. O autor identificou nove regiões mais ou menos homogêneas, correspondentes a sistemas agrários do Rio Grande do Sul. De acordo com essa divisão, a região que foi objeto deste estudo, referente à parcela dos municípios de Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí e Livramento, faz parte do sistema agrário da Campanha, ou de Campo. Esta região, juntamente com os Campos de Cima da Serra, apresenta o menor grau de agregação de valor por hectare, comparado ao das demais estudadas. O autor entende que o domínio histórico da grande propriedade patronal (ou capitalista), baseada na pecuária extensiva, representou para essas um processo de “contra-desenvolvimento” ao longo do século XX.

No entanto, esses processos vivenciados por cada região tem suas raízes já na ocupação do território pelos indígenas e a sucessão de incursões externas, cada uma com objetivos diferentes. Os registros de populações anteriores à chegada dos primeiros conquistadores no território hoje referente ao Rio Grande do Sul fazem menção a três grupos indígenas principais: Jês, nos Campos de Cima da Serra e matos da região Serrana; Guaranis, no litoral, Lagoa dos Patos e margens dos grandes rios, como o Uruguai; e Pampeanos, principalmente Charruas e Minuanos, na região de campo, denominada de pampa gaúcho, ao sul do rio Ibicuí e ao norte no território do Uruguai, bem como grande parte da região de Entre Rios, na Argentina.

Os primeiros contatos dos colonizadores europeus com as populações autóctones ocorreram a partir do século XVII, quando, segundo Da Ros (2006), “avançaram sobre o atual território gaúcho duas linhas de penetração: a portuguesa e a espanhola”. Os padres jesuítas faziam parte de ambas, pois se constituía neste tempo a união entre os Reinos de Portugal e Espanha, mas os representantes portugueses adentraram a leste, até a atual cidade de Rio Grande e os espanhóis a oeste, pois estavam sediados no Paraguai. Enquanto os jesuítas buscavam o domínio das populações indígenas por meio da catequização, os bandeirantes, também representantes portugueses, buscavam o apresamento desses indígenas reunidos nas reduções missioneiras, pois davam preferência àqueles que já estavam “pacificados” e “disciplinados para o trabalho”. (Pesavento, 1994, p. 08).

Entre 1626, quando chegam os primeiros jesuítas, e 1640, quando estes e os índios refugiaram-se na outra margem do rio Uruguai, viveu-se a primeira fase do período missioneiro. Nessas primeiras reduções jesuíticas constituíram-se estâncias pela introdução de gado Vacum, bem como de cavalos trazidos pelos próprios jesuítas da província argentina de Corrientes. Na província do Tape (RS) foram organizadas 18 reduções jesuíticas, dentre as quais a do Yapeju, abrangendo a área que hoje corresponde aos municípios de Alegrete, Uruguaiana, Itaqui e Quaraí. Nessa região habitavam índios nômades das tribos Charruas e Minuanos, localizados entre quatro rios, denominados por eles de Ibicuí, Uruguai, Ibirapuitã e Quaraí. (Trindade, 1985).

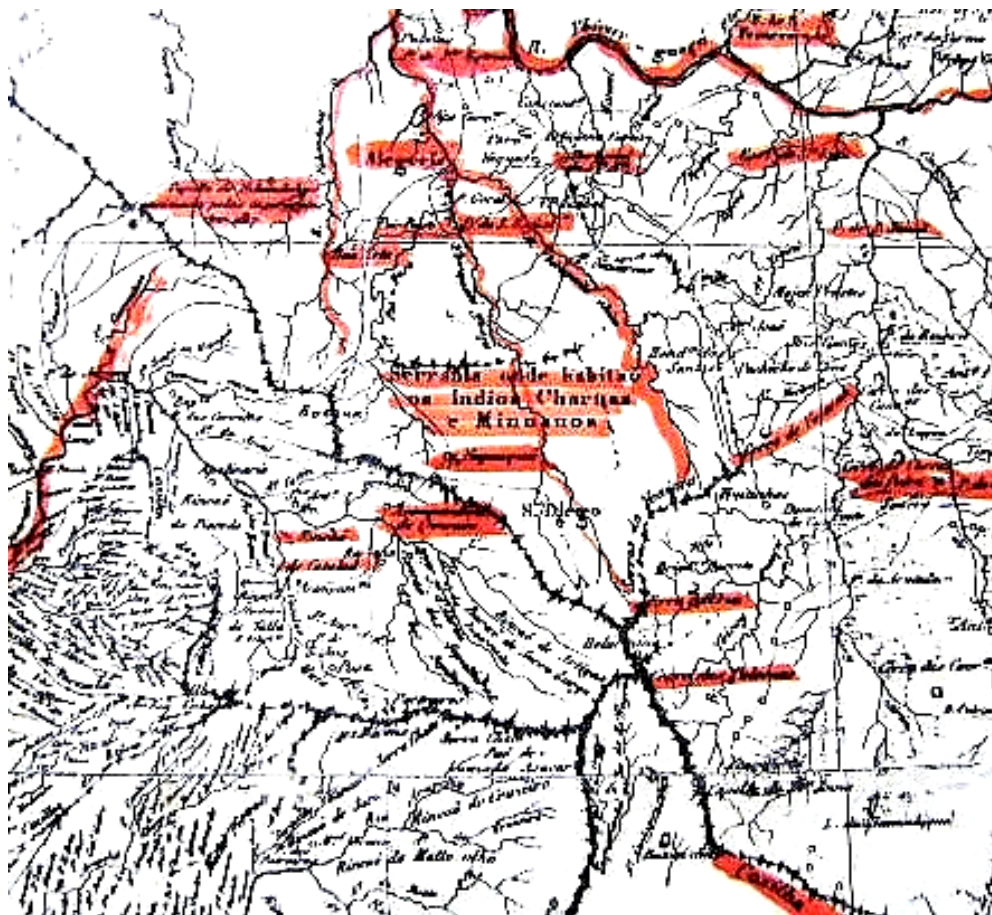


Figura 4: Indicação do local de habitação das tribos Charrua e Minuano entre os Rios Ibirapuitã, Caverá e Pai-Passo, área onde se localiza hoje a APA do Rio Ibirapuitã.
 Fonte: Mapa da província de San Pedro; Visconde de São Leopoldo; 1819-1822. (Acervo do CEPAL)

Nessa fuga, em função do avanço dos bandeirantes ocasionado pela separação de Portugal e Espanha, os indígenas sobreviventes seguiram com os padres para as missões localizadas em território que hoje pertence à Argentina. Ao leste do rio Uruguai, ficaram abandonados os animais, os quais se reproduziram livremente e formaram grandes aglomerados populacionais na chamada Vacaria Del Mar. Esse gado começou a ser caçado e abatido, tanto por portugueses como por espanhóis, que vendiam o couro e o sebo aos comerciantes ingleses e franceses no estuário do rio Prata. (Da Ros, 2006, p.41)

Assim, a preia (captura) do gado xucro tornou-se, naquela época, o fundamento econômico básico da apropriação das terras gaúchas, que configurou por isso o **I Ciclo econômico** vivenciado pela região do pampa e pelo RS. Com a volta dos jesuítas em 1682, foi ocupada a região Noroeste do estado e eles passaram a reunir parte do gado capturado para constituir novo rebanho, fundando os Sete Povos das Missões. Acirraram-se então as disputas entre Portugal e Espanha pelo território, sendo expulsos novamente os jesuítas e os indígenas,

com fim do período missionário do Brasil em 1759. A região foi ocupada por militares e tropeiros de São Paulo, Curitiba, Lages e Laguna. No final do século XVII, a decadência da lavoura de açúcar no Nordeste coincidiu com a descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais, o que foi determinante na concentração de grandes massas populacionais, com maior poder aquisitivo, em cidades distantes do litoral. Esse processo permitiu o surgimento de um mercado interno no Brasil. (Da Ros, 2006). Paulistas e lagunistas passaram a comerciar o gado.

O **II Ciclo econômico** se conforma pelo abastecimento dessas regiões com carne, por intermédio das tropeadas de gado vivo, sendo abertas as primeiras estradas interligando o RS com o resto do país. Os tropeiros e chefes militares foram os primeiros beneficiados com as sesmarias, pelas quais a coroa portuguesa visava fixar conquistadores luso-brasileiros numa região ainda em disputa e estratégica também para os castelhanos. As primeiras sesmarias registradas na região hoje da APA do Rio Ibirapuitã datam de 1814.

III Ciclo econômico: no final do século XVIII, a decadência da mineração reduz o comércio do gado, obrigando os estancieiros à produção do charque. Também foi perdendo a importância o trigo para a exportação produzido pelos açorianos, trazidos na primeira leva de colonização por imigrantes, de forma que estes também acabaram optando pela atividade pecuária.

As charqueadas abatiam o gado oriundo das estâncias da campanha e demandavam volume de mão-de-obra. Segundo Da Ros (2006), “com as charqueadas, iniciou-se a introdução sistemática e significativa de escravos no sul, bem como da acumulação de riquezas a partir da produção direta pelo trabalhador servil”. Foi a primeira indústria do RS e, apesar de regularizar a atividade pecuária e consolidar o poder dos latifundiários, colaborou para a urbanização da economia. As estâncias estavam consolidadas, eram delimitadas por marcos naturais pertencentes ao local (rios, cerros), marcos de pedras fixados ao solo e cercas de pedra (presentes ainda hoje na região em estudo) feitos por escravos. Porém, com a perda de matéria-prima da Cisplatina, pelo desmembramento da banda oriental do território brasileiro, aumentaram os motivos para tensões entre a província e o império, culminando na eclosão da Revolução Farroupilha, a 20 de setembro de 1835. O período que se instala reforça a hegemonia política dos pecuaristas e do caudilhismo. Alegrete torna-se sede política durante um curto período e, assim como outras vilas da região, é elevado logo em seguida à categoria de município. A região toda que hoje corresponde à APA foi o cenário para batalhas históricas, como a que levou à morte de Onofre Pires e a emboscada aos lanceiros negros em Porongos.

O **IV Ciclo econômico** é marcado então pelas revoluções e a consolidação do sistema agrário de campo (Alende, 2006), o qual tem seu auge ao final da Revolução Farroupilha, e com

a Guerra do Paraguai, e seu declínio no final da Revolução Republicana (entre Republicanos e Federalistas), um conflito intraclasses que devastou a campanha, inclusive levando muitas famílias a abandonarem a região. A partir de então ocorre um avanço da economia colonial, cuja política de governo objetivava: suprir a falta de mão-de-obra nas grandes fazendas de café, provocada pelo fim do tráfico negreiro; criar núcleos coloniais voltados à produção de gêneros alimentícios e ao abastecimento interno; promover o povoamento das regiões de fronteira com os países vizinhos; constituir uma sociedade de pequenos e médios proprietários ligados ao governo central, quebrando assim a hegemonia política e econômica dos latifundiários.

Isso se reflete no **V Ciclo Econômico**, vivenciado pela região da campanha, que passa por um período de diversificação produtiva.

A estruturação dos transportes, com a estrada de ferro em 1900 conduzindo a produção para as demais regiões do estado, e o transporte fluvial pelos rios Ibirapuitã e Ibicuí foi determinante para esse ciclo. Segundo Alende (2006),

Em 1901 havia em algumas propriedades do município de Alegrete parreirais de uvas finas, exportavam-se vinhos e, em 1905, era feita a colheita de 60 mil quilos de milho da lavoura mecanizada, preparada com três plantadeiras a disco. O cultivo de arroz irrigado iniciou em 1907 com uma lavoura onde foram colhidos 80 sacos. Pela estrada de ferro eram transportados a lã, o couro e animais. (ALENDE, 2006, p.57)

Na própria pecuária, a ovinocultura inaugura nova fase com a lã exportada para a Europa na I Guerra Mundial, que passa a ser um produto tão ou mais importante que o gado (utilizado como reserva de valor). Em 1912, é fundada a União dos Criadores, objetivando modernizar e renovar a pecuária gaúcha. Nesse período também chegam à região os frigoríficos Swift-Armour e Anglo, porém sem obter a esperada repercussão. Já em 1923, outra vez a região vira palco de batalhas, para Chimangos, comandados por Borges de Medeiros e Maragatos, por Assis Brasil (apoiado por caudilhos da região como Honório Lemes, que ficou conhecido como o leão do Caverá).

Na década de 30 inaugura-se um novo ciclo com a modernização³¹ da pecuária e da agricultura, sendo, portanto, o **VI Ciclo econômico** da Campanha. É o período da expansão do crédito e financiamento pelo Banco do Estado para a modernização da pecuária, da destinação do arroz irrigado para fins comerciais, do seu plantio, assim como da soja, em áreas

³¹Geralmente o processo da modernização agrícola é atribuído ao período posterior a Segunda grande Guerra, principalmente em função do avanço nas indústrias química e mecânica. Entretanto, mesmo anteriormente a esse período já ocorria a padronização de nível industrial nesse e em outros setores por meio de outros elementos, como, por exemplo, a genética animal.

arrendadas. A agricultura e a pecuária presentes nos sistemas familiares estavam marginais, ligadas às estâncias ou utilizando práticas semelhantes a essas. Da Ros (2006) salienta que o período das décadas de 60 e 70 foi de grandes transformações para a região da Campanha, pela concentração de capital dentre os pecuaristas com aqueles cuja especialização produtiva levou ao surgimento das *cabanhas*³² e *haras*³³. Além desses, as *granjas*, que julga terem representado a maior transformação sócio-espacial da região através da penetração do capital dos colonos com a plantação de arroz, entre outras culturas. Essas passaram a ocupar grande parte das áreas de várzea e dividir o espaço antes exclusivo da pecuária na economia, inclusive remunerando os pecuaristas por meio do arrendamento, sem alterar a estrutura fundiária ali estabelecida.

Outra mudança significativa ocorrida na Campanha Gaúcha, porém nos mesmos moldes estruturais, foi a inserção da vitivinicultura pelas grandes agroindústrias do setor. Tais mudanças culminaram atualmente em uma situação de grande heterogeneidade entre categorias no espaço rural, evoluindo, desde a oposição patrões/trabalhadores e agricultores familiares, para subdivisões desses segmentos sociais, principalmente em decorrência da mudança na base técnica produtiva, pela intensificação em capital, e das diferenças entre os mercados com os quais se relacionam.

Quanto à configuração de um novo ciclo econômico a partir do período atual, podem-se fazer inferências sobre o impacto do grande número de assentamentos sendo implantados desde a década de 90 nos municípios de maior concentração fundiária do estado, pois esta mudança na estrutura fundiária representaria uma diferença real das fases anteriores. Também se deve levar em consideração o acesso dos agricultores e pecuaristas familiares, até então excluídos dos projetos de desenvolvimento envolvendo a região, às políticas públicas³⁴ e serviços já disponíveis nas regiões de predominância da agricultura familiar.

Porém, outra tendência concorre com esta perspectiva apresentada, que é a da continuidade da inserção de grandes grupos empresariais adquirindo extensões representativas de terra. A concentração de terras vem se reconfigurando, há alguns anos, com indústrias de laticínios e, mais recentemente, com papeleiras³⁵, que continuam a concentrar terra, mas

³²Propriedades que conservam a estrutura fundiária, porém modernizaram as técnicas de manejo e o mercado, especializando-se também na genética reproduzida nos rebanhos. Segundo Da Ros (2006), esses “empreendimentos nada mais são do que empresas comerciais” que introduziram no setor o novo padrão de acumulação capitalista, marginalizando os pecuaristas tradicionais.

³³ “Tais estabelecimentos passaram a se concentrar na criação de cavalos de corrida, destacando-se as raças crioula e puro sangue inglês” Costa (1988: p. 62-63) apud Da Ros (2006).

³⁴ Os primeiros acessos a crédito ocorreram pelo RS Rural (estadual) e PRONAF (federal) a partir da década de 2000, quando também chega à região o programa Luz para Todos (federal).

³⁵ Stora Enzo, Aracruz celulose, entre outras.

representam uma mudança na forma de ocupar o meio rural, distanciando-o da trajetória histórico-cultural protagonizada pelas diversas categorias de produtores rurais que ainda predominantemente ocupam o território.

Os versos de Cenair Maicá catalizam essa estrutura social em poesia:

“Hay os que se perdem por perder raízes que não acham mais
Hay os que se encontram por voltar às fontes dos seus ancestrais
E as encruzilhadas parecem caminhos a se afastar
Quando na verdade são pontos de encontro pra quem quer voltar”
(Cenair Maicá)

Quadro 1³⁶ : Síntese dos principais ciclos econômicos vivenciados na campanha

Período aproximado	Atividades econômicas predominantes	Tipos sociais predominantes nas relações	Elementos que desencadearam a decadência
1682 a 1750	Caçadas ao gado das Vacarias; Venda de couro e sebo	<ul style="list-style-type: none"> - Padres jesuítas - Indígenas reducionados - Aventureiros mestiços e representantes da coroa portuguesa - Indígenas tribais 	Demanda por carne nas Minas Gerais, ocupação do planalto por tropeiros paulistas, paranaenses e catarinenses
1750 a 1800	Criação nas estâncias e venda de gado para as tropeadas	<ul style="list-style-type: none"> - Tropeiros - aventureiros, mestiços e indígenas tribais - militares - bandeirantes - indígenas oriundos das missões 	Decadência da mineração, necessidade de produção do charque
1800 a 1835	Criação de gado, venda para as tropeadas, fabricação e venda do charque, comércio de escravos	<ul style="list-style-type: none"> - mestiços, empreiteiros, posseiros - peões - estancieiros - militares e representantes da coroa portuguesa - escravos 	Perda de matéria-prima da Cisplatina, conflitos entre a elite agrária gaúcha e o império

³⁶ Elaboração da autora.

1835 a 1900	Criação de gado, venda para as tropeadas e transporte de trem, fabricação e venda do charque;	<ul style="list-style-type: none"> - peões - estancieiros - militares - escravos libertos, andarilhos - comerciantes e mascates - agregados e posseiros 	Conflito intra-classe (Revolução Federalista) e avanço da economia colonial e substituição da mão-de-obra escrava
1900 a 1930	Criação do gado, venda para frigoríficos, cultivo de lavouras, comércio de lã, uvas, milho, gado e couro	<ul style="list-style-type: none"> -imigrantes - peões - estancieiros - produtores de médio porte - desempregados, ex-escravos marginalizados -agregados e posseiros - servidores públicos 	Modernização da pecuária e da agricultura, ampliação do crédito pelo Banco do Estado
1930 a 1990	Criação do gado, uso de tecnologia genética e sanitária, venda de animais para frigoríficos, arrendamento de áreas para lavouras, cultivo e venda de arroz, uvas viníferas, fabricação de vinho.	<ul style="list-style-type: none"> - estancieiros modernizados - estancieiros tradicionais - pecuaristas familiares - colonos - arrozeiros - changueiros - peões - minifundiários 	Implantação de assentamentos, crédito para a agricultura familiar, compra de extensas áreas e instalação de empresas de grande porte (laticínios e papeleiras)

4.2. O lugar

4.2.1. APA

A APA do Rio Ibirapuitã foi criada pelo decreto federal 529, de 20 de maio de 1992 e objetiva preservar fauna e flora regionais, a cultura e a tradição do gaúcho residente na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, bem como melhorar a qualidade de vida das populações que residem em seu interior, através da orientação e da disciplina das atividades econômicas locais. No entanto, sua criação foi conduzida sem um processo de negociação prévio com a população local, ignorando a diversidade de práticas sociais e a complexidade nas formas de exploração do espaço rural. Seu Plano de Gestão, elaborado antes da promulgação da Lei que cria o SNUC³⁷, possui diversas situações descritas que não condizem com a realidade local. Não há ainda um Plano de Manejo dessa UC, nem mesmo um levantamento do número e distribuição das unidades de produção, tampouco dos seus produtos e potencialidades. Na tentativa de preencher algumas dessas lacunas de informação, o presente estudo buscou aliar o conhecimento sobre as condições naturais desse agroecossistema com a exploração de informações sobre a sua forma de ocupação e dinâmicas atuais.

Conforme foi descrito anteriormente, a APA do Ibirapuitã é uma unidade representativa do Pampa, e, como tal, apresenta as características inerentes a esse ecossistema. A atual conformação campestre dessa região da campanha é resultado de processos históricos anteriores à ocupação humana (cerca de 12.000 anos atrás). Apesar de alguns autores afirmarem que a presença exclusiva de pequenos herbívoros exercendo pouca e localizada pressão de pastejo antes da chegada de ovinos, bovinos e eqüinos, Quadros & Pillar (2002) resgatam evidências da presença anterior (8.000 anos atrás) de grandes herbívoros. Apontam o pastejo e as práticas culturais de uso do fogo como fatores de grande influência na distribuição de espécies do campo nativo.

Além desses, é outro condicionante a evolução climática, pois o frio e a propensão a geadas, no inverno e, no verão, calor e seca (déficits hídricos), são desfavoráveis para as espécies florestais. Já a presença frequente de espécies C₃³⁸ nos campos da região sudoeste do Rio grande do Sul, os chamados “campos finos”, é um indício da persistência de uma

³⁷ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, criado em 2000, segundo o qual se estabeleceram novos conceitos de gestão para essas unidades.

³⁸ Plantas de estação fria, menos eficientes no acúmulo de biomassa, porém de maior valor nutricional (forrageiro).

vegetação de climas passados, mais frios e secos. Segundo Hasenack et. al.(2007), essa região corresponde à região fitoecológica da Savana estépica e possui 48% de cobertura natural e semi-natural.

Conforme da Silva (2008) “a vegetação da APA está associada aos ecossistemas "Campo Nativo", "Banhado" e "Mata Aluvial", bem como às transições entre estes ecossistemas”. As várzeas estão, em grande parte, ocupadas com a cultura do arroz irrigado, porém, nas porções em que ficaram preservadas, estão os banhados. Estes se criam com vegetação nativa característica de áreas alagadas, tal qual a grama bioadeira (*Leersia hexandra*) e a grama-tapete *Axonopus affinis* (característica de solos mais profundos com alta umidade) ou em associação com a mata aluvial, na qual predominam as espécies da Família Anacardiaceae (aroeiras). Nas áreas de campo nativo, pode ocorrer a dominância de espécies prostradas com bom valor forrageiro como grama-forquilha (*Paspalum notatum*), espécies de inverno como flechilhas (*Stipa* spp., *Aristida* sp. e *Piptochaetium stipoides*.), cabelo de porco (*Piptochaetium montevidensis*), babosa (*Adesmia bicolor*) trevo nativo (*Trifolium polymorphum*.), amendoim nativo (*Arachis burkartii*), assim como plantas cespitosas, tais quais o capim caninha (*Andropogon lateralis*), principalmente nas áreas de solo mais profundo (Rocha, 2005).

Nos solos basálticos pode-se encontrar em áreas de baixa pressão de pastejo uma fisionomia de dupla estrutura onde se destacam dois estratos, um mais baixo, composto por plantas prostadas, e outro mais alto constituído por plantas cespitosas, chamados de campos grossos, pela presença mais significativa de herbáceas. Também se encontram espécies características de solos rasos, como *Rhynchosia diversifolia* (leguminosa de solo litólico), onde predominam as cespitosas, e pode-se encontrar o espinilho (*Acacia caven*) em associação com plantas entouceiradas em sua base. E, nas porções mais arenosas, encontram-se plantas indesejáveis como Mio-mio (*Baccharis coridifolia*).

A área da APA está em uma região de transição entre a Campanha, à margem esquerda e ao sul do rio, e a Depressão periférica, nas proximidades da margem direita. A maioria dos solos tem o basalto como material de origem, cabendo salientar que, nas proximidades, está o último derramamento da Formação Serra Geral a oeste, a Serra do Caverá, no município de Rosário do Sul. No território se encontram ainda áreas cobertas por arenitos (Formação Botucatu).

Nessa zona de transição a que corresponde a APA fica então conformado um mosaico de solos, que provavelmente seria evidenciado com a construção de um mapa de solos em escala apropriada (1:15.000) para o nível de análise do terreno. No atual mapeamento do RS (escala 1:50.000) aparecem predominando ao Sul e à margem esquerda do Ibirapuitã solos

rasos e/ou de maior fertilidade como o Neossolo Regolítico Eutrófico, com algumas manchas de Vertisolo Ebânico Órtico chernossólico a oeste. À margem direita estão os mais arenosos como o Argissolo Vermelho Distrófico arênico, em manchas ao norte ou em associações com o Argissolo Bruno-Acinzentado Alítico úmbrico e com os anteriormente citados em toda a região central da APA. Já nas várzeas do rio pode-se encontrar os solos resultantes do encharcamento dessas áreas baixas como o Planossolo Háptico Eutrófico arênico. (Streck, 2008)

A hidrografia está toda relacionada com a bacia de contribuição do Rio Ibirapuitã, tendo como principal afluente o Rio Ibirapuitã Chico, em Rosário do Sul, assim denominado pelos moradores devido às dimensões menores que o principal. Algumas sangas, de menor porte do que os arroios demarcam os limites entre municípios. É o caso da Sanga do Salso, entre Alegrete e Rosário, a Sanga da Divisa, entre Alegrete e Quaraí, e o Arroio dos Cardoso entre Rosário e Livramento.

Nota-se que essa distribuição de solos e hidrografia acompanha o relevo dos locais: na margem esquerda, a sudoeste, próximo à nascente do Rio Ibirapuitã, encontram-se as maiores altitudes (+ 350 m) (Zona 2 Alta), com cadeias de morros tais quais os chamados “Cerros Verdes”, encontradas no município de Santana do Livramento; a leste, está o relevo mais acidentado, alterando áreas de altitude e áreas menos elevadas nas proximidades da Serra do Caverá, correspondendo ao município de Rosário do Sul (Zona 2, entre 1 e 3); e, nas demais micro-regiões (Zonas Baixas, 1 e 3), ao norte e a sudeste, existem áreas mais baixas e relevo ondulado a fortemente ondulado com afloramentos rochosos e presença de algumas elevações chamadas de Cerros³⁹.

³⁹ Alguns medindo até cerca de 20 metros de elevação. Ex: Cerro do Dinheiro, Cerro dos Porongos, Cerro do Tarumã...



Figura 5: Localidade de Cerros Verdes (Santana do Livramento), maiores altitudes ao Sul da APA.



Figura 6: Norte da APA (município de Quaraí, divisa com Alegrete), região mais plana e baixa.

4.2.2. Zonas homogêneas

De acordo com a sobreposição de mapas temáticos elaborados para a APA, foi possível dividir o seu território em três (3) zonas de intersecção entre características agroecológicas, conforme será apresentado na seqüência a seguir.

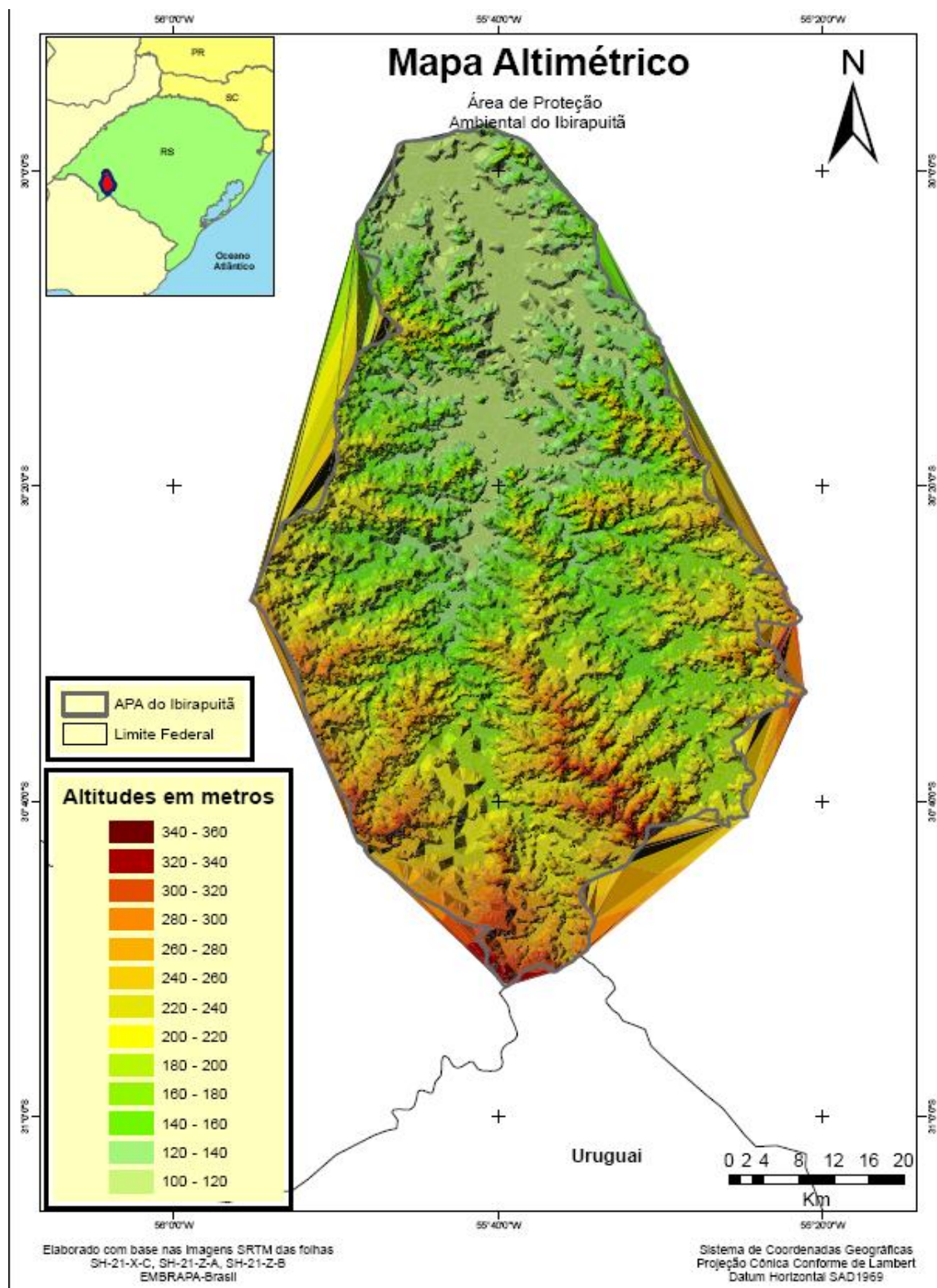


Figura 7: Mapa altimétrico APA do Rio Ibirapuitã.

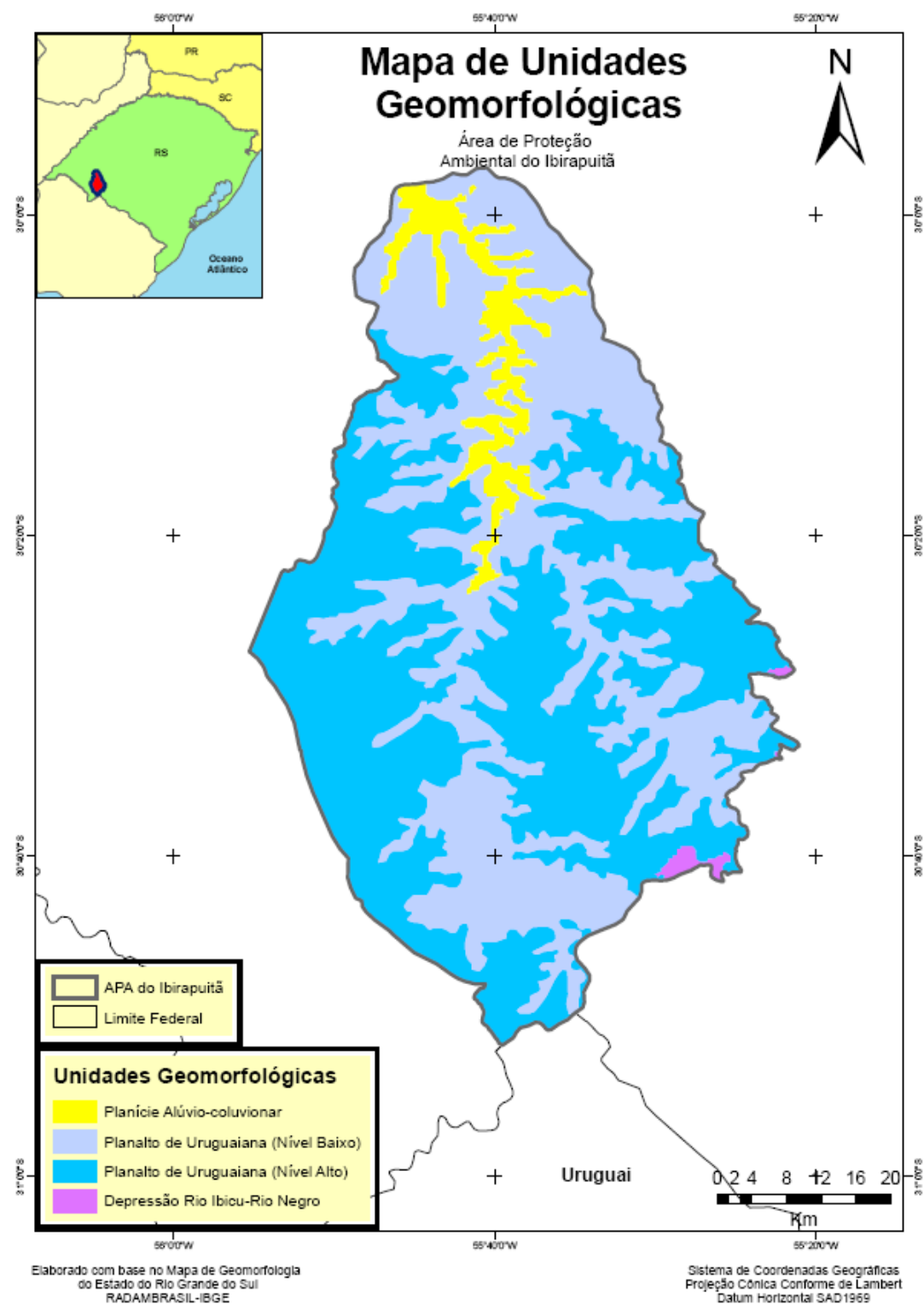


Figura 8: Mapa de Unidades Geomorfológicas da APA do Rio Ibirapuitã.

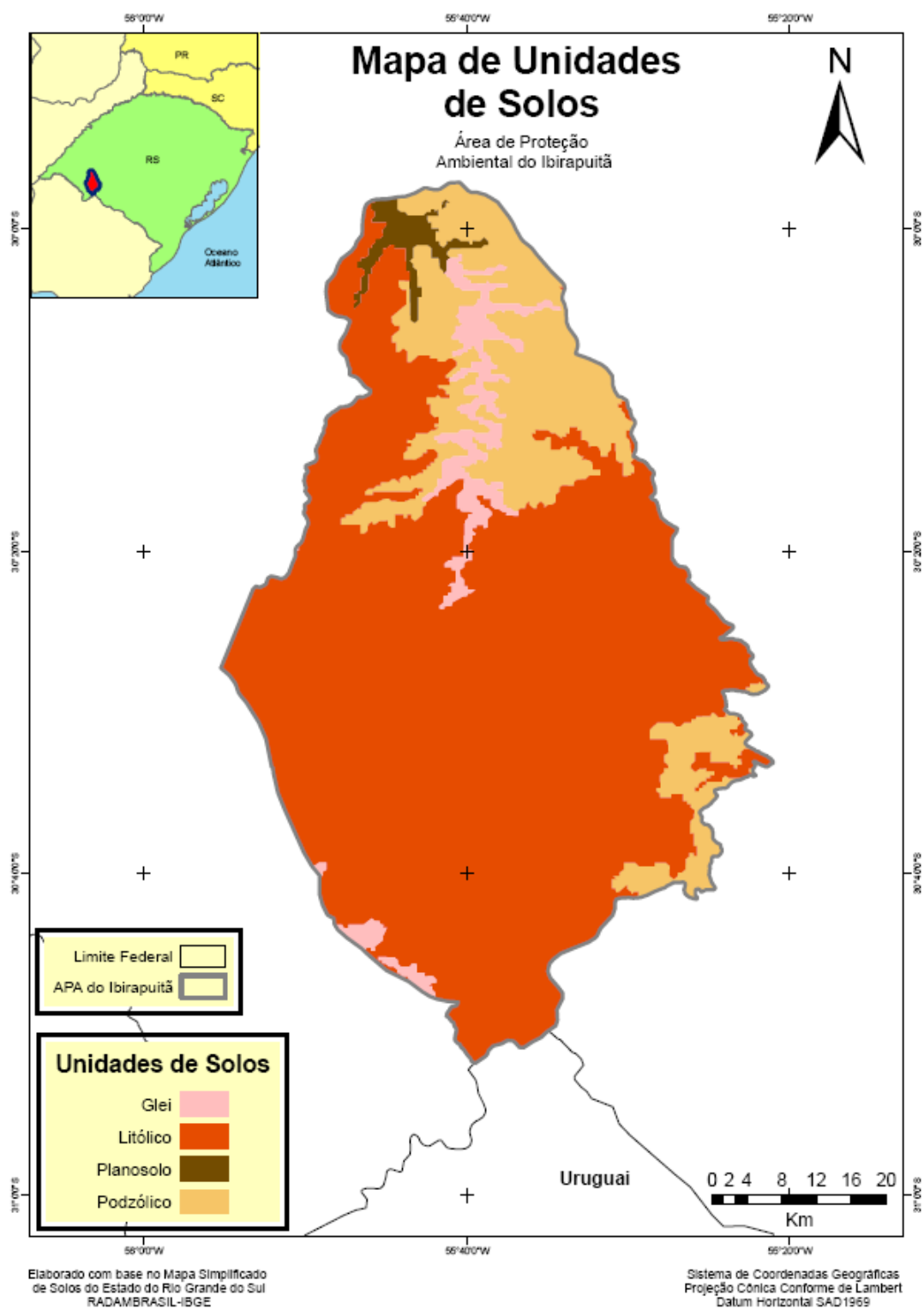


Figura 9: Mapa de Unidades de Solo.

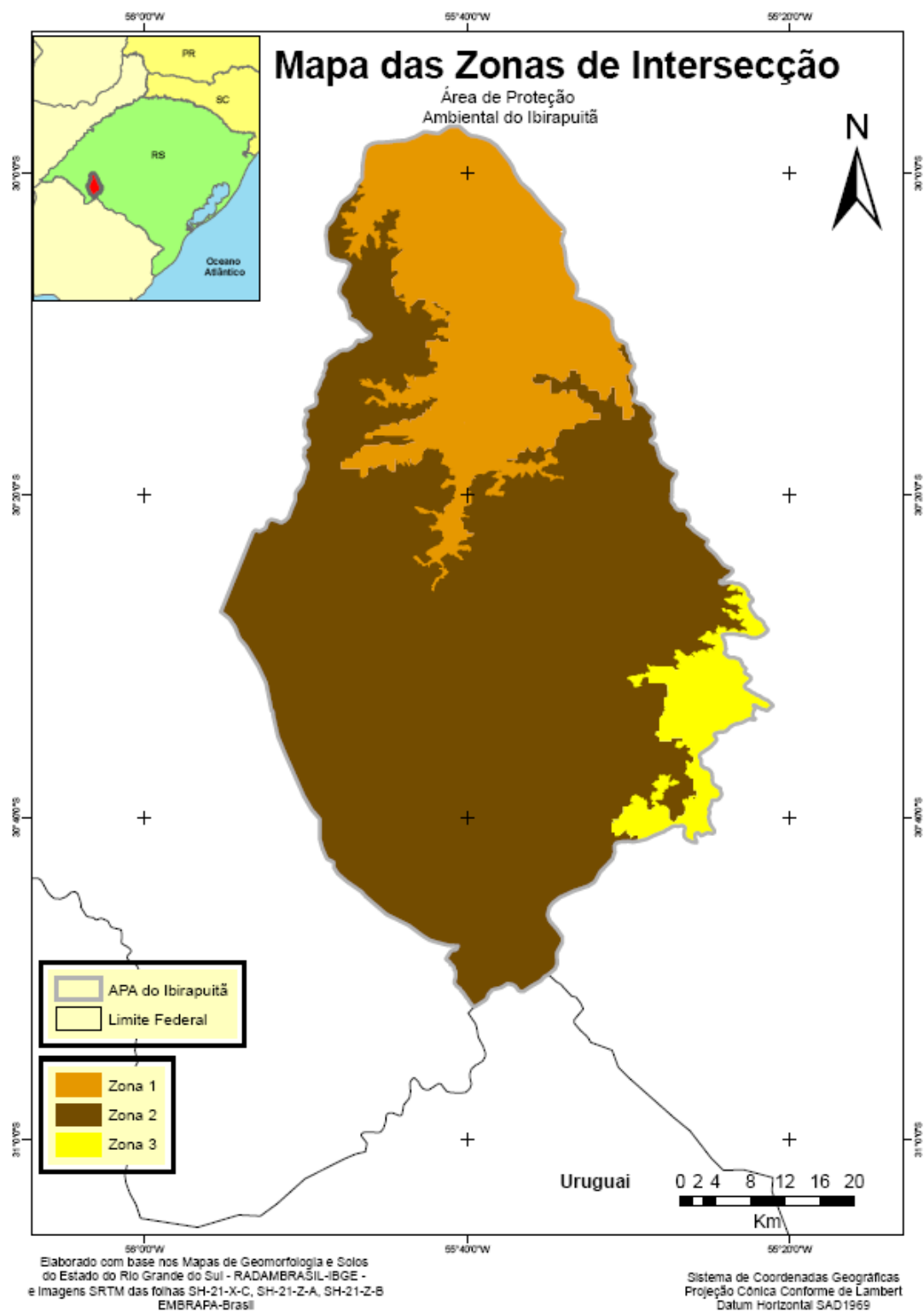


Figura 10: Mapa das Zonas de Intersecção.

As atividades produtivas praticadas pelos estabelecimentos contidos na APA do Ibirapuitã apresentam certa diferença conforme a zona agroecológica, mesmo predominando a

pecuária extensiva em todas elas. Nas Zonas Baixas denota-se a presença da agricultura, diferindo conforme o nível altimétrico. Na Zona 1 Baixa (menores altitudes) tem-se o diferencial das grandes áreas de várzea do Rio, as quais estão ocupadas majoritariamente com a cultura do arroz. Já na Zona 3 Baixa (altitudes intermediárias) ocorre a ocupação das coxilhas com o cultivo de soja. Na Zona 2 Alta a atividade pecuária extensiva é praticamente hegemônica.

Entretanto, além da caracterização agroecológica, essa distribuição das zonas homogêneas trouxe outro indicativo. Defrontando-a com a distribuição dos núcleos populacionais identificados a campo, notou-se que dentro das Zonas Homogêneas não há grandes diferenças quanto à ocupação. No interior das três zonas predominam as poucas e grandes propriedades, e nas suas adjacências é que se encontram as propriedades menores, sempre no limite entre as zonas homogêneas. Isso quer dizer que a agricultura familiar encontra-se concentrada em regiões de transição entre características homogêneas de solo e relevo, distribuídas ao longo da linha divisória entre as zonas agroecológicas, conforme pode ser visto nas Figuras a seguir.



Figura 11: Vista do Rincão do Inferno (Alegrete/Quaraí), formação das grotas (vales) na transição entre Zona 2 Alta e Zona 1 Baixa.

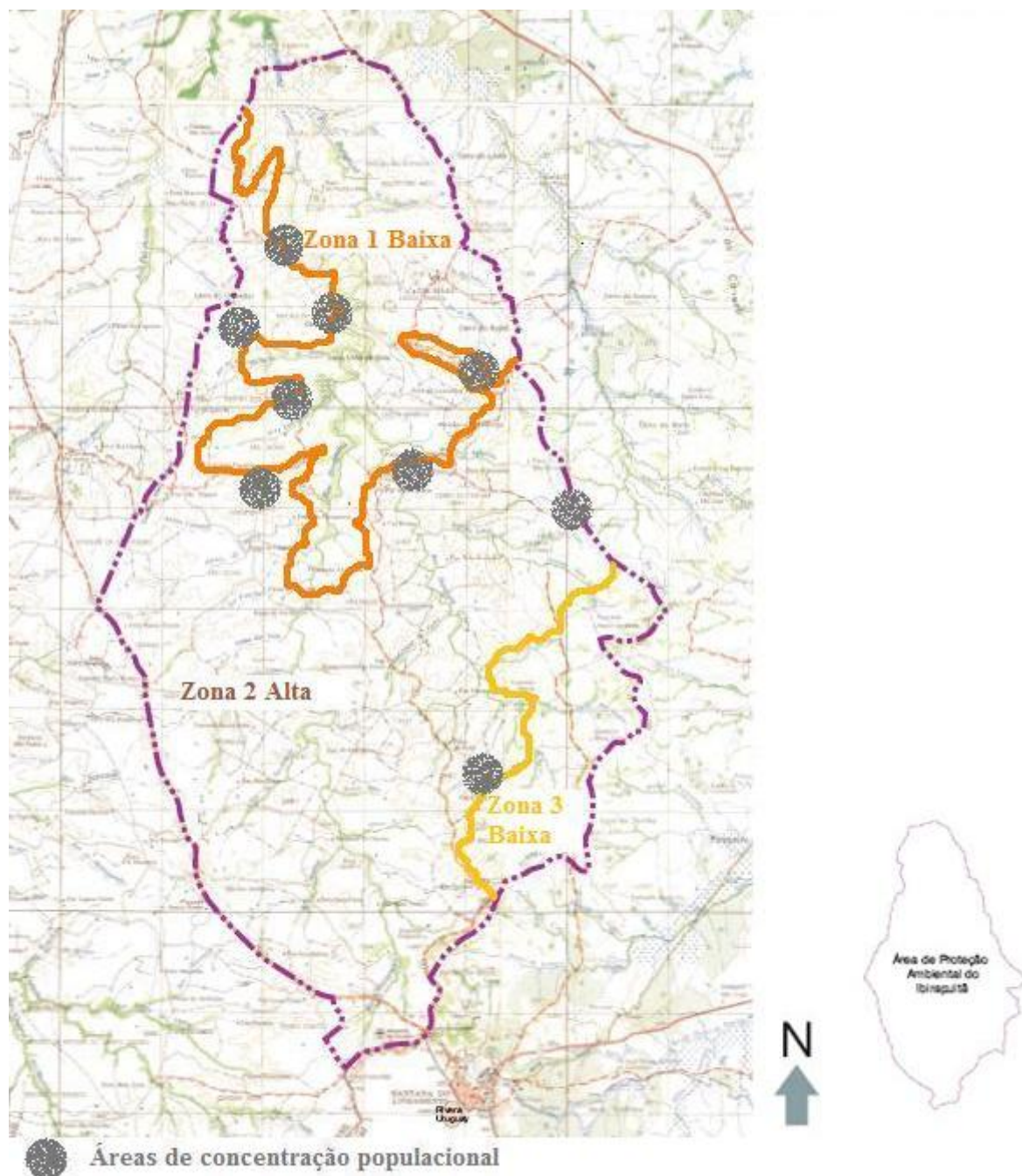


Figura 12: Localização dos núcleos populacionais em relação às Zonas Homogêneas na APA do Ibirapuitã.

FONTE: Documento descritivo da Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã (Adaptado). Disponível em: <<http://apaibirapuita.criadordesites.com.br/mysite/?page=2298>> Acesso em: 10/08.

4.3. Sua gente

4.3.1. Rincões

Esta distribuição da maior parte da população na linha de transição entre Zonas homogêneas com diferentes características agroecológicas tem origens prováveis no próprio processo de ocupação do local. Na formalização da posse de terras nessa região através da distribuição de sesmarias, tinham prioridade os militares, comerciantes bem sucedidos e indivíduos provenientes de famílias com boas relações com a coroa. Estes requisitavam grandes áreas para serem documentadas, por vezes correspondendo a mais de uma sesmaria⁴⁰, as quais, pela legislação vigente na época, deveriam apresentar delimitações naturais como referência. Já os estabelecimentos menores ocupavam as áreas menos prioritárias ao avanço inicial das sesmarias, ou mesmo compunham parte da área dessas estâncias, como moradia de agregados e posteiros⁴¹. Esses últimos não tinham a posse da terra e prestavam serviços aos seus donos para poderem acessá-la.

Em tais áreas limítrofes, geralmente estavam os rios e sangas, utilizados como demarcação para o perímetro das propriedades e como barreiras naturais ao avanço dos rebanhos. Conforme Farinatti (2007), para os modelos de manejo da época, "(...) um rebanho criado em campo sem limites naturais poderia exigir até o dobro de peões do que outro do mesmo porte, que estivesse em um campo com rincões 'naturalmente cercados'". Para os demais moradores, esses locais facilitavam o acesso à água e a recursos como a lenha, frutas, etc.

O próprio termo "Rincão" parece ter sofrido alterações de significado ao longo do tempo pela mudança na apropriação e uso dos redutos assim denominados. Derivado do idioma castelhano, "Rincón", indicava a área entre um rio e seu afluente. Referia-se, no período das estâncias missioneiras, ao espaço destinado para a lida com o gado (essencialmente manejo sanitário e seleção) no campo aberto, cercado por rios ou outras barreiras naturais, tendo apenas uma saída terrestre. Depois, tomou a acepção de um local a serem instalados os postos das estâncias portuguesas, para manejo e controle da fuga dos rebanhos. Quando essas lidas passaram a ser feitas nas sedes das fazendas e houve o cercamento dos campos, desaparece

⁴⁰ Área equivalente a pouco mais de 13.000 hectares.

⁴¹ Cuidavam do "posto" da estância, uma pequena sede nos limites desta, onde havia currais e mangueiras e os moradores podiam fazer cultivos.

a necessidade premente do grande número de peões posteiros. Algumas áreas foram desmembradas como pagamento de indenizações trabalhistas, ou requisitadas pela posse; outras foram incorporadas às demais áreas de campo das fazendas, retirando seus moradores para fora dos seus limites.

Os rincões perderam o vínculo exclusivo com essas unidades, pois não eram mais necessárias às suas delimitações e ao trabalho ali realizado. E, mais recentemente, o “Rincão” é concebido como localidade de residência de certo grupo social, geralmente referindo-se a famílias, pois muitas delas continuaram residindo nesses locais. Inclusive nas denominações ficam evidentes esses indicativos de localidade ou comunidade a que se referem, conforme o sobrenome das famílias ou mesmo características naturais que predominam no local. Ex.: Rincão da Chirca, Rincão Bonito, Rincão dos Batista, Rincão dos Barreto, Rincão dos Machado, etc.

Outro aspecto a ser destacado é a construção de estradas, dando acesso às estâncias e aos Rincões. Grande parte dessas vias não foi construída de forma planejada, mas conforme a necessidade dos moradores e seguindo a lógica de contorno das propriedades. São os chamados “corredores”, que estão entre os limites das grandes propriedades, interligando os Rincões. Contudo, estando a maior parte da população em zonas marginais, de transição entre características naturais, essas estradas passam majoritariamente por áreas de difícil acesso (dentro de rios, sangas, banhados, cerros de pedra). Esse fator torna difícil a sua manutenção e, principalmente em épocas de chuva, algumas localidades ficam isoladas.

5. COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS

5.1. Tipos de Agricultores

Considerando a terra como espaço mediador de relações, onde estão em disputa diferentes interesses, observa-se, no campo, a diferença de poder instituída pelo acesso e apropriação desse meio de produção. De maneira geral, essas relações fundamentam tipos sociais com diferentes concepções em relação ao seu espaço de atuação de forma geral, e em relação ao rural, de maneira mais específica.

Na forma como se apresentaram tais relações para a realidade da APA do Rio Ibirapuitã, utilizar como recurso o enquadramento dos atores sociais locais em tipos característicos permitiu a estratificação do grande grupo dos indivíduos atuantes na região, reunindo-os, segundo suas concepções de uso da terra e do espaço rural, em conjuntos mais semelhantes. Estes foram hierarquizados pelas características das categorias sociais e da lógica predominante nos estabelecimentos. Em estudo semelhante abrangendo a região, Alende (2006) atribui à Zona por ele denominada de Serra do Caverá, que abrange a APA e também arredores da cidade de Alegrete, significativa presença de Agricultores Familiares Pecuaristas de Origem Estancieira (AFPOE), quanto mais distantes estiverem os estabelecimentos situados em relação à cidade. Por outro lado, nas localidades de maior concentração das unidades familiares, encontram-se Agricultores Familiares Pecuaristas de Origem Assalariada (AFPOA) e os Agricultores Familiares Assalariados e com Rendas Não-agrícolas (AFA-RNA), vivendo em estabelecimentos com dimensões menores. Essas hipóteses foram confirmadas no presente trabalho e adicionadas a outras constatadas pela pesquisa das quais o estudo anterior não se ocupou.

No presente estudo, a definição dos tipos de agricultores formou conjuntos compostos por unidades com a mesma representação social e semelhança nos objetivos de utilização do estabelecimento. Foram identificados três grupos principais, correspondendo às categorias sociais do segmento Patronal, do Familiar e do Proletariado, bem como algumas subdivisões internas a estes, segundo o tipo de estabelecimentos e agricultores que abrangem, conforme descrição a seguir.

Dentre os patronais:

- I. Empresariais;
- II. Tradicionais

- a. Típicos;
- b. Com turismo.

Dentre os familiares:

- I. De Origem estancieira;
- II. Assalariados e changueiros;
- III. Aposentados;
- IV. Quilombolas;
- V. Comerciantes;
- VI. Ocupantes ou agregados.

Dentre o proletariado:

- I. Assalariados permanentes e temporários;
- II. Andantes ou “teatinos”.

5.1.1. Segmento Patronal

Reúne indivíduos oriundos principalmente das famílias herdeiras das Sesmarias (séc. XIX) e dos agricultores capitalizados de outras regiões do estado que adquiriram áreas no período da modernização e diversificação produtiva (século XX). São encontrados na região estabelecimentos desse segmento com áreas de 500 até 10.000 ha.

Suas propriedades ocupam predominantemente o território da APA, prevalecendo em todas as Zonas Agroecológicas identificadas. Entretanto, poucos residem no local, mantendo suas residências nas sedes dos municípios onde se localizam as áreas produtivas ou mesmo nas outras cidades de grande porte do Estado.

A mão-de-obra ocupada na atividade produtiva é basicamente contratada, por assalariamento ou pagamento de diárias e inclusive pela “troca de favores”. A atividade do proprietário corresponde ao gerenciamento, principalmente financeiro e estrutural, pois em alguns casos até as decisões produtivas são tomadas por outros agentes (capatazes, administradores, assessores técnicos, etc.). Outro fator importante é que alguns são moradores das localidades, mas a maioria não, o que diferencia a gestão do empreendimento e a rede de relações do local para os dois casos. Dentre os agricultores patronais que são moradores, pode-se encontrar a figura do proprietário-trabalhador, principalmente naquelas unidades onde há pouca mão-de-obra contratada. Mesmo assim, dificilmente a família toda reside no meio rural.

I. Empresariais

Emergidos da modernização da agricultura, sua produção de riqueza depende da exploração do trabalho assalariado combinado à intensificação tecnológica e à especulação sobre os preços dos produtos e da terra.

As famílias dos proprietários por vezes são originárias de outras regiões do RS e ligadas a outros setores da economia e, geralmente, não residem no estabelecimento nem mantêm ligação com a dinâmica das localidades rurais. Por isso, ficam alguns membros da família responsáveis pela administração dos negócios, ou deixam a cargo de terceiros a gestão das unidades de produção agrícola. Os mais jovens, em alguns casos trabalham juntamente com os empregados, no entanto possuem formação profissional específica. A renda familiar, por sua vez, é complementada por salários de membros que são profissionais liberais e por atividades em outros setores.

A mão-de-obra contratada, além dos serviços de diaristas nas mais diversas funções, pode ser composta por uma equipe de funcionários fixos com: caseiro, cozinheira, peões, tratoristas, assistência técnica e administração, variando conforme o tamanho, o sistema de produção e o grau de especialização. Muitos dos funcionários são de outros locais ou mesmo dos centros urbanos, especialmente os assalariados permanentes, pois, em geral, os critérios para desempenhar as atividades exigem qualificação específica não encontrada dentre os moradores dos rincões. Estes desempenham algumas funções temporárias e esporádicas, por demanda sazonal. Constrói-se nesse âmbito uma relação estritamente profissional entre patrão-empregado, com cumprimento mais efetivo de exigências legais trabalhistas pelos contratantes e de produtividade do trabalho pelos contratados. Em alguns casos, os funcionários são chamados de “colaboradores”, de modo a estreitar essa relação.

As unidades funcionam nos moldes empresariais, são as cabanhas e agropecuárias, produtoras de monocultivos com valor agregado no produto, geralmente em função das tecnologias de alto custo aplicadas (genética e equipamentos). Elas tem as maiores áreas, de até 10.000 hectares, principalmente as que desenvolvem também a pecuária em sistemas semi-intensivos. As projeções normalmente ficam em torno da valorização do produto e retorno de capital investido, dependendo desse fator a ampliação da área e continuidade das atividades com os atuais produtos. Mesmo não sendo a regra geral, a opção por manter-se nas áreas em vista de arrendamento facilita essa migração de localidade ou atividade, não imobilizando capital na aquisição de terra. A busca por nicho de mercado para colocação dos produtos se reflete na relação com a Unidade de Conservação, procurando maior agregação de valor em

função de a produção ser feita em conformidade com proposta da APA do Rio Ibirapuitã (marketing ambiental).

II. Tradicionais

São originários da lógica de obtenção da terra como fonte de poder, baseada no pressuposto da propriedade, do patrimônio a ser conservado, bem como na racionalidade latifundiária.

a) Típicos

São os estancieiros e fazendeiros. Seus sistemas são extensivos em área e mão-de-obra, pois, além das atividades, também o número de trabalhadores por unidade de área é baixo, de modo que a prática se desenvolve em áreas medianas a grandes (entre 500 a 2000 hectares). Em grande parte das propriedades, os proprietários são moradores, mas geralmente sem a família, os jovens estudam na cidade. Entretanto, há uma noção de patrimônio familiar a ser preservado pelos filhos quando da sucessão, e mesmo pelo investimento de parte da renda gerada fora, na manutenção da unidade.

A mão-de-obra contratada restringe-se a um ou dois peões campeiros e caseiro, quando o proprietário não reside no imóvel e a família tem outras fontes de renda externas. Os funcionários em geral são moradores da região ou mesmo da unidade de produção onde trabalham, estabelecendo um vínculo entre suas famílias e as famílias dos empregadores por sucessivas gerações. Nessa relação, os contratantes procuram alocar nos trabalhos demandados os membros dessas famílias da localidade, os quais também disponibilizam sua mão-de-obra em troca dessa garantia ou de atos que consideram benéficos, tais como transporte, doação de gêneros alimentícios e roupas, presentes em geral, orientação em casos manejo com itens burocráticos, entre outros. O compadrio também é uma forma de garantir a continuidade desse vínculo através das gerações.

Em unidades com áreas de várzea adequadas para o plantio de arroz, estas se encontram em condição de arrendamento para terceiros. Foram registrados alguns casos de descapitalização em unidades tradicionalmente ligadas à pecuária extensiva devido a investimento próprio sem o retorno esperado nas culturas do arroz e grãos de sequeiro. Conforme os relatos, a frustração deu-se em função de “não saberem lidar com a planta”, o que

indica que o baixo grau de especialização técnica nessas atividades apresenta-se como uma restrição para o seu desenvolvimento.

b) Com Turismo

Refere-se às estâncias⁴² com sedes antigas e bem estruturadas, com histórico geralmente ligado à produção pecuária e de perfil tradicional típico. Na trajetória de sua formação e continuidade, carregam semelhanças quanto à desistência ou à necessidade de complementação da atividade produtiva, pelo desinteresse da família em seguir com a produção agrícola ou pela dificuldade na administração desta.

Tais estâncias exploram as características histórico-culturais da região, como a presença das cercas de pedra, de antigas senzalas, dos móveis antigos, pinturas, armas utilizadas nas revoluções ocorridas na região, antigas ferramentas de trabalho, etc. Além disso, aproveitam as peculiaridades do pampa, como a presença de animais silvestres nas proximidades das sedes, a visão do horizonte distante, os arroios e sangas, e as próprias práticas de manejo com o gado e as ovelhas, a culinária local, entre outros. Visam um segmento da sociedade com maior poder aquisitivo, oriundo dos grandes centros urbanos. Esses estabelecimentos são encontrados na Zona Alta.

5.1.2. Segmento Familiar

Descende tanto das classes subalternas de trabalhadores livres (changueiros, artesãos, entre outros) ou ligados às estâncias (peões, posteiros, agregados), quanto de proprietários que se descapitalizaram nos processos continuados de sucessão hereditária. Tem origem também nos agricultores familiares procedentes de outras regiões, principalmente da região central do Estado, onde venderam suas terras valorizadas para comprar áreas relativamente maiores e de menor preço na fronteira. Entretanto, continuaram a desenvolver sistemas dentro da perspectiva familiar de organização.

Estão localizados entre as grandes propriedades, próximos às estradas internas das localidades, ou seja, dos corredores. Estes agricultores são predominantes em número de estabelecimentos e de pessoas, mas ocupam porção pequena do território. Comumente os estabelecimentos ficam concentrados em algumas localidades, denominadas Rincões. Na

⁴² Estância Cerros Verdes, ver: < <http://www.cerrosverdes.com.br/atracoes/index.html>>; e Fazenda Santo Antônio, Pousada Vento Aragano, ver : < <http://www.v-aragano.com.br/>>. Acessos em: 04/02/09.

divisão das Zonas Agroecológicas da APA do Rio Ibirapuitã essa distribuição dos rincões ao longo dos corredores segue mais ou menos a linha que delimita as zonas, ou seja, estão na transição entre as características agroecológicas comuns, em áreas marginais ou menos prioritárias, declivosas, com vales (grotas), afloramentos rochosos abundantes em alguns tipos de solos e área mais restrita de campo nativo. Isso indica que, segundo a Legislação Ambiental vigente, serão encontradas muitas ocorrências de APPs em suas áreas produtivas.

A mão de obra utilizada nas atividades produtivas é essencialmente familiar, contando também com a troca de serviços e contratação eventual de diaristas para funções especializadas (alambrado, esquila, doma, etc) entre os vizinhos, principalmente durante os períodos de maior demanda. Da mesma forma, a gestão é controlada pelo núcleo familiar. Essa relação entre gestão e trabalho desempenhados pelos mesmos indivíduos é o que imprime as características diferenciais entre os agricultores familiares e os patronais, sendo que os primeiros realizam essas funções em conjunto no núcleo familiar, o que influencia fortemente em suas decisões.

I. De Origem Estancieira

Estão em áreas medianas (cerca de 100 hectares). Na propriedade, reside a família ou somente o homem, quando a mulher decide acompanhar algum membro da família na cidade em função de problemas de saúde ou pela trajetória escolar dos jovens, quando chegam ao ensino médio⁴³. Nesses casos, normalmente as unidades apresentam trajetória descendente, devido a pouca mão-de-obra disponível. A utilização dessa mão-de-obra é mais extensiva do que no grupo dos familiares assalariados e changueiros, reduzida a 1 (uma) ou 2 (duas) unidades humanas de trabalho⁴⁴ disponíveis na unidade, sendo toda ela ocupada internamente (menor relação UTH/SAU). A contratação externa de serviços é esporádica, para trabalhos temporários como alambrado, esquila, capina, entre outros, principalmente quando os proprietários tem idade avançada e renda de aposentadoria. A disponibilidade de mão-de-obra e a fase de crescimento do núcleo familiar também incidem na diversificação produtiva, intensificação dos sistemas e utilização da área. Essa, de acordo com a situação vivenciada pela família ou pelo sistema de produção, é destinada em parte para o arrendamento. Para famílias onde há jovens e crianças, será denotada uma intensidade maior de exploração da

⁴³ As escolas rurais das localidades de abrangência não oferecem o ensino médio, sendo que algumas disponibilizam vagas apenas até a quarta série do ensino fundamental.

⁴⁴ Unidade que representa a capacidade de trabalho de uma pessoa, computada em 8h diárias. Denomina-se UTH (unidade trabalho homem).

propriedade, com diversificação na produção de alimentos (horta e cercado), assim como em produtos destinados à comercialização, garantindo entradas monetárias mais regulares.

Em geral, a alternativa do arrendamento é utilizada durante alguns períodos do ano, quando há restrição de capital ou “folga” no campo pela baixa carga animal, configurando o arrendamento “por cabeça”. Nesta modalidade, o pagamento é feito em função do número de animais colocados em pastejo, e não da área ocupada, permitindo ocupação simultânea do campo pelos animais do proprietário e do(s) arrendatário(s). Esses últimos são também produtores familiares da região (principalmente assalariados e aposentados), os quais tem restrição de terreno e geração de renda suficiente para o pagamento mensal pelo uso das pastagens durante determinado período.

Algumas propriedades desse tipo de agricultor ainda não possuíam energia elétrica na época das pesquisas de campo⁴⁵ e a precariedade estrutural era uma característica comum. As grandes sedes das antigas estâncias não conseguem ser conservadas, e mesmo as estruturas construídas pela família não recebem muitos reparos. Essa é outra característica influenciada pela fase da família, pela intensidade de uso do trabalho e capacidade de reprodução do capital. Ainda lhe são típicas as perspectivas futuras, visando ampliação do capital pela compra de áreas adjacentes ou mesmo da conservação do patrimônio familiar quando da divisão por sucessão geracional quando há interesse de algum filho em prosseguir na atividade.



Imagem 13: Casa grande em estabelecimento familiar

Nesse grupo, ainda se pode identificar alguns produtores que se encontram no limite de transição entre a categoria familiar e a patronal, sendo a sua principal característica diferencial em relação aos demais agricultores familiares a extensão maior da área. São unidades com 250

⁴⁵ Realizada a partir de novembro de 2008.

e até 500 ha, que contam com pouca mão-de-obra contratada, em geral 1 peão assalariado ou mesmo serviços esporádicos de diaristas e empreiteiros. Os sistemas de exploração, também extensivos, denotam uma relação muito baixa UTH/SAU. Seus estabelecimentos são chamados, nas localidades, de “estanciolas” ou “fazendolas”, o que reflete essa dupla identidade familiar/patronal. Nesse grupo será encontrada a figura do proprietário-trabalhador, compondo a mão-de-obra disponível junto com alguns outros membros da família e os funcionários. Nos períodos de declínio dos sistemas produtivos e restrições orçamentárias, a extração da renda da terra é encarada como estratégica. O arrendamento de parte da área para terceiros ou mesmo de todo o estabelecimento (nos casos mais críticos) é uma alternativa recorrente, por vezes mantendo-se essa situação durante toda uma geração.

II. Assalariados e changueiros

Utilizam a terra como espaço de trabalho e reprodução de sua condição social. Ocupam áreas menores relativamente aos demais, geralmente minifúndios (menos de 28 ha), mas se encontram estabelecimentos de até 50 hectares sob esse perfil. Em geral, são de origem assalariada, mantendo vínculo (de trabalho, de compadrio, entre outros) com unidades maiores da região como estratégia de viabilização da sua unidade familiar. A utilização da mão-de-obra familiar é intensa, com divisão entre prestação de trabalhos externos (homem e filhos mais velhos em funções agrícolas e mulheres em funções domésticas) e internos à unidade (idosos, mulheres e crianças ficam na produção de horta e cercado, e os homens, no campo).

Eles também prestam serviço para as propriedades do entorno como alambradores, esquiladores, caseiros, faxineiras, lavadeiras e demais trabalhos temporários. Além disso, pelo vínculo contínuo do assalariamento, alguns exercem função de peão, capataz ou caseiro e cozinheiras nas estâncias. Um fator expressivo é a diversificação produtiva, tanto para garantia do autoconsumo, quanto para os negócios externos, principalmente naquelas unidades em que o vínculo externo é menor e aumenta a liberdade de escolha dos períodos para ausentar-se da moradia. Esta é uma opção que persiste durante séculos na relação entre agricultores familiares e patronais dedicados à pecuária, conforme aponta o trabalho de Farinatti (2007). Nesses casos de maior diversificação, também ocorre o processamento mínimo de alimentos e artigos para a venda, tais como doces, frutas passas, massas e artesanato.

Nas unidades com maior disponibilidade da mão-de-obra internamente, também aumentam as perspectivas de ampliação, com aquisição de novas áreas por meio da compra, ou mesmo do arrendamento, sendo que o arrendamento “por cabeça” é a modalidade

preferencial, pois o custo será proporcional ao número de animais colocado na área arrendada e ao período de ocupação. O gado bovino funciona, nesses casos, como reserva de valor, resguardado das vendas frequentes, ampliando anualmente o capital a ser investido na estrutura da unidade. Quando a restrição de área é acompanhada da restrição de renda para efetuar pagamento de arrendamento, mesmo nessa modalidade por animal em pastejo, os produtores recorrem ao uso dos “corredores” como área de refúgio. Dessa forma os animais são criados nas áreas públicas das estradas, utilizando-lhes o pasto e as aguadas.

III. Aposentados

Estabelecimentos que tiveram o perfil de minifúndios de assalariados e changueiros ou de origem estancieira e, em função da fase que o núcleo familiar vive, passaram a gerir sua unidade baseados na lógica da aposentadoria. Em muitas unidades, a renda da aposentadoria de um ou mais membros representa mais da metade da receita total mensal e anual. A regularidade desse recurso financeiro permite também investimentos programados na própria produção agrícola das unidades, principalmente quando há outros membros com mão-de-obra disponível, além do(a) aposentado(a). Nesses casos, a dinâmica interna da unidade é definida pelo planejamento, a partir do recebimento da aposentadoria, tanto das atividades agrícolas, quanto da reprodução social e acesso a bens e serviços. A prática do arrendamento para colocação de seus animais “por cabeça” é comum nesse tipo de estabelecimento, que conta com uma receita mensal fixa.

De acordo com o ciclo de crescimento familiar, algumas dessas unidades se encontrarão em fase de consolidação, quando um dos membros deixa de trabalhar em outras funções externas e passa a executar mais intensamente o trabalho produtivo no interior da unidade, contando, mesmo assim, com o rendimento extra. Outras, por sua vez, encontram-se em processo sucessório, e mesmo em declínio produtivo, o que parecia ser o quadro geral para esse perfil nas localidades estudadas.

O membro mais velho, apesar de não conseguir realizar integralmente as tarefas produtivas, ainda detém as informações e poder de decisão, dificilmente dividindo essa tarefa com os familiares mais jovens. Estes são incentivados a buscarem outras atividades fora da unidade ou mesmo fora do meio rural. São as unidades de maior precariedade estrutural na APA do Rio Ibirpuitã, com moradias dispostas de pouco conforto (padrão madeira ou pedra, algumas com piso de chão batido, sem banheiro interno ou água encanada, sem forro, sem divisórias definidas entre os cômodos, etc.) e uma atmosfera de poucas perspectivas.

IV. Quilombolas

Identificou-se apenas um grupo social com esse perfil na APA do Rio Ibirapuitã, de grande importância para a caracterização aqui empreendida justamente por sua singularidade. Todos são descendentes de um escravo dito “filho de criação” de uma das estâncias da região, ao qual lhe foi cedida a área, onde se estabeleceu com a família. Todos mantêm ainda hoje ligação com esta estância, seja na forma de prestação de serviços (nem sempre remunerados) e troca de favores, seja batizando as crianças como afilhadas dos patrões. A comunidade não era reconhecida legalmente como remanescente quilombola, mas, na época da pesquisa, já haviam procurado órgãos responsáveis para solicitar o registro. Trata-se ainda do mesmo grupo familiar, os moradores que ocupam área comum em um estabelecimento de aproximadamente 35 ha, conhecido como Rincão da Chirca, nas proximidades da Serra do Caverá, em Rosário do Sul. A denominação da localidade deriva da vegetação nativa arbustiva com o mesmo nome, a qual predomina na paisagem, dificultando inclusive a identificação do local de entrada na área.



Figura 14: Vista de algumas moradias no Rincão da Chirca, tendo, ao fundo, os chircais.

Os moradores tinham receio de remover os chircais em função da provável punição de órgãos ambientais, pois sabiam residir em uma Unidade de Conservação e não tinham informações sobre possibilidades de manejo. A vegetação arbustiva e os afloramentos rochosos apresentam-se como restritivos à utilização de toda a superfície com finalidade produtiva.

A organização interna consta da gestão coletiva de uma área para criação de ovinos (10 ha) e manutenção dos cavalos e da área do corredor, para criação dos bovinos. Cada família tem seus animais, identificados com sinal (feito com cortes diferenciados nas orelhas dos animais), mas compondo um rebanho comum, manejado em conjunto. Essa tarefa era principalmente masculina, substituída por mão-de-obra feminina nos períodos em que os homens saíam da unidade para prestar serviços nos estabelecimentos da região. Na época das esquilas, por exemplo, todos os homens eram contratados para empreitadas e ficavam somente as mulheres gestionando a produção durante um longo período de tempo. A preferência era por esses serviços sazonais, de modo a poder dedicar tempo para a unidade familiar em outros períodos do ano.

Nas 6 áreas individuais (1 a 2ha cada), compostas principalmente do pátio ao redor das moradias, são cultivadas pelas mulheres as hortaliças, as “plantas de cercado” e pastagens de inverno em alguns casos. Praticamente toda a produção é voltada para o autoconsumo, exceto a lã e o gado, este último utilizado mais como reserva de valor do que como produto comercial. As trocas comerciais ficam restritas à região, em função da distância dos centros urbanos, sendo esta de, no mínimo, 75Km.

A capacidade de ampliação da área produtiva, tanto pela aquisição quanto pelo arrendamento ou outras modalidades de acesso, está limitada pela presença hegemônica de grandes propriedades ao redor dessa área e nas proximidades. A utilização dos corredores para criação dos animais é a alternativa recorrente. Esta é permanente para o gado e eventual para os ovinos, principalmente nos períodos de escassez forrageira ou de água na unidade. No período da pesquisa de campo havia a perspectiva de que o registro da comunidade como remanescente quilombola possibilitasse o acesso a políticas públicas e, também, de que viabilizasse alternativas de geração de renda no interior das unidades, principalmente para as mulheres.

V. Comerciantes

Estão nas unidades de menores áreas, de até 5ha, contendo basicamente a moradia, o pátio e pequenas áreas produtivas com horta, cercado e criação de animais de pequeno porte para autoconsumo e venda no próprio comércio. Os membros mais jovens dos núcleos familiares também prestam serviços nas localidades, e o serviço de “bolicheiro” normalmente é exercido pelos membros mais velhos.

Os bolichos são encontrados na beira das estradas, próximos aos Rincões e locais de maior concentração populacional, em geral encontra-se um em cada localidade. Vendiam diversos artigos, porém os relatos locais denotam a preferência dos moradores por irem até a cidade para comprar artefatos mais duráveis e alimentos, o que levou esse comércio a resumir sua oferta ao cigarro e às bebidas. Esse deslocamento da maior parte dos serviços e atividades fabris e mesmo artesanais para as cidades⁴⁶ deslocou também para ela aqueles que não se enquadravam no perfil estritamente ligado à produção agrícola, ou mesmo que não conseguiam reproduzir-se socialmente por esse modelo, ou seja, não conseguiam prover as condições mínimas de subsistência. O esvaziamento das localidades, que diminuiu a população de moradores, reduziu da mesma forma a circulação interna de mercadorias. Conforme a fala do entrevistado:

“Muitos, os rico, compravam o pedacinho deles (murmura algo)... Nós aqui tivemos muitas propostas pra nos tirarem daqui, mas nunca... o meu pai nunca quis! Não mesmo, eu moro aqui, não vou e não vou! (reproduz as falas do pai) E o velho gostava de jogo! Tinha tudo, tinha carreira, tinha movimento. Vinha gente que não parava de chegar. E só a cavalo, porque estrada não tinha, não dava pra chegar de carro nunca. Mercadoria, aqui, só de carreta. (...) Ele trazia de caminhão até uma certa altura, uma casa onde dava pra chegar de caminhão, e dali transportava de carroça. Mas era um comércio bem grande, bah! Vendia de tudo! (...) Comida e miudeza e tecido, no tempo que vendiam tecido, que hoje ninguém mais faz roupa. Tinha horrores... E me dizem: vai embora pra cidade! Mas o que eu vou fazer na cidade? (...)Fazia futebol antes, mas depois foi terminando, faltava gente pra jogar... De saída jogavam uns quantos, os de sempre, tinha... 14, mais de 14, sobrava gente! Mas foram indo e foram saindo, foram indo... até que não deu, aí desmanchei o campo.Tinha umas traves aí (aponta para uma área plana em frente). Passavam a tarde correndo aí, e tomavam cerveja e refrigerante...” (Transcrição entrevistado F30A⁴⁷)

Atualmente os bolichos são ambientes de lazer frequentados quase exclusivamente por homens, limitando-se a uma mesa de jogos, quando presente, e o balcão. Naqueles em que funcionam os piquetes⁴⁸, há também estrutura de mangueiras para os rodeios. Encontra-se também alguma produção agrícola, com pequenas criações, pomares caseiros e principalmente as chamadas “plantas de cercado” ou de chácara. Sendo, no verão, a mandioca, o feijão, o milho, as abóboras, a melancia, o melão, e, no inverno, as hortaliças. São utilizadas para o

⁴⁶ Período da modernização, vivenciada localmente a partir da década de 60.

⁴⁷ São utilizados códigos de modo a identificar os tipos de agricultores e preservar sua identidade.

⁴⁸ Grupos ligados aos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), desenvolvendo atividades de lazer ligadas à cultura local, como rodeios, bailes, concursos, etc. Comumente estão relacionados com alguma localidade ou grupo familiar.

autoconsumo e a comercialização local, eventualmente realizando-se um processamento mínimo (doces e conservas). Durante o trabalho de campo também foi encontrada uma exceção para a tendência de redução na oferta de produtos para o comércio, exceção esta que constituía orgulho para o bolicheiro que havia escapado à regra. Guardava um recorte de jornal de circulação local registrando o fato, conforme demonstra a figura a seguir:



Figura 15: Recorte de jornal guardado pelo comerciante Almedorindo, "S. Machado".
Fonte: Jornal "A Platéia", de 30 de setembro de 2006, pág. 13.

VI. Ocupantes e agregados

Condição, em geral, temporária, pela qual o proprietário cede área para moradia e cultivos em troca de serviços e/ou produtos fornecidos pelos ocupantes. Tratam-se de estabelecimentos contendo o pátio da moradia e mais alguma porção de área, não ultrapassando 5ha. Essa modalidade apresenta-se como uma alternativa aos proprietários

daquelas unidades de origem estancieira que não desempenham atividades agrícolas para manterem a área produtiva, ou mesmo uma opção nas fazendas tradicionais, mantendo áreas periféricas ocupadas, por fatores de segurança. Entretanto, essa prática perdeu lugar para o arrendamento, pelo receio dos proprietários diante de sanções previstas na legislação trabalhista, pois dificilmente a cedência fica formalizada por meio documental. Os agregados das fazendas com atividades produtivas sendo desenvolvidas praticamente inexistem atualmente, mas já compuseram parte significativa da população das localidades.

Para os ocupantes, essa opção de ocupação da terra representa um recurso último na tentativa de utilizar sua mão-de-obra em benefício próprio, mesmo que em parte, pois comumente dedicam parcela do tempo e/ou parcela do núcleo familiar para serviços sazonais. Portanto, configura-se como uma forma precária de acesso à terra, dificilmente permitindo a ampliação do capital e ascensão social, exceto para os casos de requerer-se, e ter sido atendido, o pedido de usucapião da área, ou mesmo de indenização trabalhista. Tampouco são preconizados pelas partes envolvidas investimentos na área, em estrutura ou nas condições produtivas, tornando precárias também as condições de trabalho. Segundo Gehlen (1994), essa condição inviabiliza a participação desses agentes na sociedade de consumo, “por isso, reproduzem-se como produtores de subsistência, de tipo tradicional.” (p.166).

A produção agrícola é voltada basicamente ao autoconsumo, sendo constituída principalmente das plantas de cercado, hortaliças e pequenas criações, de forma semelhante aos estabelecimentos de comerciantes. Para essa produção de autoconsumo, parte ou toda a estrutura de mangueiras abandonadas dos estabelecimentos ocupados é utilizada com cercado e horta, com plantações de hortaliças, tubérculos e cucurbitáceas, aproveitando-se, assim, a camada orgânica acumulada pelo manejo anterior com os animais na área.

Outro caso um tanto distinto de ocupação produtiva é o dos peões que tem permissão dos seus patrões para manterem “uma ponta” de gado dentro do campo, junto com rebanho do estabelecimento do segmento patronal. Nesse caso, o manejo também ocorre em conjunto com o restante do rebanho. Dessa forma, é possível uma capitalização mínima, em decorrência da receita do assalariamento ser complementada pela ampliação do rebanho. Tal prática ocorre essencialmente nos estabelecimentos tradicionais, onde o controle e ajuste de carga animal são praticamente inexistentes e a extensão de área permite essa concessão. Contudo, raramente é cogitada em função da vantagem para o proprietário do arrendamento de parcela da área ou do pastejo, os quais significam possibilidade de extração da renda dessa terra que porventura esteja subutilizada. Isso pode ser percebido pela preferência desse tipo de estabelecimento na

contratação de moradores das localidades do entorno que já possuam suas parcelas de terra para desenvolverem as criações.

5.1.3. Segmento do Proletariado

Origina-se dos tipos sociais historicamente subalternos ou marginalizados das políticas públicas e processos de ocupação territorial, tais como descendentes de escravos, mestiços indígenas, peões posteiros, assim como de agricultores familiares assalariados e changueiros, agregados e ocupantes que vivenciaram restrições no acesso à terra em algum dado período de sua trajetória familiar e não tem mais nela um meio de produção. Sem a possibilidade de acesso à terra, utilizam, portanto, a venda de sua força de trabalho na terra alheia como única forma de reprodução social. Compõem uma parte dos meios de produção dos estabelecimentos patronais através de sua força de trabalho, assim como do seu saber empírico e técnico em relação ao uso da terra.

I. Assalariados permanentes e temporários

Em geral tem suas moradias nos núcleos urbanos, onde fica parte de sua família ou sua referência residencial. Estão presentes principalmente nos estabelecimentos empresariais do segmento patronal. A condição de assalariamento temporário desse perfil de trabalhador é a predominante em número e ocorre de maneira mais significativa nos estabelecimentos cujo sistema de produção tem relação com a produção vegetal, por safra. O caso clássico para a região é o do arroz, que contrata o mínimo possível de funcionários em regime permanente, sendo a maioria ocupada apenas no decorrer do processo produtivo da cultura, a depender das funções que desempenham (tratorista, aguador, taieiro, etc.). O assalariamento permanente nos estabelecimentos empresariais permite ganhos um pouco superiores aos pagamentos dos demais assalariados em estabelecimentos do tipo tradicional. Em contrapartida, é exigida maior qualificação técnica desses funcionários fixos das cabanhas e agropecuárias e são poucas as vagas destinadas a esse perfil de trabalhador na região estudada.

II. Andarilhos ou “teatinos”

Também conhecidos como “biscateiros” em outras regiões do estado e do país. Em geral não tem referência fixa de residência, vivem perambulando pelas localidades rurais. Para

eles são reservados cômodos em alguns estabelecimentos, essencialmente nos do tipo tradicional e familiares de origem estancieira, onde há colocação específica para esses atores sociais – já antigos no cenário do pampa. Obtém sua precária reprodução social por meio de favores e das receitas de changas, prestando serviços temporários como os de casereada, capina e “limpeza de campo”⁴⁹, corte de lenha, limpeza de canais de água.

Como essas funções não ficam concentradas em determinado período do ciclo produtivo de cultivos ou de criações, podem ser solicitados em qualquer época. Por isso torna-se conveniente para esses trabalhadores o trânsito nas regiões onde conhecem os estabelecimentos e seu funcionamento para barganhar esses serviços curtos. Dificilmente assumem tarefas por longo período de tempo ou “ajustam-se” em alguma função permanente nos estabelecimentos. Representa-lhes mais vantajoso o retorno financeiro do serviço concentrado e da liberdade de deslocamento em qualquer época para os locais que lhes convier. São indivíduos de “pouca instrução”⁵⁰, sem formação profissional, ou mesmo acometidos por sofrimento psíquico em algum grau.

Cabe aqui relatar um fato ocorrido durante o trabalho de campo, em que um desses agentes encontrava-se desempenhando funções de caseiro no bolicho da localidade. Tomava conta do bolicho na ausência do seu dono e diariamente tirava leite e varria o pátio. Tinha seu quarto e banheiro separados da casa. Segundo o relato do bolicheiro, sua função ali não era de todo necessária, entretanto, tornou-se conveniente para ambos. O andarilho não era originário daquela localidade, mas havia contratado ali o serviço de “limpeza de campo” em um estabelecimento de tipo empresarial, cortando espinilhos e outras espécies arbustivas e herbáceas características da região. Entretanto, não houve liberação dos órgãos ambientais para o corte em toda a área que havia sido solicitada, ficando interrompido o serviço.

Como o pagamento fora proporcional ao período trabalhado, bem aquém do previsto, esse indivíduo teve de retirar-se do estabelecimento com todos os seus pertences e sem dinheiro suficiente para deslocar-se com o transporte (a localidade em questão, onde predominam grandes propriedades, situa-se a 80 Km da cidade mais próxima, e a passagem do ônibus é significativamente onerosa diante da renda dessas changas). Tampouco ele conhecia outros proprietários do local para buscar colocação imediata. Diante da situação de impossibilidade do andarilho, o bolicheiro ofereceu-lhe pouso durante uns dias em troca de

⁴⁹ Essa função adiciona-lhes grande conhecimento sobre espécies nativas dos ecossistemas onde atuam, pois fazem a seleção das menos prioritárias na produção forrageira do campo, mas que desempenham outros papéis nesse ambiente. Identificam suas fases de crescimento, características ecológicas e atributos medicinais do conhecimento popular.

⁵⁰ Baixa ou nenhuma escolaridade e quase total ignorância da cultura letrada.

pequenos serviços. Esta condição já perdurava há meses no período em que se efetuou a pesquisa.

5.2. Os Sistemas de Produção Predominantes

Naqueles estabelecimentos cuja produção agrícola é o objetivo principal, foram identificados e caracterizados os agrupamentos homogêneos com base na racionalidade empreendida pelos produtores nos principais sistemas de produção e subsistemas produtivos, considerando-se a abrangência territorial da APA do Rio Ibirapuitã.

Foram organizados primeiramente em função da atividade de maior produção de renda, envolvimento da mão-de-obra e ocupação de área. Nessa lógica foram identificados dois grandes Sistemas de Produção: o da Pecuária de corte e o do Arroz. Da combinação dessas atividades principais com outros cultivos e criações desenvolvidas permanentemente nas unidades de produção agrícola resultam subsistemas, conformando a seguinte composição:

Na Pecuária de corte:

- a. Pecuária de Corte, Bovinos e Grãos;
- b. Pecuária de Corte, Bovinos e Ovinos;
- c. Pecuária de Corte, Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”.

Quanto ao Sistema do Arroz, não há subdivisões quando este se apresenta como atividade principal.

5.2.1. Pecuária de corte

A pecuária de corte está presente em toda a área de abrangência da APA do Rio Ibirapuitã e permeia praticamente todas as atividades desenvolvidas na região. Também influencia nas relações sociais e produtivas estabelecidas, pois cria vínculos diretos e indiretos entre os diferentes agentes que ali convivem.

A forma de se trabalhar com a pecuária de corte difere principalmente no que concerne ao grau de especialização produtiva do sistema. Quanto mais especializado, mais foco em uma ou duas atividades específicas, maior o grau de tecnificação e mais estreita a relação com o mercado. Quanto mais diversificado fica o sistema, menor é a dependência em relação a fatores externos e ao mercado, e menor é o valor agregado por produto comercializado. Essa especialização também guarda ligação com o perfil dos estabelecimentos onde é praticada a pecuária, pois, naqueles mais tradicionais, está relacionada também a costumes regionais, de

um modo de vida intrínseco à atividade desenvolvida. Já nos empresariais, é encarada como negócio, geradora de produtos, atividade econômica. Nos de área mais restrita, funciona principalmente como estratégia de reserva, para acúmulo de capital. Aparecerá aliada a outras atividades que garantam a reprodução do núcleo familiar envolvido, pois as despesas cotidianas não serão supridas diretamente com a renda gerada na pecuária. Por isso, a venda de mão-de-obra torna-se recorrente onde ocorrem essas restrições de área e geração de renda agrícola.

Fontoura (2000) distingue esses dois tipos de pecuária pela diferença nos tempos de produção e a racionalidade dos negócios, sendo a pecuária tradicional classificada como de ciclo longo e a pecuária empresarial como de ciclo curto, representando os dois extremos dessa compreensão. O autor ainda caracteriza a pecuária tradicional pela pouca capacidade de intervenção do ser humano sobre a natureza no decorrer do processo de produção. Este poderia ser um fator encarado positivamente do ponto de vista agroecológico por não promover a artificialização do meio, e trabalhar na atividade produtiva de acordo com as condições ambientais naturais, o que permitiu a co-evolução entre as condições naturais campestres de fauna e flora e os produtores locais.

Entretanto, a condição de sobrepastejo, de pisoteio excessivo e de disseminação de doenças proporcionada pelo manejo extensivo desse meio são efeitos negativos dessa baixa capacidade de intervenção. O campo nativo, utilizado como principal fonte de alimentação animal nesses sistemas tradicionais, nem sempre recebe condicionamento para que mantenha sua produtividade ao longo do ano e dos sucessivos ciclos produtivos. O pastoreio contínuo em grandes “invernadas” nos campos com poucas divisórias degrada a produção de forragem das pastagens naturais, o condicionamento físico-químico do solo e a produtividade dos rebanhos. É comum a morte de animais ou a perda do processo de cio nas fêmeas (que ficam “falhadas”) por desnutrição no período de outono/inverno, quando estaciona o crescimento forrageiro. Na pastagem ocorre uma diminuição na diversidade de espécies prostradas e de maior valor nutricional, as quais tem a preferência no consumo dos animais. Paralelamente, ocorre o avanço de espécies entouceiradas e mesmo de invasoras como o capim anonni, mais fibrosas, assim como de herbáceas, todas de estrato superior, configurando o “engrossamento” do campo, demandando a realização de “limpeza de campo” para remover essas espécies e permitir o avanço das demais.

De acordo com os subsistemas identificados na região de estudo, tais estabelecimentos de caráter tradicional desenvolvem principalmente atividades ou somente de criação de Bovinos e Ovinos, ou a combinação entre criação de Bovinos, Ovinos e cultivo de “plantas de cercado”.

Já os especializados dedicam-se de maneira mais expressiva ao subsistema de Bovinos e Grãos.

a. Pecuária de Corte, Bovinos e Grãos;

É o sistema menos representativo para a região de abrangência do presente estudo. Foi indicada pelos informantes a existência de 4 a 5 unidades de produção sob esse sistema dentro da APA do Rio Ibirapuitã, localizadas nas Zonas Baixas. Contudo, não houve disponibilidade por parte de seus gestores para fornecerem diretamente as informações de que esta pesquisa se ocupou.

Sua relação com o mercado é estreita, efetuando trocas frequentes. Tratam-se de estabelecimentos especializados do segmento patronal, os quais desenvolvem de maneira separada os sistemas de criação e cultivo, destinando partes proporcionalmente parecidas para campo nativo e/ou forrageiras cultivadas e para a lavoura. Isso se faz apenas sobrepondo-se o uso de algumas áreas para ambos na estação fria. A integração lavoura-pecuária aumenta a eficiência dos recursos utilizados na produção para esse sistema baseado no uso relativamente intenso de bens de capital.

Os proprietários geralmente são originários de outras regiões do Estado, de característica colonial, os quais se mudaram para a região em função dos preços atrativos da terra até a década de 80. Eles mantiveram a prática de cultivo das lavouras de grãos e incorporaram a produção bovina pela estabilidade e facilidade de acesso à estrutura de mercado local.

Possuem maquinário e implementos, em geral disponíveis para locação aos demais estabelecimentos do entorno. A área frequentemente é ampliada pelo sistema de arrendamento das áreas de estabelecimentos adjacentes. A mão-de-obra é essencialmente assalariada, constando de peões das localidades próximas para o manejo com os animais e funcionários oriundos do meio urbano ou mesmo de outras cidades para condução das lavouras.

Predomina na atividade de criação dos bovinos o sistema de recria e terminação, pelo qual o produtor adquire terneiros e animais de engorde. Esses produtores comercializam animais terminados para abate, além do sistema de cria, com a composição de plantel de raça definida e venda de sêmen e de animais jovens para reprodutores e matrizes. A venda é contratada diretamente com frigoríficos, redes de restaurantes, agências de remates, além da participação em exposições agropecuárias com animais concorrendo às premiações para os

melhores representantes de raças. A produção de grãos é vendida para as cooperativas locais. Ambas as atividades recebem assistência técnica especializada e de maneira independente.

O manejo do rebanho bovino assemelha-se com o conduzido no sistema Bovinos de corte e ovinos, entretanto ele é mais intensivo no uso de capital, investindo principalmente em tecnologias genéticas, assim como em recursos nutricionais externos (rações e implementação de pastagens anuais e perenes em proporção semelhante ou superior à área de campo nativo). A forrageira de verão mais utilizada é o milho; para o inverno, o azevém e, dentre as permanentes, a braquiária e o tifton, todas gramíneas. O aporte protéico geralmente é fornecido via alimentos concentrados (rações) e/ou sal mineral proteinado. Estarão presentes mais efetivamente nesse sistema as técnicas de sincronização de cio, inseminação artificial, transferência de embriões; procedimentos como o de diagnóstico gestacional, exame andrológico em reprodutores, o desmame precoce de terneiros, entre outros.

Na lavoura predominam, para os grãos de sequeiro (principalmente soja), o plantio direto e, para o arroz, as áreas sistematizadas. No período de entressafra, são implantadas pastagens anuais para os animais, principalmente para os lotes de terminação, cuja ocupação da área tem um tempo mais limitado, possibilitando o preparo da mesma para a estação de cultivo.

Além das vacinações obrigatórias, nesse sistema de criação tem preferência os produtos injetáveis de amplo espectro para ecto e endoparasitas, o que diminui a necessidade de trânsito frequente com os animais para manejo nas mangueiras com finalidades distintas, além de permitir a programação de vendas escalonadas. Nessa lógica são efetuados vários procedimentos numa só recolhida do rebanho: contagem, pesagem, aparte de lotes, assinalação, castração, vacinações, tratamentos, etc.

b. Pecuária de Corte, Bovinos e Ovinos;

É desenvolvida em unidades com algum grau de especialização, que focam a atividade em um ou dois tipos de produtos comerciais, utilizando-se também destes para autoconsumo e adquirindo os demais itens através da renda gerada pelo sistema. Entretanto, os estabelecimentos tem no histórico a sucessão geracional do patrimônio e da própria atividade, aprimorada através do tempo com tecnologias modernas. Além das especializadas, entram nesse rol de pouca diversificação de produtos aquelas unidades com caráter extensivo que tem menor disponibilidade de mão-de-obra interna, mesmo com áreas mais restritas em relação aos demais. O arrendamento das áreas de várzea (quando as detém) para o cultivo do arroz

irrigado também remunera a atividade pecuária. Também é utilizado o sistema bancário para financiamentos anuais (custeio e investimento pecuário).

No primeiro tipo de unidades, há maior estrutura disponível. Com local de trabalho composto por mangueira, curral, bretes, tronco, tesoura para contenção, banheiros ovino e bovino, galpões, estrebarias, com algum grau de mecanização, a depender da extensão de área ocupada e nível de especialização. Também conforme o nível de especialização é o número de divisórias no campo e entre as categorias animais. É comum nos mais extensivos as grandes internadas, tendo como principal referência a lotação (unidades animais/hectare) ao invés da capacidade de carga pela produção forrageira alcançada nas diferentes épocas. Por isso, nesses sistemas extensivos, a lotação é baixa durante todo ano, ficando no limite da produção forrageira no inverno e com sobras no verão.

Nos bovinos, o sistema de criação é de ciclo completo ou cria e cria, sendo comercializados então animais para engorde/terminação, animais terminados para abate e animais de descarte. A venda geralmente é feita por contrato prévio com frigoríficos e agências de remates. Os cruzamentos mais frequentes são entre as raças Angus, Brangus, Hereford e Devon, por vezes constituindo plantéis de raça homogênea. Quando isso ocorre, inserem-se nas Associações ou Núcleos de criadores da raça. Contam com assistência técnica particular (profissionais autônomos ou ligados às instituições das quais fazem parte). Quanto maior o grau de especialização, mais ferramentas de controle e gestão são utilizadas, tais como brincos numerados, diagnóstico gestacional por toque ou aparelho de ultra-som, aparte de lotes com desempenho diferente, sistema de registro por anotação e/ou computadorizado.

Até 15% da Superfície de Área Útil (SAU) fica destinada ao cultivo de espécies forrageiras anuais, sendo mais comum a utilização do azevém no inverno e do milho no verão. Dificilmente estabelecem áreas de cultivo com forrageiras perenes, o restante da área é mantido com a cobertura do campo nativo. Algumas áreas ficam reservadas para acúmulo de massa, visando períodos de restrição como as estiagens de verão e parada de crescimento no inverno. Ainda podem ser destinadas ao melhoramento de campo nativo, com a utilização de corretivos (calcário), da adubação com fosfato (incremento de P), da prática do diferimento (descanso prolongado durante outono e/ou primavera permitindo o florescimento e ressemeadura natural) e da sobressemeadura de outras espécies. As lotações mais recorrentes no sistema ficam em torno de 0,6 UA/ha, aumentando conforme a capacidade de suplementação.

A oferta de sal é regular, sendo fornecida diretamente a campo nos cochos. O sal comum é complementado pelo sal mineral na proporção 2/1. Quando há categorias animais

destinadas à terminação, pode ocorrer a suplementação por meio de rações industriais fornecidas no cocho aos lotes de engorde. Isso também em sistema Creep Feeding com alimentação específica para animais jovens, assim como para os reprodutores, no período anterior ao seu serviço junto do rebanho, e para animais de serviço (cavalos), principalmente durante o inverno.

A vacinação obrigatória da febre aftosa tinha orientação de ser efetivada no ano da pesquisa nos meses de maio e novembro. A vacina da brucelose é aplicada nas fêmeas no mês de maio. Já em setembro são ministradas as doses contra a gangrena e o carbúnculo. Os vermífugos são ministrados em geral a cada 60 dias, mais comumente utilizados os injetáveis com os princípios ativos Ivermectina e Albendazole. Também são utilizados carrapaticidas injetáveis durante os meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, diminuindo a frequência de banhos por aspersão ou imersão. Os antibióticos, complexos vitamínicos e minerais (principalmente A D E, Cálcio e Magnésio) são ministrados conforme a necessidade, diante de eventuais debilidades e enfermidades.

O entoure ou colocação dos reprodutores no rebanho se efetiva a partir de novembro. Quando utilizado só o reprodutor, ele fica durante 3 a 4 meses junto com o rebanho, e, onde for utilizada a inseminação artificial, este período pode diminuir. Logo após o entoure, ou inseminação, se faz o toque para diagnóstico gestacional e repasse. Com o início das parições em agosto, são frequentes as recorridas no campo para controle da distocia (cria trancada no parto) e cura do umbigo dos terneiros recém-nascidos.

Uma prática recorrente na região estudada é a castração “na macega” já no nascimento dos machos a partir de setembro. O desmame dos animais é feito preferencialmente aos 6 meses de idade. As matrizes que não ciclam durante um ou no máximo dois anos consecutivos, ou seja, que ficam “falhadas”, são descartadas. Nos estabelecimentos mais especializados é feita a seleção genética massal, separando do “gado geral” os animais de melhor desempenho individual e transmissão geracional das habilidades, que são destinados para matrizes e eventualmente para reprodutores. A renovação genética ocorre mais comumente pela aquisição periódica de animais reprodutores puros de raça, oriundos de cabanhas.

Quanto aos ovinos, são criados separadamente os lotes destinados à terminação e venda de machos dos lotes destinados à extração da lã e consumo familiar da carne. Há definição de raças de carne e de lã nos diferentes lotes, sendo mais recorrente, para o primeiro caso, a raça Ile de France e no segundo a Merino Australiano e a Ideal. O manejo alimentar é conduzido conjuntamente com os bovinos. Os cuidados sanitários são mais regulares em função das verminoses, ocorrendo o fornecimento via oral bimestral de remédios. Como é

recorrente a ocorrência de miíases (“bicheiras”) nos períodos mais quentes do ano, é feito tratamento tópico regularmente. No mínimo um banho anual contra a sarna é efetuado. A esquila é conduzida preferencialmente no mês de novembro em função do calor, com classificação da lã.

O encarneiramento inicia em fevereiro e se estende até abril. Antes ou durante esse período, é realizado o “desolhe”, que consiste em limpar a área dos olhos retirando a lã nas raças que tenham essa característica de cobertura da lã no corpo. No período de parição por vezes também se procede com a limpeza da lã que recobre o úbere das fêmeas.

Os rebanhos dividem o campo com animais silvestres como a ema (também chamada localmente de nhandú), veados campeiros, tatus, zorrilhos e capivaras (capinchos). O verão foi apontado como o período mais crítico, em função do acúmulo de atividades e da restrição de água para dessedentação dos animais. Nesse aspecto, poucos possuem bebedouros, açudes e barragens construídos para reservatório. São utilizados os arroios, lagoas, córregos intermitentes e acesso livre a fontes de água (que em geral não tem proteção, conforme ditam as resoluções legais). O controle do crescimento e avanço de espécies arbóreas e arbustivas sobre o campo no período de crescimento intenso (primavera-verão), assim como das não desejáveis (carqueja e caraguatá, por exemplo) é feito por capina manual com serviço temporário contratado. Antes essa prática era complementada pelo uso do fogo anual ou bi-anualmente.

Em relação ao desempenho econômico do sistema, utilizou-se como ferramenta de generalização a construção de um arquétipo a partir dos dados modais encontrados nas unidades estudadas. Nesse modelo os rebanhos bovinos e ovinos teriam 450 e 50 Unidades Animais (UA⁵¹), respectivamente. Os equinos representariam 10 UA, que, no total, compõem uma lotação de 0,73UA/ha. As demais informações calculadas para o arquétipo ficam descritas no quadro a seguir:

⁵¹ Medida correspondente a 450Kg de peso vivo.

Quadro 2: Valores econômicos do Arquétipo do Subsistema Pecuária de corte Bovinos e Ovinos.

Ítem	Unidade	Valor	Descrição
SAU	Hectare	692	São descontados da área total para o cálculo: o pátio da casa, correspondendo a mais de 1ha; a estrutura de trabalho com mangueiras, galpões e demais itens (2ha); superfície de açudes (0,25ha) e áreas de uso restrito como cerros de pedra e APPs com isolamento ⁵² (10ha).
PB	R\$	132.864,00	Consumo e comercialização de: vacas de descarte (15 animais), bois (75), cordeiros tipo corte (100), ovelhas mistas (40), capões tipo lã (128), lã dos animais adultos (1000 Kg), lã dos cordeiros (316 Kg) e peles (50 unidades).
CI	R\$	34.600,00	Sementes para pastagens (2000Kg), alimentação para animais de serviço, sal (200 sc), vacinas, antibióticos, vitaminas, remédios contra endo e ectoparasitas de bovinos e ovinos, compra de terneiros para terminação, manutenção do equipamento de inseminação artificial, pagamento para assistência técnica veterinária, pagamento de diaristas, fretes, comissões dos remates e leilões e manutenção de cercas.
Dep	R\$	2.975,6	Depreciação anual de cercas, mangueiras, tronco, banheiros, trator de pequeno porte, implementos, balança, equipamentos e veículo utilitário.
DVA	R\$	25.226,00	Pagamento de arrendamento, salários de funcionários fixos (peões, capataz, cozinheira), impostos (ITR, Funrural, ICMS) e juros de financiamentos bancários.
VAB	R\$	98.264,00	Valor da produção, deduzidos os custos gerados no ciclo. Possibilita avaliar a eficiência do processo produtivo.
VAL	R\$	95.288,40	Valor agregado no processo produtivo, deduzida a Depreciação da estrutura utilizada para tanto.
RA	R\$	70.062,40	Valor final da atividade agrícola desenvolvida na unidade.

⁵² Raras, pois em geral o gado tem acesso às APPs, como no caso de banhados, córregos, mata aluvial e mesmo às fontes d'água.

O Produto Bruto ou o volume de produção apresenta uma quantia razoável, a qual se torna representativa pela eficiência técnica do sistema. Esta fica demonstrada pelo VAB, em função do baixo custo produtivo para alcançá-lo (CI), o qual significou 26% da produção. O valor a ser destacado nesse sistema é o do DVA, relativamente alto, referindo-se aos custos para obtenção dos meios de produção (terra, capital e trabalho). Neste sistema, ele está relacionado com o custo de arrendamento de áreas produtivas: em menor grau, com pagamento de salários, pois a mão-de-obra utilizada é basicamente contratada; e com pagamento de juros, pelo uso do sistema financeiro para empréstimos. Outro item em particular é o da escala alcançada, que recai sobre o tamanho das áreas ocupadas pelo sistema, relativamente maiores do que em outros, e proporciona, por isso, volume de produção e importante geração de renda.

Nesse aspecto pode-se salientar que sistemas com esse perfil são concentradores de capital, pois somam quantidade significativa de terra e renda em poucas unidades de produção, as quais, além disso, concentram esses benefícios na mão de seus gestores, mesmo envolvendo mais trabalhadores no processo produtivo, pois este está baseado na lógica do assalariamento. Tal característica extensiva fica evidente na aplicação desses índices por unidade de área, como demonstrado no quadro a seguir, que compara o desempenho de todas as unidades estudadas para o sistema.

Quadro 3: Índices de desempenho econômico do Subsistema Pecuária de corte Bovinos e Ovinos.

UPA	SAU	PB/ SAU	CI/ SAU	PB/CI	VAB/ SAU	Dep/ SAU	VAL/ SAU	RA/UTH/mês
F24A	507,7	81,47	7,60	10,72	73,87	3,66	70,22	696,18
P11A	692	158,42	34,51	4,59	123,91	4,17	119,75	2372,68
P11B	1945	245,43	95,31	2,58	150,12	4,52	145,60	2177,19
P12A	2352	290,31	260,56	1,11	29,75	2,62	27,13	976,60
P12B	395,5	261,09	55,15	4,73	205,94	8,69	197,25	1996,06
ARQ	692	192	50	3,8	142	4,5	137,7	2000,00

A maior variação quanto à renda agrícola gerada pelo subsistema ocorreu entre as unidades patronais empresariais (P11 A e B) e as demais, alcançando estas mais de 4 Salários Mínimos⁵³ por unidade de trabalho humano (UTH) envolvida diretamente no processo produtivo. Deve-se considerar que, na relação de trabalho instituída, a renda resulta do lucro líquido da

⁵³ Equivalendo a R\$ 477,00 na época da pesquisa.

atividade, pois já foi descontada do VAL a parte que fica com os trabalhadores. O equivalente a 4/6 do VAL é extraído para o gestor da atividade distribuir entre suas demandas. Outro fator que variou bastante entre as unidades estudadas nesse subsistema foi o retorno do investimento no ano agrícola, ou seja, a relação custo/benefício de PB/CI. Foi de 1,11 vezes (11%) para P12A até 10,72 vezes em F24A. Esta constatação coincide com o custo por hectare (CI/SAU) em P12A, sendo o mais alto entre todas, o que não se refletiu diretamente na geração de produto, pois tem um valor de PB/SAU próximo dos demais. A depreciação por hectare nessa unidade também foi bem inferior às demais, demonstrando que a estrutura produtiva não acompanhou proporcionalmente o tamanho da área utilizada, pois também é nessa unidade que está a maior SAU dentre as que desenvolvem o sistema de produção.

O arquétipo pode ser considerado um padrão para o subsistema nos índices considerados, pois as unidades que se desviam muito dessa referência possuem condições excepcionais, que não se aplicam ao grupo como um todo. Este era o caso de P12A, que se encontrava em processo sucessório, sendo que esse fator interferia em vários aspectos produtivos da unidade e no desempenho do sistema no período avaliado. Nota-se, nesse padrão do sistema Pecuária de corte bovinos e ovinos, que são gerados mais de 4 salários mínimos mensais por trabalhador durante o ciclo produtivo, com um nível ampliado de reprodução.

Na observação do VAL, depreende-se uma eficiência produtiva regular, pois o valor de R\$137,70 anuais por hectare revela uma dependência do caráter extensivo para que o subsistema atinja o nível mínimo de reprodução social. Isso quer dizer que, para sustentar, por exemplo, uma família com 4 integrantes, gerando um salário mínimo por familiar, seriam necessários, no mínimo, 166,27 hectares e rebanhos bovinos e ovinos com 106 e 11 UA, respectivamente, somados a 2,3 UA equinas. Pela referência de área adotada atualmente para enquadramento na categoria familiar, isso excluiria os agricultores familiares de adotarem com sucesso esse subsistema de produção.

Entretanto, deve-se ter em mente que na região é também possível encontrar-se o “pecuarista familiar”, que pratica tal sistema de maneira extensiva e pouco especializada. Isso em áreas maiores do que os 4 módulos fiscais de referência para a categoria e utilizando fundamentalmente mão-de-obra familiar. Mas, considerando-se que os estabelecimentos envolvidos nesse subsistema na área em estudo são majoritariamente do segmento patronal, precisam da geração de sobre-trabalho dos funcionários para alcançar esse nível de reprodução para a família dos gestores.

Sob essas circunstâncias, um funcionário fixo mais o proprietário-trabalhador ou mais um trabalhador sazonal seriam suficientes para gerar uma renda de 5 salários mínimos mensais e remunerar o sistema. Nessa modelização, com uma unidade de 162,96 ha, a proporção de trabalhadores/ha ficaria em 0,012, em contraponto aos 0,004 utilizados no arquétipo referente aos dados modais do sistema. Esses aspectos técnicos colocam à prova a pertinência de manterem-se estabelecimentos com áreas até 20 vezes maiores do que esse tamanho mínimo em função dos impactos gerados, principalmente no que tange a aspectos sociais (geração de emprego e distribuição de renda).

c. Pecuária de Corte, Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”;

Tal sistema é predominantemente desenvolvido em unidades familiares e com pouca área disponível relativamente aos demais sistemas. A importância das atividades desenvolvidas pode ser mensurada de maneira mais adequada pelo tempo e espaço ocupado pelas mesmas do que pelo volume comercializado.

Uma característica intrínseca ao sistema é a significativa renda advinda do autoconsumo, necessitando menor volume de renda monetária para a aquisição da alimentação básica. Dentre os demais sistemas de produção identificados na região, é o que apresenta maior grau de autonomia diante do mercado (aquisição de insumos e venda de produtos) e diversificação produtiva. Quando praticado em estabelecimentos de origem assalariada, a estrutura de mangueiras e bretes aproveita materiais locais, como varas feitas de arbustos e árvores nativas. O mesmo vale para as plantações de “cercado”, cercadas geralmente com taquaras unidas por arame.

Já nos estabelecimentos de origem estancieira, por vezes é utilizada a estrutura remanescente de mangueiras de pedra e de listões, que são adaptadas ao tamanho do rebanho com algumas subdivisões internas. A tração animal aparece em alguns casos, em outros o uso de maquinário alugado para preparo do solo (pastagens e cultivos) para estabelecimentos de origem assalariada. Nos estabelecimentos de origem estancieira, encontram-se tratores antigos de pequeno porte, estruturas de banheiros ovinos e bovinos, por vezes subutilizados e substituídos pelo uso de pulverizadores e motores de aspersão. Em alguns casos ocorre a utilização comum dessas estruturas por várias unidades de produção que guardam parentesco entre os produtores, ou mesmo por relação de amizade e compadrio,

configurando troca de serviços. A maior parte dos estabelecimentos pesquisados ligados a esse sistema de produção tinha ligação da rede elétrica a menos de 1 ano⁵⁴.

O sistema de criação dos bovinos é de Cria, com a venda de terneiros para invernadores da região e animais de descarte. A limitação de área torna-se fator determinante para essa escolha produtiva, pois não é possível de ser feita a terminação dos animais na área disponível. A especialização é pequena, as vendas são efetuadas conforme a demanda financeira ou necessidade de manejo da área de pastagem, sem regularidade definida. Por isso se define o gado principalmente como “reserva de valor” nesses estabelecimentos onde a ampliação do rebanho sem muitas vendas anuais garante ampliação do capital.

A diversificação, que pode ser apontada tanto como causa quanto como consequência da presença do núcleo familiar mais ampliado que em outros sistemas, cria demandas e disponibiliza mais mão-de-obra, possibilitando a divisão de tarefas entre os membros da família. Isso configura uma produção de autoconsumo que significa para a maior parte dos casos cerca de 40% da renda agrícola anual⁵⁵, contabilizando animais abatidos e produção vegetal, já que, além dos bovinos, ovinos, plantas de cercado (verão), também são produzidas hortaliças no inverno, são criadas aves (corte e postura) e suínos. Assim como são amansadas (acostumadas ao manejo frequente) vacas de boa produção leiteira para o fornecimento de leite para consumo in natura ou processamento mínimo pela família. Nas épocas de maior produção, o excedente dessas produções voltadas para o autoconsumo (ovos, frangos, leite, queijos, doces, conservas, vegetais in natura, etc.) também é comercializado, configurando entrada financeira sazonal e ocasional.

O manejo sanitário consta de banhos carrapaticidas mensais ou bimestrais no período quente (outubro a março). Também se constitui das vacinações obrigatórias contra febre aftosa (alguns acessam as doses gratuitamente pela Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP) e brucelose. A fonte essencial de alimentação dos rebanhos é o campo nativo, somente complementado pela sobressemeadura ou constituição de pastagens anuais de inverno em períodos de maior disponibilidade de capital para compra dos insumos. Nesse caso fica destinado de 1 a 2% da SAU para as forrageiras anuais.

A lotação de unidades animais por hectare mais recorrentes fica ao redor de 0,8 UA/ha. Entretanto, mesmo nas lotações mais altas, há estratégias de fuga do superpastejo e degradação da pastagem natural. Para evitar que o campo fique “rapado”, os animais são conduzidos para os corredores ou arrendada área “por cabeça” quando existe limitação com a

⁵⁴ Ligação gratuita da rede elétrica efetivada pelo programa federal Luz para Todos.

⁵⁵ Valor inversamente proporcional ao volume anual de vendas e relação com o mercado.

área própria disponível. Mesmo de forma extensiva, o controle é feito pela capacidade de produção forrageira. Assim, mesmo sem outras ferramentas de gestão que a memória do manejador, tal controle possibilita a utilização de informações precisas em função do tamanho mais reduzido dos rebanhos e área produtiva em relação a outros sistemas.

Os rebanhos são de raças mistas entre gado zebuino e europeu, variando os cruzamentos conforme a possibilidade de compra de reprodutores em feiras ou a troca com vizinhos após alguns anos de uso. As matrizes e reprodutores também são utilizados durante muitos anos consecutivos, sendo mantidos na área ainda que acima da idade fértil e vendidos somente quando no final da vida útil. A permanência de fêmeas “falhadas” no campo incide em uma seleção negativa para índice de prenhez e velocidade de ganho de peso. Por isso, o desfrute dos rebanhos bovinos é extremamente baixo, tanto em função desse baixo índice de prenhez das fêmeas, quanto pela estratégia de utilizar os animais como reserva.

A busca geralmente é pela rusticidade como característica predominante nesses rebanhos que dependem quase exclusivamente dos fatores naturais para sua reprodução. Em alguns casos os reprodutores são deixados junto com o rebanho durante todo o ano, ou na época em que estão disponíveis para empréstimo por outras unidades, sem um período definido para montas e partições. As castrações e assinalações dos animais jovens são realizadas com temperatura mais amena, nos meses de julho e agosto, feitas geralmente em mutirão entre os vizinhos. Cabe salientar sobre essa prática, principalmente ligada aos estabelecimentos mais tradicionais, que ela se configurou no passado como uma época de grandes festas nas localidades. A oportunidade que reunia as famílias para o trabalho também servia de motivo para festejos, com churrascos e bailes que se repetiam em cada casa. Atualmente, essa atividade não tem essa mesma proporção e capacidade de aglutinação.

O inverno é apontado como a pior época em relação ao gado, pela diminuição do recurso forrageiro do campo nativo. Também é tomado como o período propício para a diversificação produtiva com a implantação de hortas sem proteção, as quais dependem quase exclusivamente da chuva como meio de irrigação. Pode-se inferir que o menor fluxo de animais (poucos entram no sistema e a frequência de saída é pequena) e veículos externos garante menor infestação dos campos com espécies exóticas como o capim anonni nas unidades menos especializadas desse sistema de produção. São relatados ataques de animais silvestres⁵⁶ aos rebanhos e cultivos, principalmente nos sistemas mais extensivos, sem muitas

⁵⁶ Sorros ou graxains, tatus, zorrilhos, emas e lebres.

estruturas, não promovendo o controle efetivo e/ou ferramentas de manejo ademais das recorridas ou “campereadas” diárias.

Nos ovinos são utilizadas raças de dupla aptidão ou mesmo exclusivamente as de lã, sendo mais frequentes a Corriedale e a Ideal. A venda da lã configura uma “safra”, pois, diferentemente das demais atividades agrícolas do sistema, constitui-se em uma entrada financeira regular anualmente. Após a esquila, em outubro ou novembro, alguns procedem com a marcação dos animais com tinta. O manejo nutricional também é semelhante ao dos bovinos, e o sanitário assemelha-se com o desempenhado no sistema anterior, sem, no entanto, efetuarem-se práticas como o desolhe e limpeza de úbere.

Os carneiros ficam junto ao rebanho entre os meses de fevereiro e abril. Na mesma época é efetuado o banho sarnicida. Quando começam as partições dos cordeiros, alguns estabelecimentos conduzem as fêmeas para áreas mais próximas da moradia, também chamados de “potreiros maternidade”, de forma a facilitar as revisões e evitar ataque de animais silvestres como os graxains.

O cercado constitui-se em uma área contendo de 1 a 5% da SAU dos estabelecimentos onde são cultivados mandioca, milho, feijão, abóboras, melancias, melões e, com menos freqüência, amendoim, no verão, todos plantados em consórcio ou em parcelas separadas dentro da área comum cercada. No inverno a área fica em pousio para reserva de pasto ou é semeada com aveia e azevém destinados para corte ou pastoreio aos animais debilitados e prioritários (novilhas de primeira cria, vacas de leite, acometidos de enfermidades e os cavalos de serviço). Quando a área permanece coberta pelas forrageiras anuais, o preparo do solo é dispensado na estação seguinte. Os cultivos são destinados principalmente para consumo dos animais domésticos e autoconsumo da família, com a venda de eventuais excedentes.

Já as hortas caseiras são geralmente sazonais, aproveitando a disponibilidade de água e temperatura amena no inverno. Constituem pequenas áreas (0,25% da SAU) cercadas e próximas da moradia, tendo a produção destinada praticamente na totalidade ao autoconsumo familiar, consumo das criações e para trocas com vizinhos. A perecibilidade dos produtos das hortas e as grandes distâncias das localidades onde se encontram os estabelecimentos que desenvolvem esse sistema inviabilizam as vendas em cidades ou vilarejos, bem como em pontos de comércio local, que atualmente não disponibilizam esses artigos.

Os dados econômicos encontrados para o arquétipo de referência ficam descritos no quadro a seguir, que representa a produção proporcionada por rebanhos de bovinos e ovinos com, respectivamente, 50 e 5 UA, assim como 3 UA equinas, e lotação total de 1,12UA/ha.

Quadro 4: Valores econômicos do Arquétipo do Subsistema Pecuária de corte Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”

Ítem	Unidade	Valor	Descrição
SAU	Hectare	52	Descontada do total da área apenas a parte ocupada pela moradia e estruturas produtivas, aproximadamente 0,5 há, pois mesmo áreas com restrições são utilizadas com os rebanhos e cultivos.
PB	R\$	17.136,00	Suínos (1), Vacas de descarte (2), terneiros (5), ovelhas (35), capões (5), lã de velo (250 Kg), lã de garra (50 Kg), leite (1200l), ovos (200 dz), frangos (12) e serviços prestados (300 animais esquilados e 36 dias de tropeada). Somente os bovinos e a lã são voltados estritamente para a comercialização, pois 25% de toda a produção bruta é voltada para o autoconsumo familiar.
CI	R\$	2.600,00	Sementes de forrageiras para sobressemeadura (3 sacos), sementes e mudas para horta e cercado, sal (25 sacos), vacinas, antibióticos, vitaminas, remédios contra endo e ectoparasitas de bovinos e ovinos.
Dep	R\$	1.040,00	Depreciação anual de bomba d'água, motosserra, bomba manual, arados e grade, veículo utilitário, carroça, cercas, mangueira e tronco.
DVA	R\$	2.400,00	Pagamento de pastoreio (arrendamento “por cabeça”), diaristas, impostos.
VAB	R\$	14.536,00	Valor da produção, deduzidos os custos gerados no ciclo. Possibilita avaliar a eficiência do processo produtivo.
VAL	R\$	13.496,00	Valor agregado no processo produtivo, deduzida a Depreciação da estrutura utilizada para tanto.
RA	R\$	11.096,00	Valor final da atividade agrícola desenvolvida na unidade.

As áreas são as menores em comparação com os demais sistemas e subsistemas produtivos, assim como o volume de produção (PB), por ainda apresentar características extensivas de pequena escala. Contudo, os custos a serem deduzidos desse volume bruto não impactam ostensivamente sobre o resultado final. O CI corresponde a 15% do PB, a depreciação e o DVA são relativamente baixos, pois a dependência mais efetiva é do processo natural em si, contando com pouco investimento no processo e estrutura para a produção. Nesse sentido o VAB e o VAL demonstram a eficiência técnica e econômica do sistema. Mesmo mantendo preservado o resultado da renda agrícola, o valor final em torno dos 2,0 salários mínimos fica aquém do necessário para manter uma família. Destaque-se que esse valor não se refere à remuneração efetiva, pois inclui a relevante contribuição do autoconsumo.

Tal situação fica expressa também nos índices aplicados, comparados proporcionalmente à área ocupada pelas unidades estudadas, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 5: Índices de desempenho econômico do Subsistema Pecuária de corte Bovinos, Ovinos e “plantas de cercado”.

UPA	SAU	PB/ SAU	CI/ SAU	PB/CI	VAB/ SAU	Dep/ SAU	VAL/há	RA/UTH/mês
F21B	35	366,07	63,92	5,73	302,15	16,64	285,51	774,04
F21C	36,75	388,64	24,22	16,05	364,42	9,34	355,08	262,20
F21D	40	415,85	10,50	39,60	405,35	71,62	333,73	610,42
F21E	7,8	1078,85	38,31	28,16	1040,54	28,72	1.011,82	334,62
F21F	52	303,99	71,54	4,25	232,45	9,91	222,53	731,93
F21G	82,5	415,85	128,18	3,24	287,67	4,21	283,46	1063,36
F22A	17,75	369,49	60,51	6,11	308,99	24,16	284,83	702,37
F22B	20	927,83	79,08	11,73	848,75	51,56	797,19	874,85
F22C	10,4	1014,42	40,87	24,82	973,56	27,08	946,48	833,98
F22D	111,7	63,25	21,69	2,92	41,56	9,68	31,87	231,76
F22E	79	153,47	17,48	8,78	135,99	3,87	132,12	369,09
F23A	248,37	214,73	43,81	4,90	170,92	13,41	157,50	1177,90
F23B	259	124,68	23,36	5,34	101,32	7,59	93,73	752,92
F24B	425	192,13	31,11	6,18	161,02	4,08	156,94	1383,69

ARQ	52	330	50	6,6	280	20	259,5	774
-----	----	-----	----	-----	-----	----	-------	-----

Nesse subsistema de produção, há grande diferenciação entre a SAU das unidades envolvidas, não sendo essa uma característica intrínseca ao subsistema produtivo, mas ao tipo de agricultor envolvido. Pode-se inferir nesse caso que há variáveis não-produtivas que incidem diretamente na escolha do sistema e influenciam no seu desempenho econômico, tais como a composição do núcleo familiar rural, o ciclo evolutivo da família (presença de aposentados e/ou crianças), a relação com o mercado e com as demais unidades da localidade.

A geração de renda agrícola por unidade de trabalho humano variou nas unidades entre 0,5 a 2,9 salários mínimos. Alcança, na maioria das vezes, o nível de reprodução simples. Entretanto, cabe salientar que há uma produção para autoconsumo considerável dentro desse valor, diferentemente dos demais subsistemas da pecuária de corte. Portanto, não há grande comprometimento dessa renda para aquisição de itens básicos da alimentação familiar, já garantida pela produção interna. A extensão da área também guarda relação com a produtividade do trabalho, pois as maiores RA/UTH ocorreram nas unidades de maior SAL; o inverso também sendo verdadeiro para as demais unidades. Contudo, o subsistema apresenta-se mais intensivo na capacidade de geração de valor novo por unidade de área (VAL/ha), estando esse desempenho econômico relacionado provavelmente com a diversificação em relação aos demais, assim como o retorno do valor investido anualmente, expresso na relação PB/CI, o qual fica em 6 vezes dentro do desempenho modal do subsistema.

Na observação dos padrões seguidos para os demais índices analisados, utilizou-se o arquétipo como referência para o subsistema. De acordo com esses dados aplicados ao mesmo exemplo citado anteriormente, para manter uma família de 4 integrantes, seriam necessários sob esse subsistema de produção 88,23 hectares. O mesmo vale para rebanhos de bovinos e ovinos em torno de 82 e 8,1 UA, e 5 UA equinas. Portanto, de uma unidade ainda pertencente à categoria familiar, segundo a delimitação de área indicada pela legislação vigente. No entanto, a situação mais comum entre as unidades familiares da APA é a restrição de área. O perfil modal apresentado no arquétipo é um exemplo, dispondo de área inferior a esse mínimo necessário e com possibilidades bastante restritas de ampliação da área.

Considere-se uma unidade familiar de produção, em que seus membros desempenham simultaneamente o papel de gestores e trabalhadores, decidindo no conjunto familiar a utilização do recurso gerado no decorrer do ciclo produtivo. Para uma família com 4 integrantes, considerando que pelo menos 1 seja apenas consumidor (criança ou idoso), pode-se supor que disponha de 3 UTH. Retomando a capacidade de geração de renda agrícola por trabalhador, de

1,62 salários mínimos, seriam gerados 4,86 salários por essa família hipotética. Seria um valor suficiente para alcançar o nível de reprodução social simples nesse grupo, com possibilidade de ampliação conforme se inserissem novos membros da família na produção ou mesmo se ampliasse a área produtiva para aumentar a agregação de valor por unidade de área. Sendo essa perspectiva remota para muitos núcleos familiares, a estratégia é manter a produtividade dos sistemas de criação e cultivo interna, com o trabalho de alguns na área disponível, e acrescentar rendas externas à unidade pelo trabalho sazonal ou assalariado de um ou mais membros da família na região.

5.2.2. Arroz

A atividade do arroz é bastante significativa na Zona Baixa 1, estando presente nos tipos de estabelecimentos patronais tradicionais e familiares de origem estancieira, ocupando as áreas de várzea na forma de arrendamento. A partir da década de 70, a diversificação mais comum de atividades na pecuária tradicional foi o arrendamento das terras baixas (ou de várzea) para a produção de arroz irrigado por parte de granjeiros. Assim gerou-se uma fonte complementar de renda para o pecuarista. (FONTOURA, 2000).

As áreas de lavoura são geridas e manejadas essencialmente por agentes externos à região. Os arrendatários são oriundos de outras regiões do Estado onde já desenvolviam o cultivo; muitos são descendentes de imigrantes italianos, e a maior parte da mão-de-obra é temporária para o preparo do solo e condução da cultura. Há uma rotatividade entre os agentes que ocupam essas áreas, configurando uma relação mais estreita apenas no âmbito do arrendamento e contratos de trabalho. À exceção dos bolichos, frequentados pelos funcionários no período de trabalho, em geral os demais moradores das localidades próximas pouco conhecem tais atores sociais envolvidos temporariamente na lavoura.

Nessas áreas arrendadas com 100 a 300 ha de SAU são construídos alguns galpões para máquinas e quartos para funcionários que ficam trabalhando de vigias no período de entressafra. Também se destinam para estes e os demais trabalhadores as moradias chamadas “volantes”, que são construções de madeira com apenas um cômodo, as quais podem ser transportadas. Geralmente recorrem a financiamentos bancários para cobrir o alto investimento anual em insumos, serviços e manutenção de máquinas e motores. O maquinário consta de tratores, colheitadeiras, bomba d'água, veículos utilitários e equipamentos como grades aradoras, arados, plaina, plantadeiras, grade niveladora, entaipadeira, graneleiros, reboque e tanque de óleo. Contam com assistência técnica especializada por parte das

cooperativas com as quais comercializam ou com profissionais liberais, bem como com orientações de órgãos como o IRGA (Instituto Rio-Grandense do Arroz).

O sistema de cultivo é em nível, com taipas nas curvas de nível e irrigação com água bombeada do rio ou de barragens construídas. O itinerário técnico normalmente seguido para o sistema de cultivo adotado na região consta de: preparo do solo com grade aradora, plaina e nível; plantio utilizando maquinário de plantio direto com adubação e uso de herbicida aplicado via aérea; na pós-germinação, aplicação de herbicida via aérea, entrada da água e aplicação de uréia. O controle do nível de água segue durante todo o desenvolvimento da cultura; aplicação de inseticida em locais infestados; aplicação de fungicida em toda a lavoura com 5% da floração; colheita com medição de produtividade utilizando GPS, ficando na média em 300sc/quadra do produto verde.

Essa atividade é a que mais conflita com o regramento ambiental para a região, em função da profunda alteração do ecossistema de banhado e da mata aluvial em alguma medida, interferindo na fauna e flora desses lugares. Isso também ocorre pelo uso intensivo de agrotóxicos durante todo o ciclo produtivo. Um exemplo do seu impacto é o desaparecimento de bandos de capinchos (capivara - *Hydrochaeris hydrochaeris*), cujos moradores, em seus relatos, relacionam ou com possíveis envenenamentos em função do consumo da água na lavoura, ou mesmo com o abate para evitar que se alimentem do arroz.

Os dados econômicos obtidos como padrão para o sistema constam de:

Quadro 6: Valores econômicos do Arquétipo do Sistema do Arroz.

Item	Unidade	Valor	Descrição
SAU	Hectare	255	Descontados da área total as partes pedregosas do terreno e mata aluvial mais próxima ao leito do Rio.
PB	R\$	980.000,00	Correspondendo somente ao volume de arroz colhido (35000 sc).
CI	R\$	635.635,00	Praticamente todos os custos são cobertos com parte da produção. Constam do serviço de nivelamento, óleo, consertos no maquinário, herbicida, semente, adubo, óleo, aplicações aéreas de agrotóxicos, inseticida, fungicida, frete, secagem, pagamento de diaristas, pagamento de assistência técnica.
Dep	R\$	7.942, 71	Depreciação de cercas, de maquinário e equipamentos e de veículo.
DVA	R\$	285.130,00	Arrendamento (inclui o custo das estruturas), salários e impostos.
VAB	R\$	344.365,00	Valor da produção, deduzidos os custos gerados no ciclo. Possibilita avaliar a eficiência do processo produtivo.
VAL	R\$	336.422,29	Valor agregado no processo produtivo, deduzida a Depreciação

			da estrutura utilizada para tanto.
RA	R\$	51.292,29	Valor final da atividade agrícola desenvolvida na unidade.

Este sistema de produção é o grande gerador de produto, em comparação com os demais analisados. O grande volume de produção, porém, é distribuído em grande parte para os custos produtivos. Do total do PB, 65% já ficam comprometidos nos gastos ao decorrer do processo (CI). Outro custo significativo é o da remuneração de agentes externos que possibilitam acesso aos meios de produção (DVA), sendo o arrendamento o principal para este caso. E que se aplica ao modo de desenvolvimento do Sistema de produção do Arroz de maneira geral para essa região, hegemonicamente na modalidade de arrendamento e pela relação de assalariamento entre os trabalhadores e o segmento patronal que o gestiona. Ambos os custos correspondem a 29% de toda a produção gerada. Juntando o CI e o DVA com os demais custos, que somam 1%, já se terá 95% da produção destinada a pagamentos. Essa pouca eficiência no processo fica demonstrada nos baixos valores do VAB e do VAL diante do total. A renda agrícola, então, representa apenas 5% desse total, revelando a pouca capacidade de retorno, garantida principalmente pela escala. Tal situação fica expressa na aplicação dos índices por unidade de área trabalhada, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 7: Índices de desempenho econômico do Sistema do Arroz.

UPA	SAU	PB/ SAU	CI/ SAU	PB/CI	VAB/ SAL	Dep/ SAU	VAL/há	RA/UTH/ mês
P11C	255	3843,14	2492,69	1,54	1.350,45	31,15	1.319,30	712,39

Sendo a unidade P11C a única referência para o sistema de produção do Arroz, esta será utilizada como padrão, sem possibilidade de comparações internas sobre os índices de desempenho.

A alta capacidade de geração de produto por unidade de área (PB/SAU) fica anulada tanto pelo baixo retorno do investimento (PB/CI), que representa apenas 1,54 vezes, quanto pela característica intensiva do sistema, agregando um valor considerável por unidade de área (VAL/ha), comparável às unidades mais intensivas da Pecuária de corte, mas gerando como renda um valor bem inferior. São R\$1.319,30 de VAL diante de R\$ 201,15 de Renda por hectare no final.

A produtividade do trabalho fica diminuída e são necessários vários funcionários, os quais desempenham tarefas diferentes, para que se alcance um nível de produtividade e de reprodução satisfatório do sistema. Para que um “arroteiro” consiga manter sua família (retomando o exemplo de 4 membros) apenas com a renda agrícola desta atividade, precisa de,

no mínimo, 8 funcionários produzindo com seu exclusivo trabalho 1,49 salários mínimos, isto é, gerando o necessário para remunerar-se e repassar um sobre-trabalho de 0,49 salário para o gestor distribuir entre suas demandas. Se for utilizado, para esse comparativo, apenas a capacidade de agregação de valor por hectare, seriam necessários 52 hectares para se alcançar o nível de reprodução simples para a família, somada aos 8 funcionários. Entretanto, considerando o custo dos meios de produção (DVA), essa área mínima passa para 341,5 hectares, ou seja, passa a uma proporção bem superior à SAU da unidade que estamos tomando como referência.

5.3. Analogia entre os tipos

Na grande região do pampa, correspondendo à alocação do Sistema Agrário de Campo, da qual está sendo particularizada a porção correspondente à área de estudo, a pecuária de corte é a atividade agrícola predominante. Também por isso se tornou uma característica desse território. Entretanto, a visão baseada em Cadeias produtivas (da carne, nesse caso), e em recursos analíticos dessa natureza, comumente classifica os agentes inseridos nesse sistema simplesmente como “pecuaristas”. Os demais, como os agricultores, são “lavoureiros” ou “arrozeiros”. Tal procedimento esconde as diferenças internas na forma de condução desses sistemas e do tecido social onde se inserem. Mesmo a identificação do “pecuarista familiar” enquanto grupo social com particularidades ainda mantém confusa a ligação entre os tipos sociais e as formas de produção conduzidas por estes.

No presente estudo procurou-se analisar separadamente as características sociais e produtivas, para posteriormente entender a sua relação e conformação de agrupamentos semelhantes. Para a realidade da APA do Ibirapuitã, a relação entre os segmentos sociais e sistemas de produção identificados configurou-se conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 8: Combinação entre tipos de estabelecimentos e sistemas de produção identificados na APA do Rio Ibirapuitã.

Segmentos sociais	Subtipos		Sistemas de Produção	Subsistemas
Patronais	Empresariais		Arroz	
			Pecuária de corte	Bovinos/grãos Bovinos/ovinos
	Tradicionais	Típicos	Pecuária de corte	Bovinos/ovinos
		Turismo		
Familiars	De origem estancieira		Pecuária de corte	Bovinos/ovinos Bovino/ovinos/cercado
	Assalariados e changueiros		Pecuária de corte	Bovino/ovinos/cercado
	Aposentados			
	Quilombolas			
	Comerciantes		Autoconsumo	
	Ocupantes e Agregados			
Proletariado	Assalariados perm. e temp.		Não	Não
	Andantes ou “teatinos”			

5.3.1. Contrastando a homogeneidade dos grupos

Na relação apontada estatisticamente entre os 21 agricultores e as 53 variáveis atinentes às suas práticas produtivas, desempenho econômico, aspectos de sociabilidade e condições estruturais, formaram-se alguns conjuntos com similaridades internas. Dessa forma, constituíram-se diferentes agrupamentos, possíveis de serem contrastados com a tipologia de categorias sociais, estabelecimentos e sistemas de produção, conforme demonstram os gráficos a seguir.

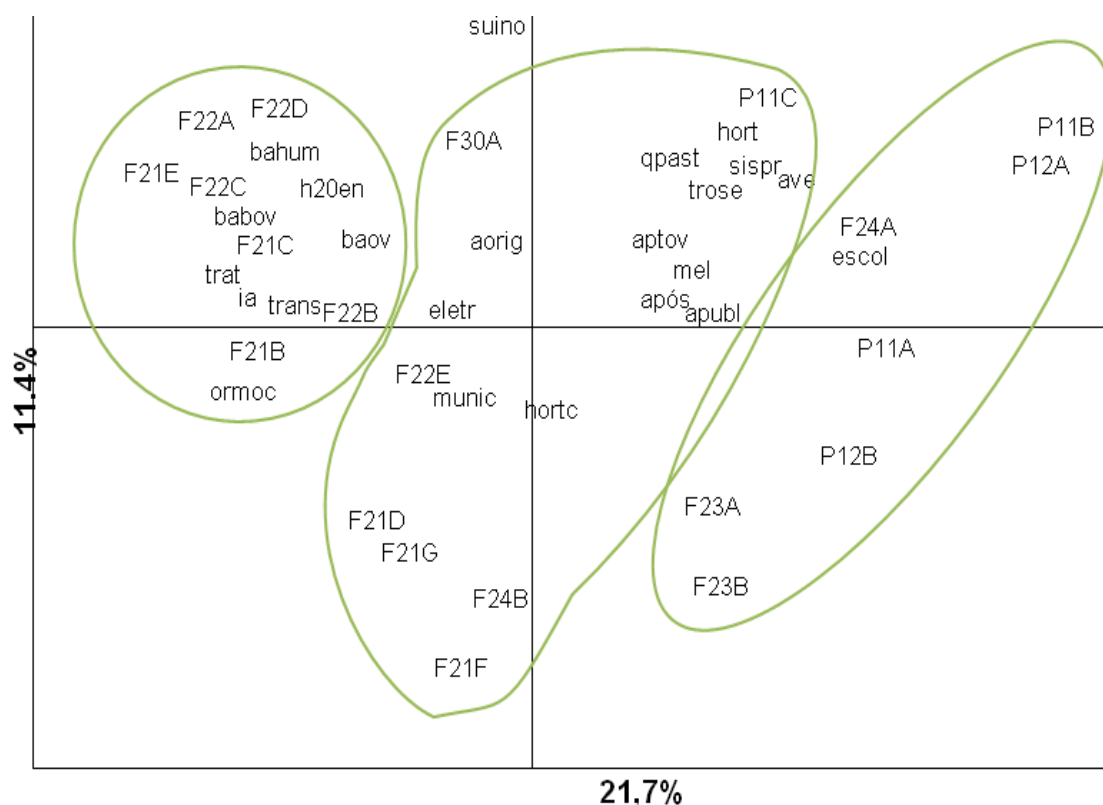


Figura 16: Variáveis qualitativas e binárias nas 21 unidades estudadas.

Para as variáveis qualitativas e binárias, os eixos principais (x e y) explicam em conjunto 33,11% da variação estatística entre estas, e o agrupamento das unidades é estabelecido por suas correlações com os eixos. Este está demarcado no gráfico acima pelas formas na cor verde e fica demonstrado pelo Dendrograma no Anexo C. É uma porcentagem significativa para esse tipo de variável, mas pequena na compreensão do perfil dos tipos de estabelecimentos identificados na realidade local.

No agrupamento que aparece mais à esquerda no gráfico, as unidades F22A, F22B, F22D, F22C correspondem a agricultores familiares aposentados. Já F21B, F21C e F21E, a agricultores familiares assalariados e changueiros. A proximidade entre elas está relacionada com a ausência de estrutura produtiva e de moradia, tais como: trator próprio (trat), banheiros ovino e bovino (baov e babov), água encanada (h2oen), banheiro dentro da moradia (bahum), transporte próprio (trans). Além disso, não utilizam mão-de-obra contratada (ormoc) nem a técnica de inseminação artificial (ia).

O grupo que aparece mais centralizado no gráfico tem menos coesão quanto às características principais, contendo as unidades F21D, F21F, F21G, de agricultores familiares assalariados, e F24B, de agricultor familiar de origem estancieira mais próximas, mas sem o

apontamento de variáveis qualitativas e/ou binárias específicas que justifiquem essa aproximação. Inclui também F22E, agricultor familiar aposentado, apresentando como características o município onde se localiza (munic), sendo o único de Alegrete nesse grupo, e a ausência de horta comercial. Já F30A, comerciante, está mais relacionado com a origem da área (aorig) por herança e por ter energia elétrica há mais de um ano (eletr), as quais são propriedades comuns a todo o grande grupo. Já P11C, agricultor patronal especializado, aparece mais isolado, aproximando-se do outro grupo, e tem como particularidades o fato de desenvolver o sistema de produção Arroz, e também por, em função disso, não ter produções como de aves (ave), mel (mel), ovinos (aptov), horta (hort), nem área de pastagens (qpast). Tampouco utiliza área do corredor para criação (apubl) ou troca serviço com vizinhos (trose), ou tem renda de aposentadoria (após).

O terceiro grupo, à direita do gráfico, abarca a maior parte dos agricultores patronais, P11A e P11B especializados, P12A e P12B tradicionais, assim como F23A, F23B e F24A, familiares de origem estancieira. A variável que aparece no grupo é a escolaridade do entrevistado (escol), estando relacionada à formação em nível superior de F24A e P12A.

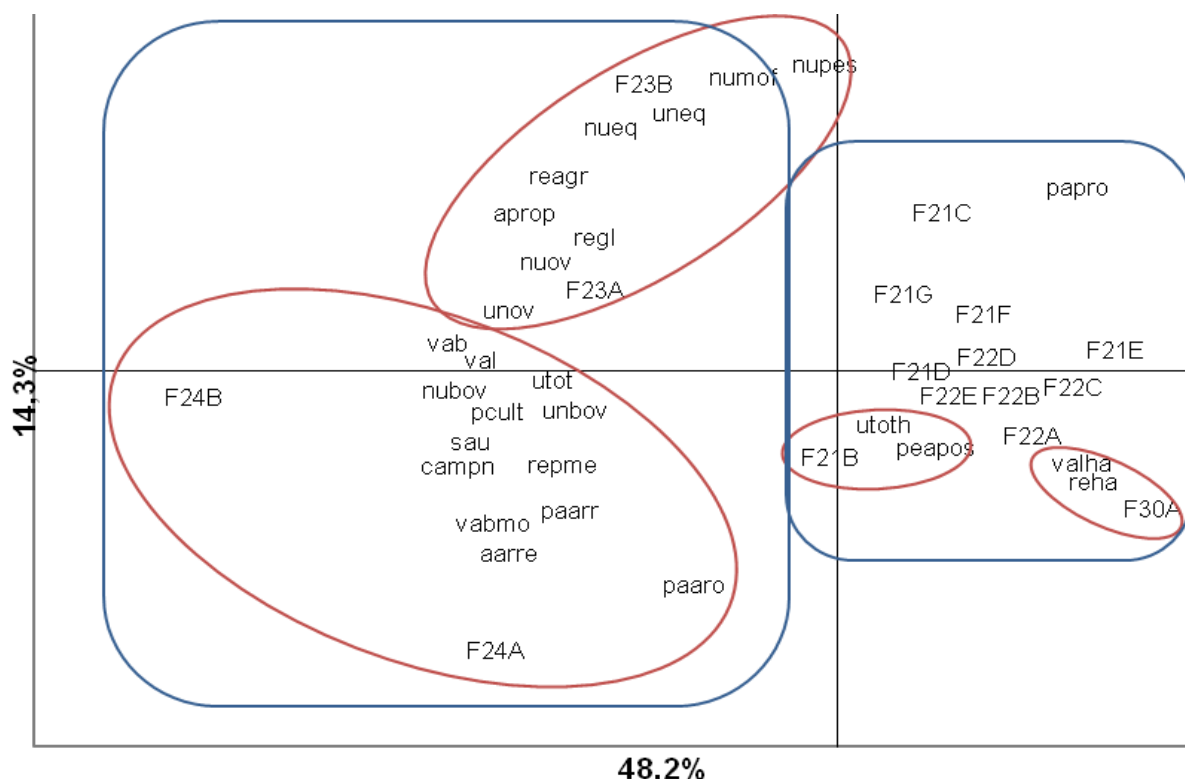


Figura 17: Gráfico das Variáveis quantitativas em unidades familiares.

Para as variáveis quantitativas comparadas com as unidades familiares, os eixos principais (x e y) explicam em conjunto 62,5% da variação entre elas, e o agrupamento é estabelecido por suas correlações com os eixos. Estas são demarcadas no gráfico com os círculos vermelhos para os pequenos grupos e quadriláteros azuis para os dois grandes grupos, e fica demonstrado pelo Dendrograma no Anexo D. Tal distribuição auxilia efetivamente na caracterização dos tipos de estabelecimentos identificados pelo presente estudo dentro desse segmento social.

O conjunto formado pelas unidades F24A e F24B, familiares de origem estancieira, tem como variáveis correlatas a maior superfície de área útil ocupada (sau), que é uma característica marcante desse tipo de estabelecimento identificado como transição entre patronal e familiar. Também possui maior área de campo nativo e pastagem cultivada (campn e pcult), maiores áreas arrendadas para si e para outros e números absolutos e em porcentagem (aarre, paarr e paaro), número e unidades animais bovinos e totais (nubov, unbov e utot), bem como maior renda agrícola mensal por pessoa (repme), VAB (vab), VAL (val) e VAB por unidade de mão-de-obra (vabmo). Então, mesmo mantendo o padrão extensivo, o uso da mão-

de-obra familiar se reflete em maior remuneração, pela possibilidade de exploração do rebanho bovino em maior escala que os demais.

O conjunto situado mais acima no gráfico é composto pelas unidades F23A e F23B, também de agricultores familiares de origem estancieira, porém com áreas medianas. Possui o maior número de mão de obra familiar e de pessoas (numof e nupes), também o número e unidades animais equinas (nueq e uneq), número e unidades animais ovinas (nuov e unov). Detém as maiores áreas próprias (aprop), e renda global e renda agrícola (regl e reagr) entre as maiores, estando estas diretamente correlacionadas. Isso significa que o perfil desses agricultores, próximos dos tradicionais, está ligado à atividade dos membros da família com ovinos e uso de equinos para o serviço, correspondendo toda a renda da unidade à renda gerada no processo produtivo conduzido em área própria. Estes dois conjuntos, formando um grande grupo correspondente ao tipo de estabelecimento familiar de origem estancieira, são compostos por unidades com mais acesso aos meios de produção (terra, capital e trabalho) em relação aos demais do segmento familiar.

Todas as demais unidades estão reunidas em outro grupo. Destaca-se, em especial, a F30A, de comerciante, correlacionada com o VAL e a renda global por hectare (valha e reha), o que indica a geração de renda por unidade de área bem maior, correspondendo à sua condição de minifundiários. Outra unidade com variáveis bastante correlacionadas é F21B, de agricultor familiar assalariado, ligada à representatividade percentual da aposentadoria na renda global (peapos) e ao total de unidades animais por hectare (utoth), indicando que essa unidade já se aproxima mais do perfil de agricultor familiar aposentado. Além do mais, como utiliza a área pública do corredor como recurso forrageiro para o rebanho, sua lotação (animais/área) fica alta e o distancia dos outros nesse aspecto. As demais unidades, F21C, F21D, F21E, F21G e F21F, de agricultores familiares assalariados e changueiros, F22A F22B, F22C, F22D e F22E, dos agricultores familiares aposentados, estão mais ou menos correlacionadas com as variáveis apresentadas para as duas unidades anteriores. Formam, juntas, um grande grupo dos agricultores familiares caracterizados pela maior porcentagem de área própria (peapro), mas restrita em tamanho e/ou que dependem da aposentadoria.

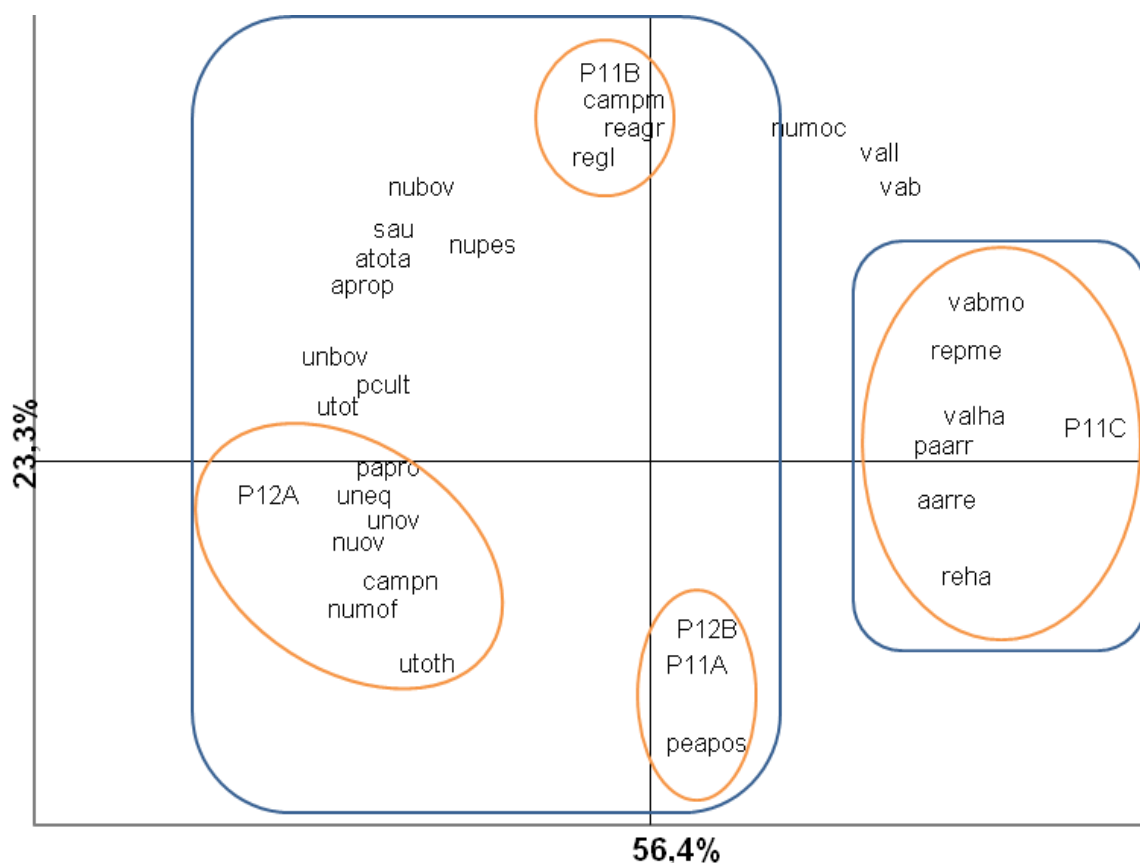


Figura 18: Gráfico das variáveis quantitativas em unidades patronais.

Para as variáveis quantitativas comparadas com as unidades patronais, os eixos principais (x e y) explicam em conjunto 79,7% da variação entre estas e o agrupamento evidenciado. Os grupos estão demarcados no gráfico com os círculos laranjas, no caso dos pequenos, e os quadriláteros azuis definem os dois grandes conjuntos, o que fica demonstrado pelo Dendrograma no Anexo E. Esta porcentagem expressiva auxilia na compreensão do perfil econômico e produtivo desses grupos e correspondem em grande medida à tipologia proposta pelo estudo, apresentando as diferenças internas dos tipos.

O conjunto formado pela unidade P11C, e suas variáveis correlatas, situado à direita do gráfico, tem uma especificidade grande, estando num grupo isolado. Tal agricultor, de tipo empresarial, está entre os que tem as maiores rendas e possui o maior VAL por unidade de área (reha e valha), maior porcentagem e área absoluta arrendada (paarr e aarre), assim como a maior renda mensal por pessoa (repme) e VAB por unidade de mão de obra (vabmo) da categoria patronal. Considere-se que se trata de unidade produtora de arroz, que utiliza somente área arrendada e mão-de-obra assalariada, cujo gestor apenas coordena o processo

produtivo e, excetuando o custo produtivo e com salários, todo o restante do recurso gerado é concentrado em uma pessoa.

Outro conjunto que fica destacado é o das unidades P11A, empresarial, e P12B, tradicional. Estas tem porcentagem da renda global ligada à aposentadoria (peapos) bem superior às dos demais grupos. Mesmo assim, este tipo de renda é bem inferior à renda agrícola gerada, indicando que a aposentadoria de alguns membros da família funciona apenas como um complemento nessas unidades patronais. A unidade P11B, empresarial, que aparece no quadrante superior esquerdo do gráfico, fica caracterizada pela grande área de campo nativo melhorado (campm) e pela relação direta entre renda global e renda agrícola (regl e reagr), que também são as maiores dentre os patronais.

A especialização na pecuária, utilizando o recurso forrageiro natural do campo nativo com práticas de melhoramento, a diferencia das demais, garantindo renda alta dentro da atividade produtiva. Já a unidade P12A, tradicional, está mais relacionada com a porcentagem de área própria (peapro), que, neste caso, é o total da área utilizada, com o número e o equivalente em unidades animais ovinas (nueq e uneq) e de unidades animais equinas (uneq) que são os maiores dentre todas as unidades, apresentando, contudo, um valor intermediário para unidades animais totais por unidade de área (untoth) e grande área de campo nativo (campn), assim como o maior número de mão-de-obra familiar (numof) em relação aos patronais.

Seu perfil tradicional, semelhante ao que ficou demonstrado na categoria familiar, também está ligado à atividade dos membros da família com ovinos e uso de equinos para o serviço, utilizando basicamente o recurso forrageiro natural do campo nativo. Essa semelhança remete à origem de tais unidades familiares desse tipo de estabelecimento patronal tradicional, mantendo o mesmo padrão produtivo.

O grande grupo formado por esses pequenos conjuntos está ligado de maneira mais estreita à atividade produtiva da pecuária e situado mais à esquerda do gráfico, em oposição àquele ligado à agricultura. As unidades que aparecem no quadrante superior apresentam-se mais correlacionadas com variáveis referentes à especialização (produtivas e econômicas), e as do quadrante inferior com o perfil mais extensivo.

De maneira geral, a relação entre os tipos sociais, seus sistemas de produção e as características que os rodeiam está permeada por dois movimentos: um que os agrupa, pelos atributos comuns; outro que os distancia, pelas diferenças. Uma característica comum a praticamente todos os grupos é o uso do recurso natural do campo nativo, diferindo entre os grupos as formas de acesso a tal recurso, expresso na análise tanto em variáveis qualitativas

como em quantitativas. Nota-se que as variáveis qualitativas não são capazes de definir com nitidez grupos característicos dentre os elementos contrastados. Isso pode ser atribuído de certa forma à similaridade nas formas de condução dos sistemas por serem muitas vezes os mesmos atores envolvidos nestes (como gestores e/ou trabalhadores). E, ainda que distintos, pode-se dizer que uns imitam aos outros, por exemplo, reproduzindo tanto em unidades familiares quanto patronais a forma extensiva de criação dos rebanhos.

Entretanto, as estruturas nas quais estão inseridos para a condução de tais sistemas são diferentes, e estas estão apresentadas de forma mais específica nas variáveis quantitativas, indicando principalmente as formas de acesso aos meios de produção. Distingui-las permite, além de outras constatações, compreender a impossibilidade desses variados grupos de ingressarem da mesma maneira a mercados e organizações da sociedade.

6. APREENDENDO

6.1. As relações

Buscando compreender a rede de relações estabelecidas entre os grupos sociais presentes no território da APA do Rio Ibirapuitã, optou-se por compreender os diferentes grupos sociais e suas práticas de acordo com o contexto local. Faz-se necessário, então, criar o cenário onde possam ser fundados os contrastes entre os diferentes atores sociais que compõem os tipos característicos identificados. De maneira geral, há pelo menos dois *locus* principais onde se encontram esses grupos no espaço físico da área em estudo.

Conforme se denotou na definição das zonas agroecológicas da APA, a ocupação demográfica do território ocorreu paralelamente em duas frentes. Uma delas é periférica, constituída principalmente pelos grupos de menor poder econômico e político, compondo as categorias sociais subalternas. Esta frente ocupou os locais denominados Rincões, identificados na trajetória histórica da região como os redutos de trabalho e posteriormente de moradia. Outra frente, centralizada, é constituída principalmente pelos grupos dominantes no tocante à propriedade da terra e às relações políticas locais. Esta ocupou a maior parte da área, gerindo as estâncias e fazendas, predominantes como estrutura de referência demarcatória no território e patrimônio dessa elite.

A convivência entre grupos familiares e indivíduos oriundos tanto dos Rincões quanto das Estâncias constituiu, ao longo da história, os vínculos que estão intrinsecamente relacionados

aos papéis sociais e atividades por estes desempenhadas, sobretudo pelas características agroecológicas a que estão condicionados. A dinâmica interna e a ligação entre os pólos Rincão-Estância compõem um *continuum*, interligando as relações pessoais, de gênero, de classe, de mercado, de trabalho, com o ambiente natural e institucional, entre outras. Ainda poderia ser considerado o fato de que, das estâncias e fazendas, parte outra rede de relações com o ambiente externo à APA. Nesses segmentos, há um contato maior e intervenção no ambiente político e econômico dos municípios, também correlacionados com a atividade produtiva e a estrutura agrária em que se inserem. Contudo, em função da intencionalidade do presente estudo, este se deterá às dinâmicas internas da APA do Rio Ibirapuitã, circunscritas aos seus limites territoriais.

A terra, enquanto território de disputa, apresenta-se como um espaço de relação, de acordo com a compreensão de Gehlen (1994) sobre os interesses no espaço agrário. E, de maneira geral, Bourdieu (1998) define que as relações de comunicação em seu campo de ocorrência são formas de poder. Um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade dos que não querem saber que estão sujeitos a ele e/ou a quem o exerce. Conforme define Bourdieu, nesse contexto do “habitus” todos os grupos procuram maximizar suas vantagens. Cada um se aproveita dos costumes do outro, criando consenso sobre o sentido do mundo social, reproduzindo a ordem, desde a esfera do privado, no interior das unidades, até a representação política dos grupos sociais organizados em suas entidades. Portanto, parte-se da compreensão de que tais relações, processadas no campo de análise são, sobretudo, relações de dominação, ocorrendo em diferentes níveis de acordo com o ambiente e as circunstâncias.

6.1.1. De trabalho

No que tange às relações de trabalho processadas na APA do Ibirapuitã, a mão-de-obra fundamental corresponde a: agricultores familiares, desempenhando funções em suas unidades de produção e fora dessas, em serviços sazonais ou nos permanentes com melhor remuneração; assalariados permanentes e temporários das lavouras de arroz; assalariados permanentes das fazendas, principalmente nas funções de peões caseiros e campeiros; e a changueiros, que trabalham por empreitada tanto nas fazendas quanto nas unidades familiares nos serviços de capina, corte de arbustos e casereadas.

A relação contratual com garantia de direitos sociais ocorre em poucas dessas funções. Os contratantes temem sanções da legislação⁵⁷ e mantêm poucos funcionários morando nos estabelecimentos, preferem a contratação temporária em função dos encargos sociais. A informalidade nos contratos ganha preferência também entre os contratados, em função da remuneração em espécie tornar-se mais proveitosa em curto prazo (menos pagamento de encargos para ambas as partes). Além disso, o fato de não comprometer-lhes com funções fixas permite a busca por oportunidades mais vantajosas em curto espaço de tempo na comparação entre colocações nos estabelecimentos patronais ou nos seus próprios estabelecimentos familiares. Ademais, a especialização vivenciada por alguns estabelecimentos de agricultores com perfil empresarial exige mão-de-obra em menor número, mas com qualificação específica para determinadas funções.

Entre as atividades sazonais e permanentes desempenhadas, essencialmente, por membros das famílias moradoras dos Rincões estão:

a) Esquila: também chamada de tosquia em algumas localidades. Consiste no corte anual da lã produzida pelos ovinos. Nas condições do Rio Grande do Sul, é realizada normalmente entre os meses de outubro e dezembro, de modo a não coincidir com outras práticas de manejo. No período da Segunda Guerra Mundial e ainda durante décadas posteriores a esta, a lã foi uma *commoditie* importante para a atividade pecuária do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente para a região da fronteira oeste. Os rebanhos eram numerosos, superando muitas vezes os rebanhos bovinos. Sobretudo a partir da década de 90, ocorreu uma diminuição drástica da demanda de lã gaúcha no mercado internacional, impactando diretamente na composição dos rebanhos, como fica evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 2: Evolução do número de ovinos tosquiados no Estado e municípios integrantes da APA.

Variável UF e Município	Ovinos tosquiados (Cabeças)				
	Ano				
	1975	1985	1995	2005	2008
Rio Grande do Sul	10.265.888	9.721.649	8.108.520	3.267.306	3.461.528
Sant'Ana do Livramento	950.000	956.000	579.715	381.991	431.154
Quaraí	555.894	552.609	286.070	139.988	155.400
Rosário do Sul	290.000	322.000	176.000	125.494	152.128
Alegrete	942.709	1000.000	506.537	208.653	212.590

Fonte: IBGE/SIDRA - Pesquisa Pecuária Municipal

⁵⁷ Sobretudo pelos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR, Lei 4.214 de 02/03/1963) e da legislação sobre a posse de terras.

A atividade da esquila mudou completamente no decorrer desses anos. O trabalho era antes desempenhado pelas chamadas "*comparsas*" ou "*quadrilhas de esquiladores*". Esta equipe compunha-se habitualmente dos seguintes elementos: chefe, esquiladores, agarrador, atador de velos, levantador, limpador de cancha, embolsador. Estes eram ainda mais numerosos quando a esquila era totalmente manual, utilizando-se as tesouras ou "martelos", atualmente substituídos pelas máquinas de esquila com tesouras elétricas. Em geral as diferentes funções são desempenhadas pelos mesmos indivíduos atualmente, ainda formando grupos quando para o trabalho em rebanhos mais representativos. Entretanto, a maior parte dos estabelecimentos, com rebanhos de até 100 animais, contrata apenas um a dois esquiladores para todas as tarefas. Estes não possuem nenhum vínculo contratual com o criador, a atividade baseia-se na relação de confiança entre ambos, a compensação financeira pela atividade é calculada tendo em conta o número de ovinos tosquiados por cada esquilador (R\$2,00/animal na época da pesquisa). Próximo à época do ano determinada para o serviço, os proprietários agendam previamente com os esquiladores, os quais comumente atendem em sequência a vários estabelecimentos da localidade onde também residem.



Imagem 19: esquiladores trabalhando em uma estância - Rosário do Sul

b) Alambrado: consiste no feitiço e manutenção de cercas de arame, limitando áreas das invernadas, poteiros, plantações e divisórias entre os estabelecimentos vizinhos. A manutenção das cercas de arame foi apontada por muitos produtores como um gasto significativo durante o ano, sendo demandado em todos os estabelecimentos, mesmo naquelas propriedades onde não havia muitas subdivisões das áreas de pastoreio do rebanho ou separação deste por categorias. Entretanto, a atividade é ocasional, dependendo da

necessidade e disponibilidade do dono do estabelecimento, ficando este responsável pela compra do material. O alambrador ocasional não tem vínculos empregatícios e seu pagamento é feito por empreitada realizada, previamente combinada. Comumente acompanham-no também alguns ajudantes para as tarefas de cavar os buracos onde serão enterrados os moirões da cerca, de furar as tramas, entre outras. A remuneração é referente aos metros de cerca contratados (R\$ 4,50/metro na época da pesquisa), somados ao número de cantos e/ou porteiros (que tem preço maior). Os produtores familiares, quando desempenham essa tarefa, fazem-na entre dois ou mais membros da família, geralmente os homens mais velhos. É recorrente como estratégia de remuneração externa às unidades familiares, pois não tem período definido para ser contratada, exceto pela condição de umidade do solo.

c) Doma: processo de domesticação e adestramento dos equinos destinados ao serviço com os rebanhos. Os domadores da região de estudo misturam técnicas dos estilos tradicional e racional. Na doma tradicional, o cavalo é submetido ao domador pela força e pelo medo, estabelecendo-se uma luta, na qual o homem sempre será vencedor. Já na modalidade racional, o animal é conquistado através da inteligência do domador, no início é fundamental fazer com que o cavalo perca o medo do homem e, a partir daí, passe a confiar nele. Embora percebam as vantagens da doma racional, não abdicam dos métodos tradicionais porque consideram que, ainda que agressivos e traumáticos para os animais, sempre oferecem resultados satisfatórios, uma vez que os serviços de campo são abundantes e isso faz com que os animais fiquem amansados em meio às lidas.

A figura do domador toma também um sentido lúdico, ligada a características de coragem e virilidade, que carrega referências históricas na cultura regional. No cotidiano, o cavalo consiste em ferramenta imprescindível para as atividades cotidianas dos estabelecimentos, seja como tração, transporte ou manejo dos rebanhos, por isso adquire grande valorização. Recebem tanto ou mais cuidados que os animais em produção. O tipo social genericamente identificado como “gaúcho”, ligado a este ambiente e atividades, por vezes é representado na literatura como o “centauro dos pampas”, em função da relação intrínseca com o cavalo. Essa figuração aparece em diversos personagens que carregam essa caracterização.

Levando-se em conta tudo isso, o serviço é bem remunerado, equivalendo atualmente a um salário mínimo o valor da doma (R\$477,00 na época da pesquisa). Além disso, encontram-se poucas pessoas que desempenham essa tarefa nas localidades, e os que tem o reconhecimento pelo trabalho são requisitados por todos os demais estabelecimentos. Em geral, os animais são levados até o local de moradia dos domadores, onde procedem com a tarefa. A demanda pelo serviço de doma já fora bem maior nessas localidades, proporcionando

trabalho constante para esses atores, por vezes contratados para passar temporadas nas estâncias, as quais mantinham grandes manadas para reserva de animais. Contudo, ainda hoje são mantidos pelo menos dois cavalos de serviço por trabalhador nos estabelecimentos, de modo a contar com um animal “de muda”. Esta proporção aumenta nos locais de solo pedregoso, pelo desgaste causado nos cascos dos animais.

d) Tropeada: condução por terra de tropa de animais para venda ou mesmo troca de área de pastoreio. Constitui-se enquanto serviço especializado, tal qual a doma e a esquila. É uma prática bem menos frequente do que em outras épocas, pelo uso do caminhão boiadeiro atualmente, mas ainda muito utilizada nas localidades mais distantes dos centros urbanos. Durante a pesquisa de campo do presente estudo foram presenciadas tropeadas em diferentes pontos internos à APA do Ibirapuitã. Em geral os contratantes preferem esse serviço para os percursos possíveis de serem realizados inteiramente nas estradas internas das localidades, não importando a distância. E são os estabelecimentos de agricultores tradicionais que o demandam, pois aqueles de perfil mais empresarial em geral consideram também as perdas produtivas dos animais no percurso.

A contratação é informal e a remuneração normalmente ocorre de acordo com os dias demandados para o trajeto e o tamanho da tropa, que, por sua vez, definirá a quantia de tropeiros necessários. Estes constituem uma equipe que conta com capataz e peões para alternarem-se como ponteiros (na frente, para reconhecer o percurso e procurar lugar para refeições e pousada, caso necessário), no fiador (lateral) ou na culatra (atrás) da tropa.

Os valores pagos dependem das funções desempenhadas, a diária de capataz é superior à de peão (R\$150,00 e R\$70,00, respectivamente), segundo os relatos locais. Em algumas das unidades familiares entrevistadas, pelo menos duas tropeadas anuais constavam no rol das atividades prestadas externamente, compondo parte da renda esperada. Para um dos casos, o produtor dispunha de reprodutor asinino para efetuar cruzamentos com as fêmeas equinas e produzir animais híbridos (mulas), dedicadas especificamente para essa função, por serem consideradas mais resistentes.

e) Capatazia: cargo de gerência e coordenação do serviço de campo realizado pelos peões das fazendas. Mais recorrente entre os estabelecimentos de perfil empresarial e grandes propriedades de perfil tradicional em que o proprietário não resida no local. É uma das poucas colocações de vínculo permanente desempenhada por trabalhadores oriundos de unidades familiares dos Rincões. Apresenta-se como opção vantajosa para alguns casos, em função da remuneração superior ao salário mínimo (1,9 salários), que possibilita investimentos na própria unidade. Entretanto, é requerida qualificação específica para justificar-se a atuação

desse profissional. Em geral, os capatazes tem alguma formação técnica ou capacitação profissional direcionada à produção pecuária (curso técnico agrícola, de inseminador, de ferrador, de cabanheiro, entre outros). Alguns estabelecimentos patronais permitem que esses funcionários mantenham certo número de animais seus na mesma área de pastoreio dos demais, ampliando a capacidade de capitalização de suas unidades pela disponibilidade de área produtiva.

Nas atividades fixas e temporárias, das quais participam principalmente indivíduos que disponham somente de sua força de trabalho para sua reprodução, destacam-se:

A. Peão campeiro e peão caseiro: o peão é o empregado menos graduado dos estabelecimentos do segmento patronal dedicados à pecuária, desempenhando as funções ligadas ao manejo com o gado e com a sede das estâncias e fazendas. É comum que as esposas dos trabalhadores que se ajustem como peões caseiros trabalhem também de forma assalariada como cozinheiras dos estabelecimentos. Essa necessidade advém do número de peões contratados, que, normalmente, ocupam acomodações coletivas, com alojamento contendo dormitórios, galpão e cozinha separados da casa dos proprietários. Também ficam destinadas acomodações separadas para os caseiros, quando estão em família. A remuneração básica em quaisquer dessas funções é o salário mínimo (R\$477,00, no período em questão).

B. Funcionário de lavoura: são os tratoristas, aguadores, operadores de automotriz dedicados ao trabalho nas áreas de produção do arroz. Geralmente os trabalhadores que tem conhecimento específico sobre mecânica do maquinário utilizado nas diferentes fases do manejo das culturas são contratados permanentemente. Estes, no período de entressafra, ficam dedicados aos reparos e manutenção dos maquinários e implementos. É de praxe que recebam, além do salário mínimo ou da categoria (1,35 salários), porcentagem da produção obtida (10% é a referência para a região). Os demais mantêm vínculo temporário. As acomodações a estes destinadas também mantêm esse caráter de ocupação provisória. De maneira geral, esses trabalhadores são oriundos dos núcleos urbanos dos municípios e permanecem nas localidades somente durante o ciclo produtivo da cultura. Dificilmente serão encontrados nos Rincões trabalhadores para desempenhar essas funções, tendo-se em vista as diferenças frente às atividades que desempenham em suas unidades e nas demais para as quais prestam serviço. Estas estão ligadas fundamentalmente à pecuária e lavouras de subsistência, para as quais tem domínio e se dedicam a treinar sua força de trabalho.

Essas relações de trabalho são fortemente influenciadas pelas relações de amizade, vizinhança, compadrio e parentesco. Hábitos como a troca de serviço entre os vizinhos e o

trabalho em grupo desenvolvido na maior parte dos estabelecimentos familiares aumentam a valorização do trabalhador temporário. Todavia, o contato social não profissional entre grupos de diferentes esferas (patronais e familiares, rincão e estância) está mediado pelo que Elias (2000) denomina “constante universal da relação estabelecidos-outsiders”, através da qual o grupo estabelecido atribui a seus membros características humanas superiores em relação aos outros. São aspectos figurativos, que não estão presentes somente em termos de posse de um grupo ou de outro. Há diferenças mesmo entre os grupos internos aos rincões, como é o caso da origem étnica. Os negros são os que costumeiramente prestam serviço às demais unidades familiares, mesmo considerando que vivam em condições estruturais similares. Como argumenta Elias (2000), se optarmos por conceituar essa observação apenas como preconceito, haverá somente um discernimento individual de algo que não poderia ser percebido fora do nível do grupo.

Os aspectos culturais e simbólicos desempenham papel fundamental para a dinâmica da mão-de-obra, sobretudo da sazonal. Bourdieu (1998) define os símbolos como instrumentos de integração social que tem poder de construção da realidade, sentido do mundo, concepção de tempo, do espaço, do número e das causas. Pode-se notar, sob esse enfoque, a diferença nas relações e na própria concepção de trabalho no ambiente de predomínio da lavoura e no ambiente da pecuária, ou mesmo do assalariamento diante da contratação de serviços temporários, o que compõe, no caso dos moradores das comunidades que trabalham para si e para outros em atividades similares ou idênticas, um modo de vida para além da atuação profissional. Tal construção de vida e de mundo corrobora para a naturalização das relações estabelecidas, que em muitos casos são de subalternidade.

Um exemplo é o fato de os agricultores familiares entrevistados no trabalho de Dalbianco, Sá Brito e Neumann (2009) reconhecerem os principais aspectos que lhes diferenciam dos estancieiros da região, destacando a discrepância na posse dos meios de produção (terra e capital), e, mesmo assim, tal circunstância não configurar ou proporcionar conflitos sociais na região. A permanência da atual estrutura sócio-econômica sem questionamentos ou manifestações sociais da população local se deve à percepção de que esta realidade “sempre foi assim” e é de difícil mudança. Os produtores familiares e as pessoas que trabalham sazonalmente na APA revivem uma situação de subalternidade, da mesma forma que os peões e posteiros do passado, suas categorias sociais de origem.

Essa situação se reproduz em algumas obras literárias sobre o pampa, como os autores descrevem numa passagem do livro “Aqui; memorial em Olhos D’agua”, de Eron Vaz Mattos:

A gente do meu rincão sabe arrancar deste solo arenoso e bendito, o seu sustento suado e sofrido, pois já nascemos em meio a dificuldades, em meio a elas vivemos e nos sentimos envelhecer sem que tenhamos conquistado, sequer, o respeito que merecemos por parte dos que mandam... talvez porque sejamos humildes, puros e trabalhadores ou, quem sabe, porque descendemos de famílias dignas e exemplares edificadoras da soberania da pátria (Mattos, 2003 p. 03).

Neste fragmento, pode-se observar que a condição da pobreza, da subalternidade e da marginalização social são creditadas à característica “ordeira” do povo, colocada positivamente como “exemplar”. Assim, deixa-se de lado a problematização das questões sócio-econômicas da região em função da “harmonia” vivenciada nessa estruturação social costumeira. No mesmo texto, o autor descreve os sentimentos de “amor ao pago”, numa forma lúdica e saudosista, tentando justificar os motivos pelos quais, apesar das injustiças e dificuldades, fazem com que as pessoas permaneçam morando no campo.

O nosso lugar é aqui, cheirando o campo e podendo vislumbrar em cada amanhecer a paz da querência e ouvir em cada canto de sabia ou grito de quero-quero a voz dos nossos pais dizendo que este pago nos pertence e, apenas aqui, e que podemos sentir o cheiro das suas flores, a voz dos tropeiros e a palavra de Deus [...] (Mattos, 2003 p. 03).

A trajetória histórica dessas categorias, sempre sendo empurradas mais à periferia das áreas, ficando fora das distribuições oficiais de sesmarias, colônias e lotes da reforma agrária, transportou o gaúcho das antigas vacarias ao teatino, o changueiro, o peão, o criador de corredor de hoje. Ademais, a força sócio-econômica, política e cultural das estâncias ainda é muito expressiva em localidades rurais onde predominam no espaço ocupado. Elas estão identificadas com a estrutura da qual dependem todas as demais e para as quais estas precisam colaborar. As famílias de moradores dos Rincões identificam nas Estâncias em pleno funcionamento sua fonte segura e necessária de trabalho e renda, o que impossibilita a organização independente dessa população marginalizada. De acordo com Elias (2000), a falta de coesão e integração desses indivíduos subjugados colabora para o diferencial de poder do grupo ao qual pertencem em relação ao outro: “Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (p. 24). Por isso, os trabalhadores e agricultores familiares mantêm e reproduzem sua condição subalterna.

6.1.2. De gênero

Em trabalho conduzido na região da APA do Ibirapuitã, Sá Brito et al (2009) identificaram semelhanças a outras situações da relação de Gênero no meio rural, bem como peculiaridades inerentes ao traço cultural regional. Pode-se citar, por exemplo, a diferença da função feminina dentro dos segmentos sociais, seja ela:

No segmento patronal - normalmente as mulheres residem na cidade e ficam na propriedade apenas no período de “férias”. Não se envolvem com as questões produtivas; transferem parte das tarefas da casa a outras mulheres, às empregadas domésticas, às quais supervisionam e dirigem.

No segmento familiar – as mulheres são participantes nas atividades, porém, com tarefas divididas. Elas cuidam do serviço doméstico, da casa, da horta, de pequenas criações, das crianças e dos velhos, vendem produtos processados ou artesanato e participam de outras atividades quando apenas a mão-de-obra masculina disponível não é suficiente. Aos homens compete o serviço do campo, o manejo com gado, ovelhas, cavalos, assim como as contratações de venda (mão-de-obra e produtos considerados principais).

Foram evidenciados papéis semelhantes entre as mulheres camponesas moradoras das localidades da APA e de outros locais (Nordeste brasileiro, estudado por Garcia Jr, em 1993, e o Noroeste do Rio Grande do Sul, estudado por Anita Brumer, em 2004) nesses tipos sociais identificados aqui como familiares.

Apesar do trabalho feminino ser imprescindível dentro dos tipos familiares, ainda assim é secundarizado. Quando elas desempenham trabalhos considerados produtivos, isto é, que geram riqueza, geralmente fica configurado como “ajuda”. Nas tarefas do âmbito da produção familiar, que não são vistas como trabalho, mas como atividades do circuito afetivo (“trabalho de mulher”), dão suporte àquilo que os homens fazem e que a sociedade considera como trabalho produtivo.

Fica evidente que as atividades das mulheres estão ligadas, majoritariamente, ao ambiente privado, nas funções alimentares e à saúde, mesmo que não se envolvam diretamente, como é o caso das mulheres nos tipos patronais. Esse fator é importante do ponto de vista do autoconsumo e da segurança alimentar, que pode ser um limitante naquelas unidades onde só residem homens. Essa condição foi registrada na APA em alguns estabelecimentos de famílias com filhos em idade escolar do ensino médio (não oferecido nas escolas rurais das localidades estudadas). Em geral, como já foi mencionado em passagem anterior deste trabalho, a mulher muda-se para a cidade, acompanhando os filhos, e lá procura

fixar-se trabalhando para sustentar a outra moradia. Nessas unidades onde a mulher está fora ou é falecida (caso de uma moradia de aposentado) a alimentação torna-se precária pela pouca diversificação produtiva e dificuldade de acesso ao comércio, pois as cidades ficam distantes e os bolichos das localidades dispõem de poucos gêneros alimentícios. Ademais, dificilmente os homens atenderão paralelamente à lida no campo, com os rebanhos, e aos cultivos de consumo interno que requerem maior atenção, como a horta. E mesmo o “cercado” ou “chácara” de verão ficam desatendidos e perdem a regularidade de cultivo.

Entre as famílias visitadas não foi percebida a distinção no tratamento entre crianças do sexo masculino e do sexo feminino. As meninas trabalham no serviço de campo da unidade, assim como os meninos, dividindo-o ou não com os afazeres da casa. No entanto, quando as meninas tornam-se “mulheres”, deixam de ocupar esse espaço. Neste momento, cedem o lugar para os irmãos já “homens” e mais desenvolvidos na força física, ou para trabalhadores contratados. Isso porque precisam ocupar outros espaços a elas designados na divisão do trabalho estabelecida dentro da família.

Os espaços de convívio para as mulheres são restritos aos bailes nos piquetes, onde todos os adultos participam, e em algumas festas promovidas pelas escolas, aonde também as crianças vão. Além disso, fazem visitas esporádicas a algum vizinho ou parente. Já os bolichos, onde há lugar para jogos, são frequentados quase exclusivamente por homens, assim como os rodeios, onde elas só assistem às provas desempenhadas majoritariamente por eles. O fator da sociabilidade restrita para as mulheres é um agravante do ponto de vista da sua participação no ambiente público, pois, mesmo nas visitas, continuam dentro do ambiente ao qual se “resignam” na sua rotina diária.

Conforme se observou nas famílias entrevistadas, somente pela ausência do homem (no sentido físico ou mesmo da atuação masculina, nos casos de doença) se permitia a visibilidade e até o protagonismo feminino nas relações. Nestas ocasiões, a necessidade lhes obrigara a assumir as tarefas originalmente masculinas, invertendo os papéis convencionados localmente para os gêneros.

6.1.3. Com o ambiente

As diferenças quanto aos grupos sociais e atividades produtivas também impactam na ocupação e manejo dos agroecossistemas, e são determinantes para a sua evolução. O próprio desenho das paisagens locais é determinado por essas relações. O fato de a lavoura de arroz ter modificado o ecossistema de banhado nas várzeas do Rio Ibirapuitã, ou mesmo de a pecuária ter mantido o predomínio das características campestres na maior parte do território da

APA, dá indícios dessa conjugação. Entretanto, porque os moradores dessa porção do pampa estão sob jugo de uma legislação especial e tem seus patrimônios (capital, natural, cultural, histórico, etc) dentro de uma área de interesse público, a relação com o ambiente torna-se ainda mais significativa.

A atuação do Estado através dos órgãos ambientais (IBAMA e ICMBio) constitui-se enquanto intervenção representativa, pois, além das escolas rurais, raras são as instituições que tenham vínculo direto com as comunidades da APA do Ibirapuitã. Isso diz respeito sobretudo ao segmento familiar e aos Rincões, cujas afinidades com o ambiente externo são bem menores, assim como a influência direta desse sobre suas dinâmicas. Dessa representatividade do Estado, decorre a relevância dos “padrões de interação dos atores sociais envolvidos” (Vivacqua e Vieira, 2005), cujas escolhas são condicionadas pelas potencialidades e obstáculos mentalizados por esses atores. E, em função do perfil oportunista das atitudes, produzem geralmente padrões conflitivos de interação.

A ausência de um processo de negociação com a população local, desde a criação da APA do Rio Ibirapuitã até a sua condução atual, exclui a possibilidade de construção conjunta de cenários desejáveis em longo prazo, fosse por meio dos instrumentos legais (Conselhos Gestores, Planos de Gestão e Manejo), fosse por intermédio de iniciativas interinstitucionais e interdisciplinares que considerassem o saber local na perspectiva da conservação. Porém, essa realidade de conflitos é inerente à legislação ambiental como um todo, não compondo uma particularidade da área em estudo. Para Marangon e Agudelo (2004), “além de desconsiderar o saber tradicional, a legislação foi implementada sem um adequado processo de educação ambiental e sem oferecer alternativas de produção que possibilitassem uma agricultura de subsistência sustentável(...)” (p.10). Segundo as autoras,

(...) na maior parte das APAs, a implementação da legislação ambiental, caracteriza-se pela colisão de dois direitos fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira: direito ao meio ambiente cultural (art. 215) e direito ao meio ambiente natural (art. 225) (...) (Marangon e Agudelo, 2004, p. 08)

A desconsideração das práticas tradicionais que permitiram ao longo dos anos a reprodução social dos agricultores e a própria manutenção dos agroecossistemas somada à ausência de orientação produtiva e cotidiana sob enfoque ecológico, opõe-os à lógica da conservação. Para Francisco (2007), tais condições desencadeiam o que a autora denomina como duplo bloqueio vivenciado pela Agricultura Familiar desenvolvida dentro de Áreas de Proteção Ambiental, tendo, de um lado, as pressões genéricas que sofre a categoria como um todo e, de outro, os fatores inerentes às cobranças pela Unidade de Conservação. Assinale-se

que essa população mais pobre está ocupando principalmente as áreas marginais do ponto de vista produtivo, mas guardam grande diversidade biológica, e caracterizam-se pela maior fragilidade diante de distúrbios provocados. Portanto, as áreas das unidades produtivas de agricultores e pecuaristas familiares da APA do Ibirapuitã, assim como em outras regiões, são contraditoriamente oneradas por conterem riquezas naturais que demandariam proteção.

A legislação prevê esse amparo por meio da definição das APPs (Áreas de Proteção Permanente), mas o tratamento dado ao descumprimento dessa não é equânime nos diferentes espaços e segmentos sociais que os ocupam. Assim, a legislação prejudica principalmente os agricultores mais pobres, sobre os quais recaem a maioria das punições. Com isso, “os custos da conservação recaem tipicamente sobre as populações rurais que de outra maneira poderiam beneficiar-se da exploração dos recursos presentes e potenciais.” (Denardim et al 2009). Os autores identificam, dentre os entrevistados, que os mais pobres são, em geral, os que apresentam pouca informação sobre sua condição dentro da Unidade de Conservação. Isso fica evidenciado nas falas de alguns moradores:

Até eu acho que passam muito pouco isso aí. Sobre o que é, qual é o benefício de ser, ou de não ser [...].

Aqui não veio ninguém. Poderia ser muito bom. Precisava a gente saber o que os técnicos vão fazer, poderia ser uma boa para nós ou para os filhos. [...]Tá, mas eles vão resolver o que é bom pra gente? Eu gostaria até de conversar com eles, indagar bastante pra sabe para ver o que eles iriam fazer. Poderia ser bom para nós e para eles também. E se eles limpar tudo era melhor ainda, estes campos.

Todo mundo tem medo de cortar uma árvore, até lenha para o fogão. Até lenha para cortar para o gasto da fazenda. O pessoal tem medo de multas. O pessoal tem receio, vivem numa tensão. Tudo isto eu falei lá na Fundação, o pessoal tem que explicar. Bom, o pessoal que vieram aí, proibem tudo. Então aí não adianta nada.

Em trabalho realizado na APA de Guaraqueçaba, Marangon e Agudelo (2004) apontaram como as principais restrições legais que atingem as comunidades rurais, nas

Atividades Agrícolas: obrigatoriedade de autorização para desmatamento e roçada; proibição de desmatamento nas margens dos cursos de água e áreas de nascente e restrição ao desmatamento nas encostas e nos terrenos baixos.

Atividades Extrativistas: relacionam-se à extração do palmito, madeira, retirada de arbustos e cipós.

Atividades de Caça: restrição a qualquer atividade de caça. (p.09)

De maneira similar, foram observadas no APA do Rio Ibirapuitã por Denardim et al (2009) como as principais restrições que afetam o cotidiano dos produtores, a proibição da queima de

campo, o licenciamento pago para corte do espinilho (*Acacia caven*) e a proibição da caça. Saliente-se que tanto a queima do campo, quanto o corte do espinilho constituem práticas de manejo do ecossistema de campo utilizadas tradicionalmente como forma de mantê-lo no estrato inferior. Pode-se dizer que a própria feição campestre que caracteriza o local foi influenciada por essas práticas, somadas à condução dos rebanhos no pastejo.

Não existem possibilidades de regramento e condução negociada dessas técnicas. Exceto para o corte do espinilho, o qual fica condicionado ao pagamento de licença de acordo com a área de corte, o que exclui a possibilidade dos que tenham menos posses ou mesmo compreensão dos procedimentos burocráticos de procederem com o manejo. Ficando apenas com a opção de manejar a pastagem natural com os animais, os produtores necessitariam de orientações para procederem com práticas alternativas, o que tampouco ocorre. Já a caça constituiu-se na região enquanto hábito histórico, seja para controle dos ataques de animais silvestres a criações e cultivos, seja colocando a carne e ovos de muitos desses animais como parte da dieta das famílias. Inclusive essa alimentação representa para muitas a principal fonte de proteína, pela ausência de rebanhos ou pela priorização desses enquanto única reserva de capital.

6.2. As estratégias

Conforme discussão anterior, os grupos sociais que dividem espaço em determinado território relacionam-se segundo seus objetivos e possibilidades, visando alcançar vantagens nessa relação. Suas estratégias empreendidas nesse sentido se refletem em práticas, que, ao serem observadas sob a lógica da reprodução social no espaço rural, convertem-se também em técnicas produtivas. Foram observadas na APA do Ibirapuitã algumas práticas que se diferenciavam nos tipos de estabelecimentos e de sistemas de produção, portanto, nos grupos sociais e nos ambientes distintos das estâncias e dos rincões.

6.2.1. O “gado de corredor”



Figura 20: Gado no corredor, APA do Rio Ibirapuitã

A criação de rebanhos nas estradas vicinais, que dividem as estâncias e ligam as concentrações de moradores, é um dos exemplos mais característicos de prática social e produtiva na região de estudo. Os corredores são áreas públicas, reservadas entre as propriedades rurais, destinadas à circulação e delimitação de terras, tendo como marco originário o processo de cercamento dessas propriedades a partir de 1870. Tal processo teve efeitos sobre a dinâmica social desses locais, tornando desnecessária a presença do grande contingente de peões posteiros e agregados, arranchados nos limites das grandes propriedades, que demarcados apenas por cercas de pedra ou acidentes geográficos. Somados a esses, são notáveis os efeitos sobre o imaginário desses segmentos sociais, do cerceamento da liberdade de circulação imposto pelas cercas. Conforme destacam Dalbianco, Sá Brito e Neumann (2009), tal insatisfação ficou registrada inclusive em obras literárias regionais, como no poema *Alambrado*, de Jayme Caetano Braun, cujo trecho fica descrito a seguir:

Estendidos na paisagem,
Com o dantesco esqueleto,
Os teus fios de arame preto,
Causaram constrangimento,
E até o assobio do vento

Entre os buracos de pua
Encheu o pampa charrua
Dum som triste e agourento

Os animais criados nesse espaço entre os alambrados são originários de áreas restritas nas unidades de produção familiar dos Rincões, nas quais não conseguem obter integralmente os recursos necessários para seu desenvolvimento. A opção dos produtores familiares por soltar o gado nas áreas públicas para que busque pastagem e água é uma prática recorrente em toda a região do Pampa, para além dos limites da APA do Rio Ibirapuitã. Esta é uma alternativa comum em localidades rurais distantes das sedes dos municípios e das rodovias, principalmente onde há maior concentração de unidades familiares de produção. Também pode ser reconhecida enquanto prática histórica, conforme o relato de Garcia (2005) sobre o impacto da Lei de Terras de 1850 causado na população declarada “sem terra” nos inventários do município de Alegrete:

O que podemos inferir desse quadro é que parte da população rural que até então garantia sua subsistência através, principalmente, da criação de rebanhos em terra alheia ou pública sem título legítimo, perde a margem de autonomia que esse tipo de produção lhe permitia e passa a contar unicamente com sua força de trabalho, necessária em um contexto onde os escravos escasseavam rapidamente. (p 145)

Nesse caso há que se considerar que a impossibilidade de realizar sua subsistência forçou uma mudança de categoria social para estes produtores, que passaram do segmento familiar para o do proletariado no período em questão. Esse estrangulamento da produção familiar é fator recorrente na trajetória histórica regional. Desde o início do processo de ocupação oficial do território da fronteira, essas categorias sociais ficaram alijadas, sempre sendo empurradas mais à periferia das áreas, ficando fora das distribuições oficiais de sesmarias, colônias e lotes da reforma agrária. D

Durante o período de construção do presente estudo, um fato nesse sentido ilustra tal circunstância. O jornal de circulação estadual *Correio do Povo* publica matéria na seção Rural com o seguinte título: “Gado de corredor é risco à sanidade gaúcha” (Meira, 2010). A crítica parte da Secretaria da Agricultura do Estado, ratificada pela superintendência do MAPA/RS, identificando o gado de corredor como “um problema secular”. Julgam que a “criação de bovinos em terra de ninguém dificulta o controle de rebanhos e é considerada por técnicos como empecilho para a retirada da vacinação contra a febre aftosa”. A prática fica referenciada como “de pecuaristas familiares e comerciantes que possuem espaço insuficiente para reprodução”. O poder público declara a intenção de “convocar as entidades ligadas ao

agronegócio para tentar solucionar o problema”, deflagrando, nessa afirmação, uma opção de classe ligada ao segmento patronal empresarial em oposição ao segmento familiar de onde se origina a questão. Uma argumentação de fundo político ancorada em justificativas técnicas (citados no texto a dificuldade de georreferenciamento, vacinação e controle do contrabando). Já a direção da Farsul, entidade de classe do segmento patronal, alega que “o gado criado exclusivamente em corredor praticamente inexistente na atualidade devido à fiscalização e ao abigeato”, ignorando o fato, de modo a não se responsabilizar por qualquer postura, o que é em certa medida compreensível, diante da relação de relativa harmonia entre segmentos sociais (funcional para todos) que se processa no campo nessas regiões, conforme discutido anteriormente.

Apesar dessa pretensa harmonia, os contrastes sociais surgem nas falas dos moradores, coletadas por Dalbianco, Sá Brito e Neumann (2009), caracterizando pejorativamente a si ou a outros criadores que se utilizam dos corredores como “pobres”. Alguns dos ditados populares regionais exemplificam essa situação: “estradeiro que nem gado de pobre”; “cruzador como gado de pobre”. E a diferença entre o “gado do pobre” e o “gado do rico” extrapola o fato da posição ocupada, de um lado ou de outro do alambrado do corredor. Pode-se notar, no percurso por essas localidades, a diferença evidente entre os bovinos criados nos corredores e os animais das estâncias adjacentes, na definição da pelagem devido a padrões genéticos de raça e na condição corporal, assim como na qualidade da pastagem acessada pelos rebanhos, bastante inferior nos corredores com grande fluxo de veículos de fora do local, os quais se tornam infestados por espécies exóticas de baixa qualidade nutricional, como o capim anónni. Em função das distâncias percorridas pelos animais na busca de alimento de qualidade e água, o corredor também é chamado ironicamente de “invernada grande”, levando também a uma comparação com a forma tradicional de criar o gado nas estâncias.

Quanto ao significado de se manter um rebanho de proporções maiores do que a capacidade privada de suprimento para este, outros relatos históricos podem trazer algumas motivações. Segundo Farinatti (2007), em meados de 1800 “A riqueza local estava assentada principalmente sobre o gado, ainda que as terras tivessem importante participação na composição dos patrimônios” (p.49). Para o segmento familiar, que teve suas possibilidades de acesso à terra sempre cerceadas, a acumulação de capital por outro meio significava a sua própria afirmação social nesse ambiente.

Além da possibilidade de reserva de capital, a reprodutibilidade e a mobilidade desse patrimônio são outros fatores a serem considerados, representando inclusive vantagem em relação à aquisição de terra para essas categorias sociais marginais. Pode-se colocar como

questionamento inclusive o fato de ser mais importante, para a caracterização do tipo social genericamente chamado de “gaúcho”, a ligação com o gado do que seu vínculo com a terra, levando-se em conta que, de alguma forma, a relação com o gado permite o acesso ao “campo”, este sim se configurando como seu espaço de reprodução social, independentemente do modo de apropriação empreendido.

De outro ângulo, a criação do gado nos corredores também remete às técnicas produtivas utilizadas pelo segmento familiar em seus sistemas de produção. O próprio fato de essa ser uma opção sazonal para alguns, quando a capacidade de suporte forrageiro decresce dentro das unidades de produção, denota uma estratégia de manejo específica, baseada na capacidade de carga do campo nativo. Sendo o campo nativo a principal fonte de alimentação animal nesses sistemas, é imprescindível que mantenha sua capacidade produtiva. Para tanto, o sobrepastejo, que muitas vezes ocorre em áreas com superlotação animal, precisa ser evitado para que não se comprometa o crescimento e a diversidade da vegetação campestre.

Há uma propriedade indispensável nessa mediação, que é o conhecimento empírico dos manejadores do campo nativo, baseado essencialmente na sua observação. O desenvolvimento dessa percepção contrapõe a afirmação de que a dependência exclusiva desse recurso está correlacionada à baixa capacidade de intervenção nesse meio, afinal, pode estar ancorada numa escolha racional resultante da grande capacidade de observação e interpretação das condições do campo, pois, a partir desse conhecimento é que os campeiros podem tomar as decisões sobre a utilização adequada da pastagem natural. Isso seria então garantido pela condução dos animais para pastejo nos corredores antes que o campo disponível nas suas unidades se torne “rapado”, seja pelo manejo diário, recolhendo-os à noite, ou temporário, fazendo recorridas periódicas para evitar que se dispersem, bem como para reuni-los e proceder com o manejo sanitário nas unidades de produção. Em função do trânsito constante de outros animais, os bovinos criados nos corredores geralmente apresentam-se assinalados nas orelhas, sendo o sinal conhecido e facilmente identificado pelos vizinhos.

6.2.2. O Arrendamento “por cabeça”

Nessa estratégia, as diferenças da forma convencional ocorrem tanto pela modalidade de arrendamento, que normalmente seguiria a proporção da extensão de área ocupada, quanto pelos grupos sociais envolvidos. Em tal modalidade, o pagamento é proporcional ao uso do recurso natural, foge à lógica da renda da terra. Dificilmente há contratos formais entre os atores, que são internos, próximos, moradores das localidades, cuja necessidade de ampliação do acesso (no caso do arrendatário) e de extração de renda da terra (no caso do arrendador)

serão os reguladores da interação oferta/demanda. Os preços praticados na região são de R\$ 10,00/cabeça/mês, equivalendo uma cabeça a um animal adulto.

Em geral os estabelecimentos familiares de origem estancieira são os que oferecem as áreas nas épocas em que há maior disponibilidade forrageira do campo nativo, ou em períodos de diminuição do rebanho. Os estabelecimentos familiares de aposentados e assalariados são os que em geral demandam essas áreas, pois dispõem de renda fixa mensal para efetuar os pagamentos e tem dificuldade de ampliação das suas áreas produtivas restritas. O que regula, portanto, a quantidade de cabeças no pastoreio arrendado é a capacidade produtiva das áreas de pastagem natural e não a sua extensão. Essa identificação é feita pelos proprietários e em geral está baseada na observação da altura e densidade forrageira, dos quais já conhecem a capacidade de suporte pelos sucessivos anos de utilização em pastejo contínuo.

6.2.3. A venda conjunta

Outra estratégia recorrente entre os moradores dos Rincões, principalmente onde residem grupos familiares, é a venda conjunta de animais, compondo lotes com animais de várias unidades. A venda é feita tanto para invernadores quanto para remates, tendo esses últimos a exigência de número mínimo de animais para participação dos criadores. Em geral são os animais jovens, que participam das Feiras de terneiros. Entretanto, não há uma organização efetiva dessa venda, tampouco identidade diferencial dos animais como oriundos de determinada localidade ou segmento social. Ficam, portanto, misturados aos demais lotes de criadores de maior escala nos locais de venda.

6.2.4. O Turismo

Dentro da APA do Rio Ibirapuitã podem ser encontrados alguns hotéis-fazenda e pousadas, principalmente na Zona Alta 2, correspondendo ao município de Santana do Livramento. Tratam-se de estabelecimentos do segmento patronal tradicional, que adicionaram às atividades desenvolvidas na estância a recepção de hóspedes. Em geral são aproveitadas e ampliadas as próprias sedes das estâncias, de modo a valorizar a arquitetura, mobiliário e utensílios. O perfil das atividades oferecidas adequa-se mais ao período de inverno. Isso permite que se reserve a mão-de-obra e a estrutura durante o verão para o manejo dos rebanhos, que é mais frequente nessa época do ano. Essa mão-de-obra provém do próprio

estabelecimento para acompanhamento dos hóspedes nas trilhas, para as cavalgadas e para as lidas com os rebanhos, e de fora, para os serviços domésticos. Além disso, a atividade turística permite a entrada financeira justamente quando a pecuária não a proporciona.

Foi criada com apoio do SEBRAE uma rota turística no município de Santana do Livramento chamada Roteiro Martin Fierro, fazendo alusão ao personagem criado pelo escritor argentino Jose Hernandez no século XIX. Essa menção diz respeito ao perfil cultural regional, pois “el gaucho Martin Fierro” era um teatino que vivia das atividades típicas do pampa ligadas à pecuária praticada no período em que a história se passa. Apesar da contradição em relação ao tipo social referenciado, as estâncias incorporam as características inerentes a este, identificando-se como fonte de tal perfil. Os hotéis-fazenda e pousadas localizados dentro da APA fazem parte do roteiro. O elemento ambiental ainda é secundário no enfoque desse turismo, caracterizado como cultural e rural, mais ligado à estrutura e funcionamento das estâncias do que ao aspecto da natureza em que estão inseridas.

6.2.5. O Marketing ambiental

Alguns estabelecimentos do segmento patronal empresarial adicionam o elemento ambiental ao conceito de qualidade do produto gerado. O discurso da sustentabilidade fica ancorado no fato de a pecuária de corte tradicionalmente implementada na região ter como base produtiva o recurso natural do campo nativo. Além de utilizá-lo como principal fonte alimentar em todos os subsistemas de produção da pecuária de corte praticados na maior parte do pampa, permite a sua conservação e manutenção enquanto agroecossistema produtivo. Essa alternativa tem sido bastante explorada por setores organizados do Agronegócio.

O jornal Correio do Povo, de abrangência estadual, dedicou todo o caderno Rural da edição semanal de 11 a 17 de abril de 2010 para o tema, colocando como chamada o título “Renda e preservação”. No conteúdo constavam informações sobre o Bioma Pampa, a fauna silvestre ligada a este e atividades produtivas desenvolvidas de modo a preservar esse ecossistema. Em relação à pecuária, são destacados a necessidade de “manejo correto” pelos pecuaristas do campo nativo em pastejo e a iniciativa da Associação de Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Apropampa), pela diferenciação conseguida através da instituição de selo de indicação de procedência. Fica salientada a qualidade nutricional da carne produzida a pasto e com a diversidade do campo nativo. Também é apresentado o potencial da atividade apícola como oportunidade de diversificação econômica e conservação ambiental.

A valorização do Bioma Pampa, aliada ao fato de os produtores da APA estarem inseridos na realidade particular de uma Unidade de Conservação da Natureza, o que por si só atestaria essa relação de relativo equilíbrio entre produção e preservação, poderia tornar-se um grande atrativo comercial. Nos sistemas mais especializados, que utilizem a rastreabilidade, e dos quais o produto final saia do local com as referências, o apelo ambiental adicionado às demais informações produtivas é capaz de agregar-lhes valor. Essa expectativa ficou declarada nas falas de alguns produtores com esse perfil, esperando colher algumas vantagens econômicas da relação com a APA. Inclusive durante uma das entrevistas, ao se mencionar o fato da pesquisa estar vinculada à área da APA como unidade representativa do Pampa, o entrevistado questionou: “Tu vê alguma chance da gente agregar valor na produção feita em cima dessas áreas aqui, ou não?”.

Alguns apontamentos já foram feitos em relação às potencialidades de se aliar o marketing ambiental e cultural para esses produtos da APA do Rio Ibirapuitã. Vargas (2008) destaca a possibilidade do registro de Indicação Geográfica como forma de valorização mercadológica pelo acesso a outros tipos de registro como a Denominação de Origem e a Indicação de Procedência. Tendo essa última alguns casos no RS, inclusive para carne produzida no território do pampa.

Com referencia a inserção em uma Área de Proteção Ambiental, cuja legislação já regula a atividade econômica e sua relação com os recursos naturais existentes minimizaria os efeitos de possíveis barreiras não-tarifárias relacionadas com fatores ambientais. Além disso, as indicações geográficas podem ser utilizadas, não apenas como instrumentos para acesso a mercados, mas também como uma ferramenta de desenvolvimento rural, no sentido da valorização dos territórios, principalmente para os pequenos produtores que possuem forte vinculação com o local de origem, história e cultura presentes. Esta relação espaço-tempo oferece a riqueza de seu patrimônio natural e histórico-cultural, ou seja, sua tipicidade fundamental à diferenciação de sua produção. (p. 71-72)

O autor, mesmo identificando que poucos estabelecimentos preconizam o uso de ferramentas de controle do rebanho e tem ligação direta com o mercado da carne, coloca essa possibilidade no patamar de igualdade para os diferentes tipos sociais presentes na APA. Identifica apenas a necessidade de superar o fator da pequena escala alcançada nas unidades familiares, identificadas no trabalho como de “pequenos produtores”. Entretanto, todos os indícios apresentados no presente estudo apontam para a impossibilidade de se trabalhar nessa perspectiva diante da diferenciação social e dos conflitos de interesses vivenciados pelos diferentes grupos e agentes presentes no território em questão. Nesse caso a valorização do

território e do patrimônio natural e histórico-cultural em questão deve estar baseada na compreensão de suas dinâmicas internas, para que não se agravem as discrepâncias já existentes e se deixem de lado potencialidades intrínsecas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Rumo da prosa

No decorrer dos trabalhos realizados a campo, foi possível avaliar alguns aspectos sobre a própria condução do estudo que determinaram muitos de seus resultados.

Inicialmente, houve dificuldade de clareza dos elementos concretos a serem apreendidos na complexidade que pretendia ser apresentada no estudo. Com isso a pesquisa de campo se sobressaiu, determinando os passos seguintes a partir da realidade encontrada. Essa situação postergou o tratamento dos dados obtidos a campo, pois, sem a definição dos objetivos específicos, tornou-se confusa a extração de resultados condizentes com a proposta inicial.

Pela diversidade de estabelecimentos encontrada durante o percurso, foi possível diferenciar os grupos sociais identificados também quanto à receptividade do trabalho de pesquisa. Nos estabelecimentos familiares com prestação de serviço externo foram principalmente as mulheres as entrevistadas. Apesar de não terem noção do volume de dinheiro nas trocas em função de não participarem das negociações dos principais produtos, sabiam precisar o fluxo desses por participar do seu processo produtivo. Já nos estabelecimentos patronais, notou-se menos abertura para disponibilizar dados reais sobre o sistema. Nesses casos procediam com generalizações (como pensam que deveria ser ou estar o processo produtivo). As hipóteses sobre esse comportamento se referem ao provável medo de sanções, além da desconfiança sobre a origem e objetivos do próprio estudo.

7.2. Pampa mía

Conforme constatações deste e de outros trabalhos aqui referenciados, a atividade humana tem sido a grande responsável durante séculos pela feição pampeana que encontramos atualmente. Isso pode retroceder no tempo até por milênios, caso consideremos também os períodos anteriores à exploração econômica do território. Ainda é considerável a área mantida com cobertura vegetal natural no bioma pampa, principalmente nas regiões onde a pecuária extensiva predomina como atividade agrícola, sem demandar grandes intervenções nos ecossistemas campestres. A importância da co-evolução entre os povos do pampa e as suas paisagens apresenta-se como elemento central para serem propostas alternativas que tenham por premissa a sustentabilidade em tal ambiente. Práticas tradicionais identificadas

durante este estudo, tais como o controle de crescimento da vegetação arbustiva sobre o campo pelo uso do fogo, ou pelo corte do espinilho, ou o consumo da carne de caça e a coleta de ovos de animais silvestres, são sumariamente proibidas. Isso revela a desconexão da legislação ambiental com tais constatações. Considere-se que essas práticas tem por base o conhecimento empírico, ancorado nas observações de sucessivas gerações a respeito do comportamento do ambiente, das interações entre seus componentes de acordo com cada processo desencadeado natural ou artificialmente ao longo dos anos.

Obviamente, as decisões tomadas por esses agentes partem tanto de sua convivência com este ambiente, de seus hábitos e crenças enraizados culturalmente, quanto de suas necessidades. E estas nem sempre estão baseadas nas conceituações de “certo” e “errado” do senso comum, pois tais conceitos tem interpretações distintas a depender do âmbito de que partem. Essas populações de comunidades rurais inclusive poderiam ser reconhecidas como populações tradicionais⁵⁸ caso tal definição tivesse abrangência também quanto aos grupos de agricultores familiares historicamente estabelecidos nos territórios.

Porém, seu conhecimento sobre o ambiente é acompanhado do desconhecimento sobre aspectos legais, principalmente em função do precário acesso à informação em função de seu isolamento físico e estrutural do restante da sociedade. Adiciona-se a esta condição a falta de diálogo aberto entre instituições e indivíduos (ICMBio, IBAMA, escolas, prefeituras, universidades, proprietários e moradores), o que desencadeia ações isoladas e até escondidas. De um lado, acontecem pelo medo de possíveis punições, de outro, são estimuladas pela necessidade de controle e adequação às exigências legais. E são raras as oportunidades de diálogo, negociação, ou mesmo ações educativas e de orientação, pela falta de iniciativa de todos os envolvidos.

Ademais, o pampa, representado pelo cenário encontrado na APA do Rio Ibirapuitã, não foi ocupado e manejado de maneira igual por todos os agentes sociais que o ocupam. Cada grupo (representado pelas instituições constituídas ou pelo coletivo dos indivíduos em condição semelhante) agiu e age, conforme foi apresentado no decorrer do trabalho, de forma distinta conforme seus interesses e possibilidades. Contudo, a condução da Unidade de Conservação ignora os diferentes tipos de agricultores que produzem nessa área, homogeneizando-os e desconsiderando suas peculiaridades e percepções sobre o ambiente, concretizadas nas suas práticas sociais de uso e manejo dos agroecossistemas.

⁵⁸ Expressão “povos e comunidades tradicionais”, promovida pelo Decreto presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, a ser implementada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT.

As diferentes tipologias de produtores definidas pelo estudo em questão podem retratar um pouco dessa diversidade não discutida, pois revelam relações muito além das compreendidas dentro das estâncias. Essa é a primeira estrutura lembrada quando se fala no pampa como espaço de relações, pela particularidade, por exemplo, da dinâmica estabelecida nos Rincões diante dos sistemas produtivos familiares. São estas: a prática de criação do gado solto nos corredores; a dedicação exclusiva às atividades sazonais como alambrado, esquila, doma, entre outras; o deslocamento de tropas por terra; a persistência dos bolichos como espaço de comércio e sociabilidade. Esses condicionantes levam a crer que o segundo princípio básico em que se fundamenta essa categoria de unidade de conservação está insuficientemente atendido, pois, sem conhecer a diversidade humana e cultural presente no território, não seria possível conservá-la.

7.3. Depois da estância, hay um Rincão... Gente y pampa costeando os corredores.

Conforme apontou a caracterização do território da APA, a maior parte dos estabelecimentos está concentrada nos núcleos populacionais denominados regionalmente como rincões. Também se pode subtrair que são os atores oriundos dessas localidades, em suas diversas formas de organização social, que compõem porção importante da força de trabalho permanente e sazonal atuante nas estâncias. Essa, que é a parte mais representativa da população do pampa, não tem acesso à sua grande extensão, mas essencialmente ao conhecimento e ao trabalho sobre ele. Estão entre rincão e estância, com bichos e gentes cruzando os corredores, construindo o sentido e compondo a dinâmica desse território.

Esse formato de dinâmica populacional não é ignorado por grupos sociais e indivíduos ali atuantes, internos ou externos ao local. E tal condição conduz, por exemplo, à atual postura dos fazendeiros em apoiar projetos locais de manutenção da mão-de-obra familiar, a qual diminuiu muito nos últimos anos. Para o segmento patronal, a disponibilidade de área já não é tão importante quanto de mão-de-obra barata e “de confiança”, assim como dos demais produtos e serviços oriundos desses atores, pois se deve considerar que a compra de animais das unidades familiares para terminação a preços baratos é realizada por estabelecimentos patronais na própria localidade. Um mecanismo que, sob certos aspectos, aproxima-se de um sistema de integração. Mesmo com a lógica latifundiária ainda vigente, a expansão territorial já não é o objetivo principal após a modernização. Uma porção significativa desses estabelecimentos incorporou as vantagens da relação de assalariamento à medida que o

processo produtivo avança no sentido da padronização industrial, que aumenta as intervenções e diminui o tempo de espera pelo processo natural.

De outro ângulo, grande parte dos gestores desses e de outros tipos de estabelecimentos do segmento patronal são agentes externos, ou seja, não residem no local e não fazem parte da dinâmica cotidiana desse território. Portanto, tal dinâmica está essencialmente determinada e correlacionada com as decisões e atividades desempenhadas a partir dos Rincões e dos tipos sociais ali presentes. São as relações e estratégias exercidas por tais atores que produzem a movimentação social e a própria composição da paisagem local, caracterizando também os seus estabelecimentos, para além de unidades de produção agrícola, unidades de reprodução social. Dessa forma, constituem-se em relações nem sempre mercantis com a produção agrícola, sendo que tanto pecuária quanto agricultura compõem um modo de vida vinculado de forma estreita ao território.

Contudo, são esses os atores marginalizados nos processos de ocupação, nas possibilidades de acesso à terra e a políticas públicas. Este é um apontamento que difere do que é amplamente disseminado como perfil cultural regional. Os próprios CTGs, coordenados pelo órgão reconhecido oficialmente como difusor da cultura gaúcha, assim como o calendário oficial de eventos do Estado, contam a história desse povo e centram seus hábitos na estrutura das estâncias, o que acaba sendo reproduzido da mesma forma nos piquetes tradicionalistas à beira dos corredores, frequentados por pequenos grupos das comunidades rurais presentes nos rincões.

Também é a partir das demandas das estâncias que se constroem as relações econômicas ampliadas. Intensifica-se assim a invisibilidade da categoria familiar dos agricultores do pampa, principalmente para aqueles que tem suas atividades correlacionadas com a pecuária, a qual tem seu lócus privilegiado nas estâncias, e não nos estabelecimentos familiares. Então é para elas, de onde se originam os produtos da pecuária a serem transformados na indústria, que se voltam o “mercado da carne” e as políticas públicas específicas a este setor.

De resto, ficam para os pecuaristas familiares as possibilidades e os riscos da produção sob o sistema de cria nas pastagens naturais, decorrentes, respectivamente, da baixa dependência de investimento externo e, em contrapartida, da oscilação produtiva do campo nativo e do rebanho durante o ano. Isso, além dos cuidados com animais em idade reprodutiva, do maior volume de trabalho com as parições e animais jovens. Assim, os produtores familiares repassam seu produto de baixo valor agregado para as unidades patronais, a partir de onde ganham importância mercadológica. A posição periférica em relação às zonas agroecológicas

também segue essa lógica, prejudicando-os em relação à disponibilidade de área produtiva (já limitada pela quantidade no aspecto da ocupação, fica assim limitada pela qualidade), e, sobretudo, penalizando-os pela necessidade de uso de muitas áreas definidas na legislação como prioritárias para proteção (APPs).

As pressões sobre a reprodução social da categoria familiar seguem se ampliando. Apesar de muitos desses agentes não compreenderem o significado de estarem em uma APA e conduzirem suas estratégias de forma semelhante a agricultores de outras regiões sob a mesma condição de organização, incidem sobre eles esses limitantes. Desde a concentração pela classe dominante de terra e capital, ausência de amparo do Estado, grandes distâncias dos núcleos urbanos e legislação.

Entretanto, a evidência da reprodução social desses tipos sociais marginalizados, alcançada ao longo dos tempos, aponta para a capacidade de ultrapassar esses limitantes. A possibilidade restrita de acesso à terra foi superada por outras estratégias de acesso aos recursos naturais necessários para suas atividades, quais sejam: a criação de rebanhos bovinos e ovinos nas áreas públicas dos corredores; o pagamento por animal em pastejo nas áreas arrendadas; a prestação sazonal de serviços, possibilitando remuneração externa quando somente nas suas unidades de produção não alcançam renda suficiente; o consumo da carne de caça, quando não há disponibilidade pelas criações, entre outras. As práticas são estabelecidas a partir das relações constituídas localmente com o meio, entre grupos sociais e internamente a estes, tornando a possibilidade de acesso a tais recursos primordial para a permanência da população em localidades rurais com situações semelhantes às encontradas nos rincões da APA do Ibirapuitã.

Compreender que é importante garantir a permanência da população rural do pampa, majoritariamente representada por esses tipos sociais que vivenciam pressões constantes, significa permitir-lhes possibilidades de acesso aos recursos que lhes são necessários. Sobretudo, se forem entendidos em seu contexto como dotados de um modo de vida baseado na atividade agrícola, para além da simples busca de remuneração satisfatória. Primeiramente pela superação da situação de abandono vivenciada nesses Rincões em relação à presença do Estado, de suas instâncias e serviços. Para tanto, são necessárias medidas que passam pela garantia de acesso a direitos e serviços básicos, como de saúde, por exemplo. E, sabendo-se da consideração da estrutura das grandes propriedades como intocável, é remota a possibilidade de mudança na situação de acesso ao meio de produção fundamental da terra. Essa mudança somente seria possível por meio de ações de reordenamento fundiário, permitindo uma distribuição de tal meio que estivesse de fato justificada nos argumentos

técnico-produtivos e humanos, do que na barganha de poder. Não sendo esse o caso, devem ser outras as ações cabíveis, o que, do ponto de vista dos recursos naturais, recai inevitavelmente sobre a flexibilização da legislação para a especificidade local, ou mesmo sobre a adoção de medidas em curto prazo que atenuem as atuais limitações vivenciadas por estas populações. Para tal, deve-se criar táticas pontuais como a orientação técnica de base ecológica nos sistemas de produção, de forma a promover manejo adequado dos recursos naturais, visto que esses afetam mais a sustentabilidade dos sistemas familiares que a falta de capital.

Da mesma forma, é fundamental o suporte para comercialização e acesso a mercados seguros, como o institucional. Também a valorização e estímulo às práticas tradicionais alicerçadas culturalmente, dentre as quais as tropeadas, vinculadas a outras, como o turismo para além da hospedagem e das fazendas. Ou mesmo deve se pensar no requerimento de diferenciação dos produtos oriundos de unidades familiares inseridas na UC, referência para um bioma, que representam de fato a população residente e dependente deste. Adicionar-lhes, sob esse enfoque, atributos para compor um apelo comercial que une requisitos ambientais, sociais e culturais.

Logo, é necessário que se trate de maneira diferente esses diferentes grupos, pois enfrentam de forma desigual o desafio da produção e comercialização de seus produtos. Além disso, seria justo conduzir ações mitigadoras à agricultura familiar local pelas limitações historicamente impostas ao seu desenvolvimento econômico e sociocultural.

Para tanto, seria necessária a organização interna desses grupos, do seu auto-reconhecimento enquanto agentes sociais e parte do agroecossistema. Deveria estar na ordem do dia possibilitar também o assessoramento técnico, utilizando, nesse intuito, uma intervenção construtivista de cunho educativo. Além disso, seria incumbência do poder público garantir o acesso desses grupos a mercados diferenciados e o cumprimento de seus direitos fundamentais a serviços básicos. De outro modo, para que se promova a dinamização desses ambientes, precisariam ser-lhes propostas e estimuladas funções diferentes das relegadas até então por suas trajetórias históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENDE, C. R.M. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do rio grande do sul.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

Atlas socioeconômico, 2010.

BEAUD, S. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEHLING, Herman et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário tardio. In: PILLAR, Valério de Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009.

BOLDRINI, I.I. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério de Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 311 p.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais. N. 1 Macapá: UNIFAP, 2008.

BRUMER, A. janeiro-abril/2004. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: Estudos Feministas, 205-227, Florianópolis.

COTRIM, M. S. **“Pecuária familiar” na região da serra do sudeste do Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a origem e a situação socioagroecômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo olívio dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999- 2002).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

DA SILVA, E. L. **Vegetação da APA do Ibirapuitã.** Disponível em : <<http://apaibirapuita.criadordesites.com.br/mysite/?page=2300>>. Acesso em 4 de fev 2009.

DA SILVA, E. L. **Vegetação da APA do Ibirapuitã.** Disponível em : <<http://apaibirapuita.criadordesites.com.br/mysite/?page=2300>>. Acesso em 4 de fev 2009.

DALBIANCO, V. P., SÁ BRITO, A. N., NEUMANN, P. S. **A concentração fundiária na metade sul rio-grandense**: uma análise sobre a utilização dos corredores para a criação de bovinos na APA do rio Ibirapuitã, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/670.pdf>> Acesso em: 30/05/2010.

DENARDIN, I. T.; RAUBER, C. DA C.; FIALHO, M. A. V. **Regramento ambiental e tradição**: análise do discurso dos moradores da APA do Ibirapuitã/RS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1223.pdf>> Acesso em: 30/05/2010.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

Embrapa, 2010.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil 1825 – 1865. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) USP, São Paulo, 2000.

FRANCISCO, E. C. Agricultura familiar em área de proteção ambiental: a reprodução de um modo de vida. In: Oswaldo Heller (Org.). **Ruralidade e Questões Ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. 1ed. Brasília: NEAD Estudos, 2007. P. 21 – 62.

FREITAS, D. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

Fundação Zoobotânica, 2010.

GARCIA FILHO, D. P. **“Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários”**: Guia Metodológico. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

GARCIA JR, Afrânio Raul. O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro, Marco Zero Brasília: CNPQ, 1989. In: **Agroecología y Desarrollo** (Chile). 1993.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 154-176, 1994.

GOLIN, T. **Identidades**: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Meritos, 2004. 111 p.

HASENACH, H., CORDEIRO, J.L.P., COSTA, B.S.C. **Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul**. II SIMPÓSIO DE FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO ANIMAL. In: **Anais...2007**.

LIMA, A. P. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar**: Modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. 222 p.

Mapa da provincia de San Pedro; Visconde de São Leopoldo; 1819-1822. (Acervo do CEPAL)

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P. **Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba**: entre diálogos e conflitos. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo, ANPPAS, 2004, p.1-17.

MATTOS, E. V. **Aqui**: memorial em olhos d'agua. Bagé, 2003.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. Bobadela: Instituto Piaget, 2001.

MEIRA, P. Gado de corredor é risco à sanidade gaúcha. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 10, 30 mai. 2010.

OVERBECK, G. E. et al. **Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado**. In: PILLAR, Valério de Patta et al. *Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 7^o Edição, 1994.

PILLAR, V. D. **MULTIV**, Multivariate Exploratory Analysis, Randomization Testing and Bootstrap Resampling. Porto Alegre: Departamento de Ecologia, UFRGS, <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/> 2004.

QUADROS, F. L. F. de, PILLAR, V. de P. **Transições floresta-campo no Rio Grande do Sul**. In: *Ciência & Ambiente* 24. Santa Maria: UFSM, 2002.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do rio grande do sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2009.

ROCHA, M. G. **Material didático da Disciplina de Forragicultura C.** Curso de Medicina Veterinária: UFSM. Santa Maria, 2005.

ROCHA, M. G. **Material didático da Disciplina de Forragicultura C.** Curso de Medicina Veterinária: UFSM. Santa Maria, 2005.

SÁ BRITO, A. N. et al. A INVISIBILIDADE DA MULHER PAMPEANA: subalternidade cultural e conservação da ordem social. **Anais del IV CALAAR- IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural**, Mar del Plata, 25 al 27 de marzo de 2009.

SANDRINI, Gisléia Benini Duarte. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia da carne.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SANTILLI, J. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais.** 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/.../gt17_juliana_santilli.pdf>. Acesso em: 10/03/2010.

SETE, L. R. **Relações entre estação ecológica do taim e comunidade local: conflitos e cooperação.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SILVA NETO, B. **Sistemas Agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** In: Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates contemporâneos. Orgs. José Marcos Froehlich e Vivien Diesel, Ijuí: Ed. Unijuí, p.65-97 2006.

STRECK, Edeimar Valdir et al. **Solos do Rio Grande do Sul** . 2 ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008.

SUERTEGARAY, D. m. A., SILVA, L. A. P. **Tchê pampa: histórias da natureza gaúcha.** In: PILLAR, Valério de Patta et al. *Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.* Brasília: MMA, 2009.

TORRES, J. E. R.; MIGUEL, L. A. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: Estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS.** (Série Realidade Rural; V. 34), EMATER/RS, Porto Alegre, p.47-78, 2003.

TRINDADE, M. J. **Alegrete do século XVII ao século XX.** Porto Alegre: Movimento, 1985. V.1

VARGAS, I. C. S. **Indicações geográficas no Brasil: possibilidades para os produtores inseridos na área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã.** Dissertação de mestrado. Santa Maria: PPGExR/ UFSM, 2008.

VIVACQUA, M., VIEIRA, P. F. **Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação.** In; Política & Sociedade N.7. Florianópolis: UFSC, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso, GERHARDT, Marcos. **Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul.** In: Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso. Org, Althien Teixeira Filho, Pelotas: Semapi, 2009.

ANEXO A – Roteiro de informações para entrevista de informantes

A caracterização Agroecológica e socio-econômica da região.

a) Caracterização das condições naturais

1. Tipo de solo:

- Manchas de solo:
- Afloramento de rochas:
- Tonalidades de cor:
- Diferenciação das áreas cultivadas: campo fino, campo grosso e arroz:
- locais alagados:
- locais de banhados:

2. Relevo:

- cerros:
- cochilhas:
- Várzeas:
- Grota (corgo):

3. Hidrografia:

- distribuição chuvas no ano:
- registro de enchentes:
- temporais e granizos:
- locais onde a seca é mais severa:
- quais os rios que atoram:
- onde tem fontes e vertentes de água:
- locais ruim de água:
- onde são os passos:

4. Clima:

- divisão das estações:
- interverência nas culturas e na criação de animais:
- severidade do inverno e do verão (frio):

5. Recursos Naturais.

- tipo de explorações: madeira, pedreira, carvão, caça e pesca (tipos de animais abatidos);
- belezas naturais:
- ação de impacto no ambiente:

A Evolução do Sistema Agrário:

- Os diferentes períodos de ocupação agrícola (colonização e linha do tempo):
- Os principais ciclos econômicos (impactos sociais, ambientais e econômicos):
- O estabelecimento das bases econômicas regionais atuais: áreas arrendadas, que é, de onde vieram, como se estabeleceram as atuais atividades econômicas.
- As atuais tendências:
- O período recente, os aspectos de crise e de prosperidade, as causas da diferenciação entre os agricultores

Condições Socio-econômicas:

1. As bases econômicas:

- existe diversificação:

Indústria: beneficiamento de arroz, pedreiras, carvão, madeira, artesanatos, processamento de alimentos,

Serviços: alambrador, tropeiro, esquilador, domador, turismo, transporte, assalariados temporários, saúde, educação, eletrificação,

Agricultura: caracterização das atividades mais importantes e distribuição geográficas (o que mais pesa no valor bruto da produção, por região). Identificar condições diferenciadas.

Criação da APA:

2. Mercado e comercialização (venda e compra por produtos e equipamentos necessários para a produção):

- aspectos problemáticos (transporte, preço, armazenamento):

- potencialidades: novos produtos, ampliação dos já existentes,

- associativismo e cooperação:

3. Demografia:

- variação populacional (êxodo rural):

- sexo e idade:

- Diferenças regionais (onde esta concentrada o maior número de pessoas):

- juventude:

4. Estrutura fundiária:

- Tamanho e representatividade: proprietários, meeiros, arrendatários (acesso a terra);

- diferenças regionais, por localidade:

- percentagens de estabelecimentos e de áreas (participação de cada estrato na totalidade):

5. Infra-estrutura:

- Acessos viários (transporte): diferentes opções: quantidade e qualidade.

- eletricidade: quantas casas não possuem e onde se encontram nas localidades.

- comunicações: tipos.

- armazenamento de produtos.

6. Educação e Saúde:

- Tipos de serviços: onde busca,

- Educação e saúde formal e não formal (bensedeiros, arrumador de assos),

7. Serviços e Instituições de apoio agropecuário:

- Assistência técnica: quais são e como atuam (as ações).

- Pesquisa (quais e quem faz):

- Crédito: se acessam, como e onde e qual a frequência.

8. Organização dos agricultores (onde e abrangência):

- Sindicatos,

- Associações,

- Cooperativas,

- clubes sociais,

Caracterização e tipificação dos Agricultores e moradores: Tipologia

Possíveis critérios para a tipologia:

1- Caracterização dos estabelecimentos rurais:

- só para moradia,
- assalariados,
- aposentados,
- agricultura familiar,
- agricultura patronal,
- comerciantes,
- industriais,
- prestação de serviços,
- unidades de lazer,

2- Tipo e combinações de Atividades Econômicas:

- atividades produtivas:

3- Tamanho das explorações

4- Tipos de tração/motorização

5- Quantidade de Mão de Obra

ANEXO B – Roteiro de informações para entrevista nos Sistemas de Produção

Dados necessários para análise

- Econômicos:

Gestão

Distribuição da mão-de-obra, aproveitamento das estruturas, recursos capitais e naturais, atividades produtivas e reprodutivas.

Composição das entradas

Comercialização – produtos e destino

Aposentadorias – tipo e membros beneficiados

Assalariamento, prestação de serviços – tipo e membros envolvidos

Outros benefícios...

Composição das saídas

Insumos das produções vegetais e animais

Gastos familiares

Transporte

Saúde

Luz

Salários

ITR

Funrural

Arrendamento

Moradia na cidade...

- Ambientais

Influência do ecossistema no modo de produzir e reproduzir-se

Importância atribuída à caça ou à coleta (alimentação, lazer, costume, etc.)

Conhecimento sobre o campo nativo, a mata aluvial, demais espécies vegetais e animais.

Relação com os fenômenos naturais: seca, geadas, enchentes, ventos.

- Relações sociais

Em que postura se coloca diante de outras categorias sociais.

A visão sobre a estância.

Caracterização dos ambientes e formas de convívio.

Roteiro de perguntas:

Conheces a história do local, dos primeiros moradores?
Havia grandes estâncias? Onde?
Desde quando a sua família (gerações passadas) se encontra no local ou na região?
Com o que trabalhavam?
Como vieste trabalhar aqui onde atualmente fica o estabelecimento?
Quem são as pessoas que atualmente vivem aqui?
Há outras pessoas, exceto a família que trabalham na unidade? De onde são? (Se for da localidade, toma-se como referência para entrevista)
Possuem casa na cidade?

Quais as atividades desenvolvidas no seu estabelecimento? (Quantidade de animais e área de cultivos)

Como a família divide o serviço? (Atividades e remunerações)
Há fontes de remuneração externas à propriedade, quais?

Qual atividade gosta mais de fazer?

Qual a rotina diária? (cada membro: horários, trabalho, refeições)
Como são os finais de semana?
Quando e onde acontecem as festas?
Quem costuma ir?

Que épocas do ano são as mais difíceis?
Quais as alternativas encontradas?
E as épocas mais apertadas de serviço? (Atividades desenvolvidas: manejo de culturas, criações)

Como é feito o manejo do gado? (Técnicas, insumos utilizados, sistema de criação, plantel, destino, remuneração, frequência de vendas). Que raças são utilizadas nos cruzamentos?
Compra alimentação para os animais de fora da unidade?
E o manejo das culturas? (espécies, plantio, tratamentos culturais, colheita, destino da produção, remuneração).
Quais os locais destinados para cada atividade, na propriedade? (estrutura disponível, divisão das glebas)
Quais são as áreas consideradas melhores? Por quê? Tem manejo diferenciado?
Quais são as espécies identificadas em cada uma?

(Se possível, percorrer o terreno.) Fazer croqui da área, explicando o funcionamento.

ANEXO C – Planilha de origem dos dados para análise estatística

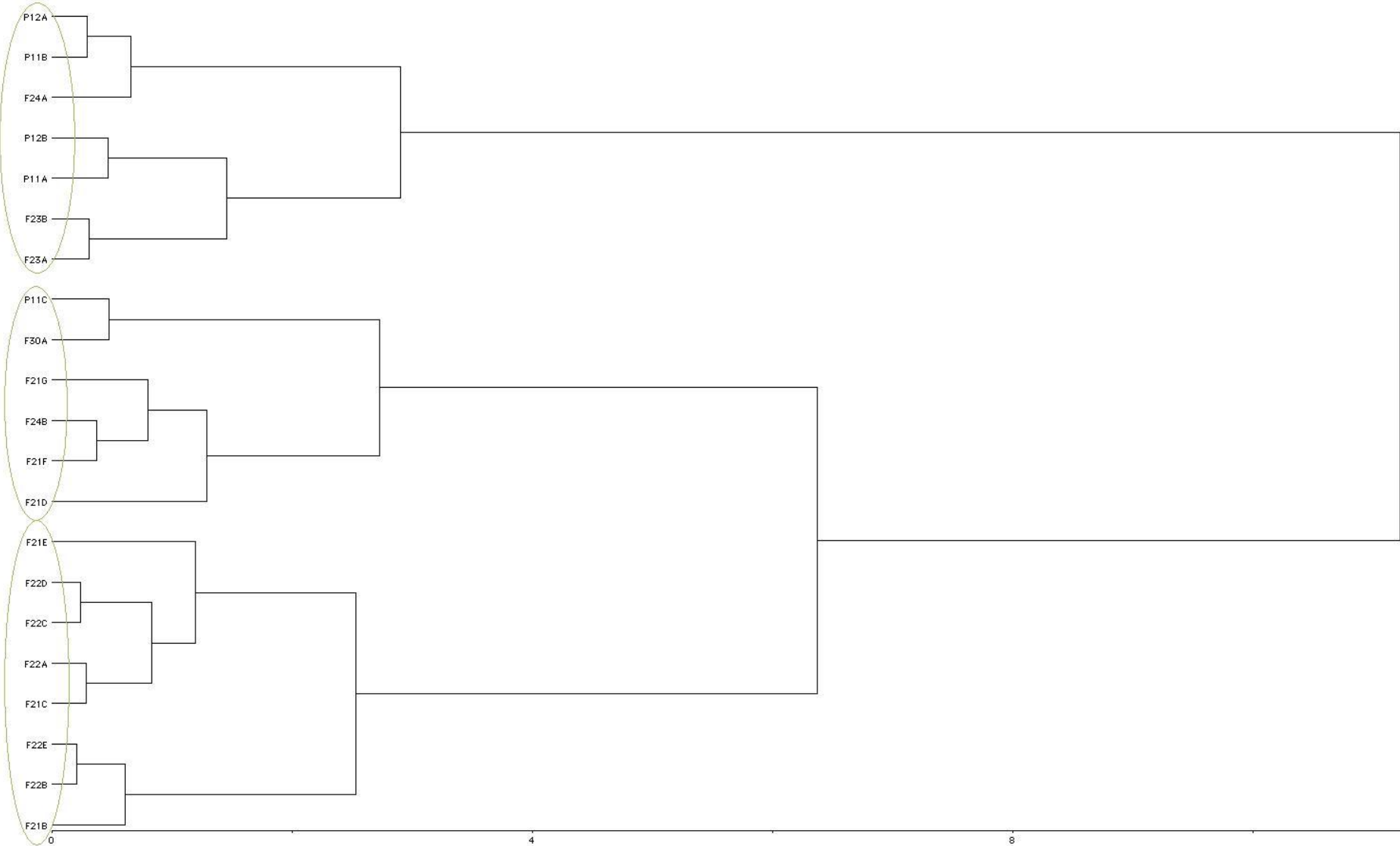
Tipo	Sispr	papro	paarr	paaro	atota	aprop	aarre	S A U	apubl	aorig	nubov	unbov	ia	nuov
F21B	1	76,92	23,08	0,00	39,00	30,00	9,00	35,00	0	5	32	380,88	1	150
F21C	1	66,67	33,33	0,00	45,00	30,00	15,00	36,75	1	4	30	15,11	1	80
F21D	1	41,00	0,00	0,00	41,00	41,00	0,00	40,00	0	5	90	59,51	0	210
F21E	1	100,00	0,00	0,00	7,00	7,00	0,00	7,80	0	3	3	3	1	22
F21F	1	98,18	0,00	0,00	55,00	54,00	0,00	52,00	1	1	74	49,89	1	86
F21G	1	98,87	0,00	0,00	88,50	87,50	0,00	82,50	1	1	97	59,78	1	0
F22A	1	64,00	32,00	0,00	25,00	16,00	8,00	17,75	1	3	12	9,15	1	54
F22B	1	96,00	0,00	0,00	25,00	24,00	0,00	20,00	1	5	35	31,44	1	33
F22C	1	95,93	0,00	0,00	24,60	23,60	0,00	10,40	1	1	4	3,7	1	113
F22D	1	99,16	0,00	4,24	119,00	118,00	0,00	111,70	1	3	41	16,4	1	150
F22E	1	62,65	36,14	0,00	83,00	52,00	30,00	79,00	1	1	70	48,56	1	54
F23A	1	61,32	38,29	0,00	256,77	157,45	98,32	248,37	1	4	240	184,31	0	177
F23B	1	99,62	0,00	0,00	262,00	261,00	0,00	259,00	1	1	117	94,56	0	246
F24A	2	22,54	61,04	16,42	517,70	116,70	316,00	507,70	1	1	215	99,89	0	60
F24B	1	41,84	57,95	0,00	478,00	200,00	277,00	425,00	1	1	490	389,6	1	423
F30A	4	71,43	0,00	0,00	3,50	2,50	0,00	1,70	1	1	0	0	1	0
P11A	2	85,59	14,27	0,00	701,00	600,00	100,00	692,00	1	4	629	457	0	899
P11B	2	99,95	0,00	0,00	2078,30	2077,30	0,00	1945,00	1	4	2024	775,31	0	350
P11C	3	0,00	99,62	0,00	261,00	0,00	260,00	255,00	1	6	0	0	1	0
P12A	2	99,96	0,00	0,00	2643,00	2642,00	0,00	2352,00	1	1	1600	1244,89	0	2950
P12B	2	99,77	0,00	0,00	436,00	435,00	0,00	395,50	1	1	417	296,2	1	244

aptov	unov	nueq	uneq	utot	utoth	ave	mel	suino	qpast	campn	campm	pcult	babov	baov	hort
1	12,7	7	6,2	399,78	11,42	0	0	0	2	29	0	1	1	1	0
1	6,2	10	8,4	29,71	0,81	0	1	1	1	35,12	0	0	1	1	0
1	15,9	3	2,5	77,91	1,95	0	1	0	1	89	0	0	1	1	0
1	2,5	1	0,8	6,3	0,81	0	0	1	3	7,7	0	0,08	1	1	0
1	5,2	4	3,37	58,46	1,12	0	0	0	1	48	0	0	0	0	0
4	0	3	2,53	62,31	0,76	0	0	0	1	82,4	0	0	1	1	0
3	4,8	1	0,6	14,55	0,82	0	1	1	3	17,6	0,35	0	1	1	0
1	6,58	2	1,68	39,7	1,99	0	1	1	1	15,2	3	0	1	1	0
1	8,9	6	5,06	17,66	1,70	0	1	1	1	10,3	0	0	1	1	0
1	13,3	5	4,2	33,9	0,30	0	1	1	1	111	0	0	1	0	1
3	4,56	6	5,06	58,18	0,74	0	1	0	3	76	0	1	1	1	0
3	11,42	7	5,91	201,64	0,81	0	1	0	3	234,37	11	0	0	1	0
1	22,13	22	18,57	135,26	0,52	0	1	0	1	252	0	3	0	0	0
2	13,5	5	4,2	117,59	0,23	0	1	1	2	503,7	0	4	0	1	1
1	35,2	9	6	430,8	1,01	0	1	0	2	415	0	10	0	0	0
4	0	0	0	0	0,00	0	0	1	4	0	0	0	1	1	0
3	51,92	15	12,6	521,52	0,75	0	1	0	3	626	60	0	0	1	0
2	23,5	10	8,4	807,21	0,42	1	1	1	3	0	1783,36	119	0	0	1
4	0	0	0	0	0,00	1	1	1	4	0	0	0	1	1	1
3	275,5	120	80	1600,39	0,68	1	1	1	2	2042	0	300	0	0	1
1	23	8	6,75	325,95	0,82	0	1	0	2	274,5	20	70	0	0	0

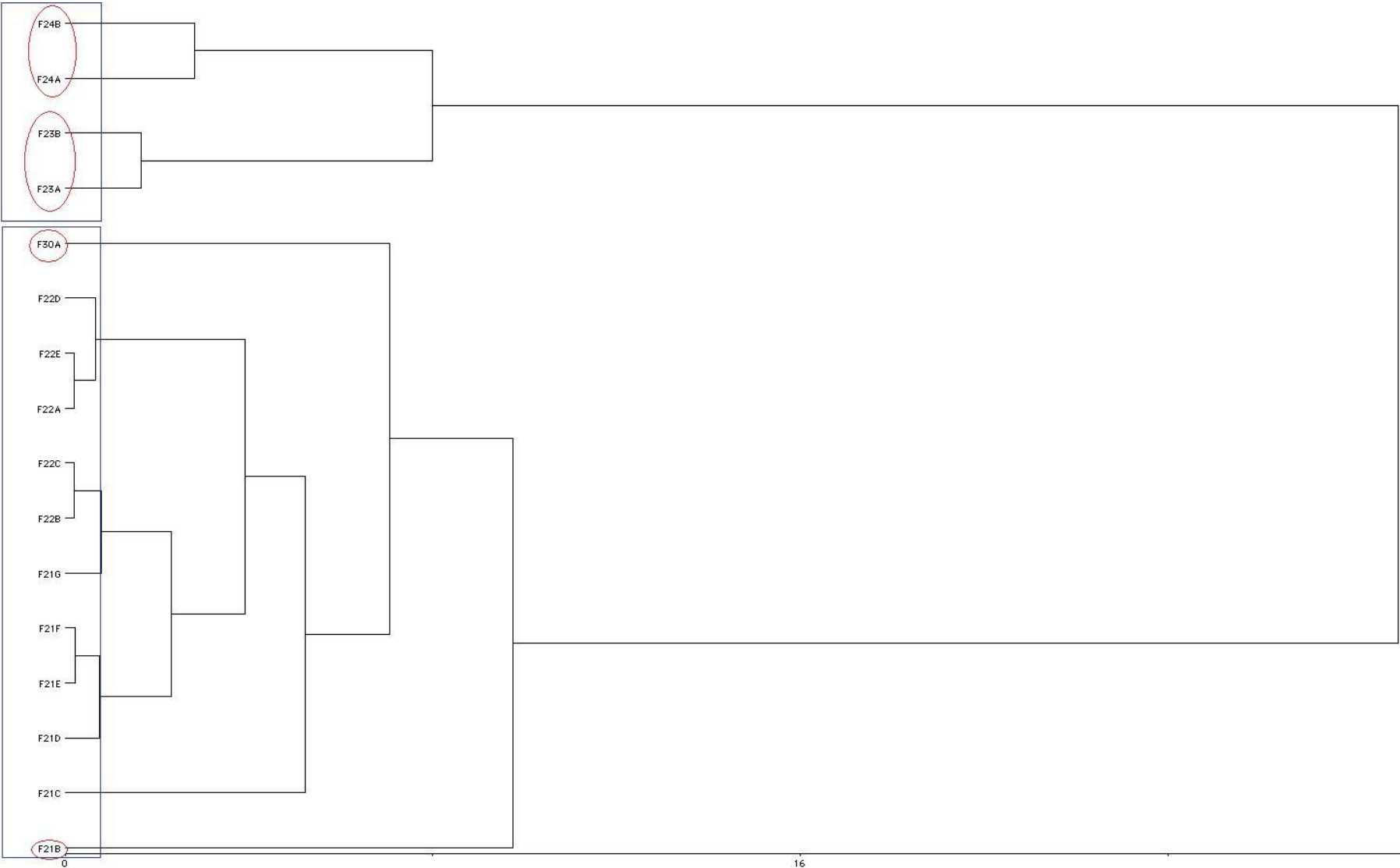
hortc	trat	eletr	h20en	trans	bahum	nupes	numof	após	peapos	numoc	ormoc	trose	munic	escol
1	1	1	0	2	0	1	1	0	73,91	0	3	1	2	1
1	1	1	0	2	1	6	3,75	1	0,00	0	3	0	1	1
1	1	0	0	1	0	3	1,5	1	0,00	0	3	0	3	1
1	1	0	1	2	1	4	2	1	0,00	0	3	0	3	1
1	0	0	0	3	0	4	1,25	1	0,00	0	3	0	4	1
1	1	0	0	1	0	4	1,75	0	28,30	0	3	0	4	2
1	1	1	1	2	1	2	1,25	0	54,33	0	3	0	2	1
1	1	1	0	3	0	2	1,5	0	42,10	0	3	1	1	1
1	1	0	1	2	1	2	1	0	36,39	0	3	1	3	1
1	1	1	1	2	1	2	1,5	0	57,84	0	3	1	1	1
1	1	1	0	3	0	3	1,25	0	50,83	0	3	1	1	1
1	0	1	0	1	0	4	2,25	1	0,00	0	3	0	1	2
1	0	1	0	1	0	4	2,75	1	0,00	0	3	1	1	2
1	1	1	0	1	0	1	1	1	0,00	0	3	1	1	4
1	1	0	0	1	0	3	2	0	25,64	0	3	0	2	1
0	1	0	0	2	0	1	1	1	0,00	0	3	1	2	3
1	0	0	0	1	0	3	1,5	0	13,85	1	1	1	1	1
1	0	0	0	1	0	7	1	1	0,00	6	1	1	1	4
1	0	0	0	1	0	7	0	1	0,00	6	2	1	4	3
1	0	0	0	1	0	7	1,6	1	0,00	3	2	1	2	4
1	0	0	0	1	0	7	1,25	0	13,71	2	1	1	3	3

regl	reagr	repme	reha	vab	vabmo	val	valha
15489,44	9288,44	774,04	442,56	10575,08	10575,08	10346,72	295,62
12799,14	11799,14	163,88	348,28	13392,50	3571,33	13246,59	360,45
16627,58	10987,58	305,21	415,69	16214,00	10809,33	15247,58	381,19
8030,78	8030,78	167,31	1029,59	8116,20	4058,10	8053,28	1032,47
11218,90	10978,90	228,73	215,75	12087,17	9669,73	11571,62	222,53
40450,64	22330,64	465,22	490,31	23732,80	13561,60	23385,74	283,46
10535,53	10535,53	438,98	593,55	5484,50	4387,60	5347,48	301,27
27195,36	15747,36	656,14	1359,77	16974,90	11316,60	16338,62	816,93
15731,72	10007,72	416,99	1512,67	10125,00	10125,00	10046,87	966,05
9895,64	4171,64	173,82	88,59	4642,00	3094,67	4339,49	38,85
11260,32	5536,32	153,79	142,54	10743,05	8594,44	10439,04	132,14
31803,36	31803,36	662,57	128,05	42450,20	18866,76	41176,25	165,79
24846,34	24846,34	517,63	95,93	26241,80	9542,47	25512,34	98,50
10366,96	8354,16	696,18	20,42	37505,85	37505,85	36940,35	72,76
44656,46	33208,46	922,46	105,07	68432,70	34216,35	67870,19	159,69
5803,66	3643,66	303,64	3413,92	3778,00	3778,00	3763,96	2214,09
82628,54	71180,54	1977,24	119,41	85746,50	34298,60	84702,83	122,40
182883,77	182883,77	2177,19	94,03	291981,01	41711,57	288562,86	148,36
51292,29	51292,29	4274,36	201,15	344365,00	57394,17	336422,29	1319,30
64708,45	53908,45	1123,09	27,51	69968,80	15210,61	68129,95	28,97
83486,45	77846,45	1297,44	211,09	81449,25	25061,31	80140,56	202,63

ANEXO D – Dendrograma das variáveis qualitativas e binárias nas 21 unidades estudadas

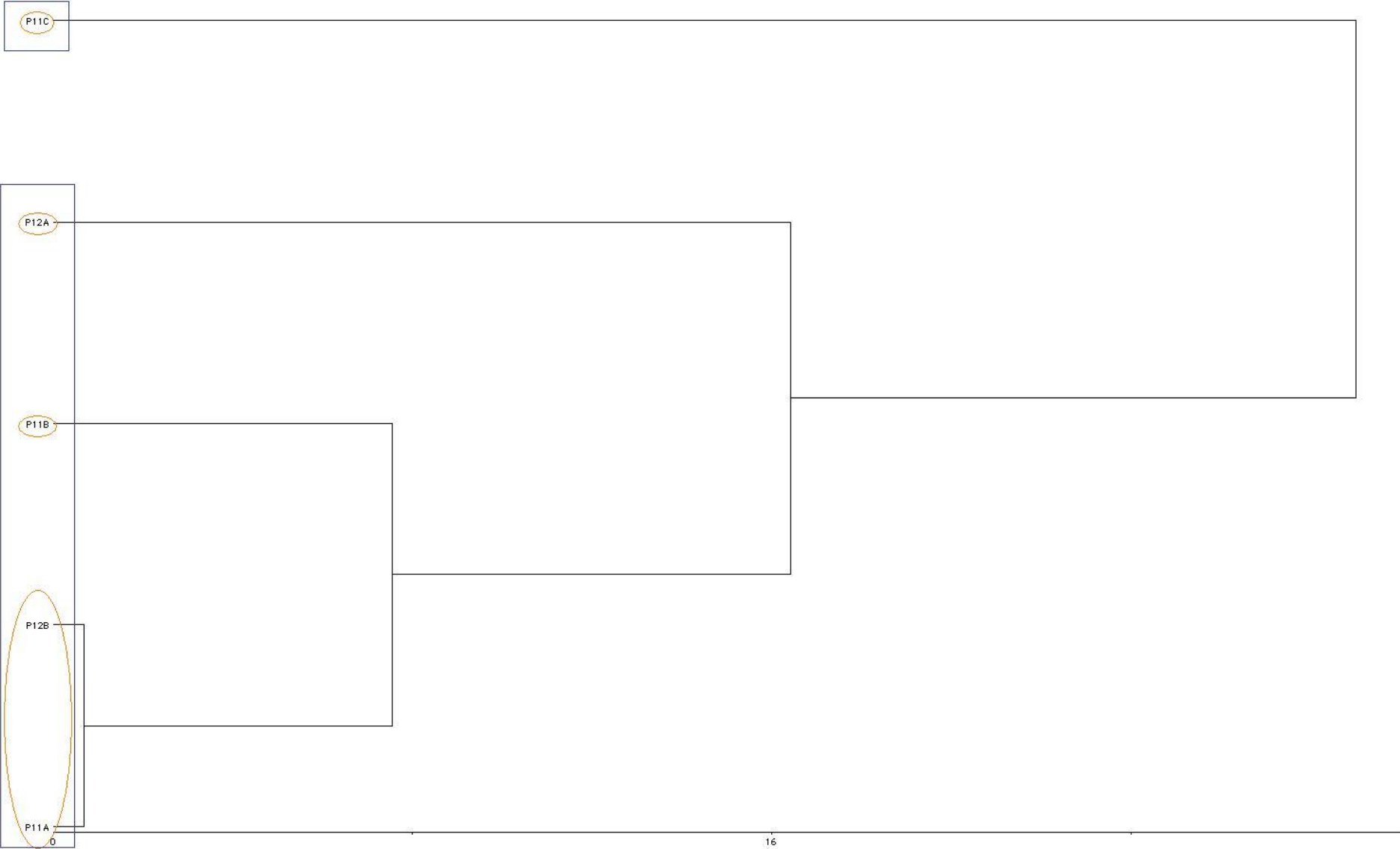


Dados: qualibin.txt Tipo: (5) mistos 21 unid., 23 var.
Agrupamento de unidades
Transf. escalar: (0)nenhuma
Vetorial: (0)nenhuma
Semelhança: (5)índice de Gower, (1)entre unidades amostrais
Agrupamento: (3)soma de quadrados (Ward)
Thu Sep 9 17:03:51 2010



Dados : quantifami.txt Tipo: (2) quantitativos, escalas diferentes 16 unid., 30 var.
Agrupamento de unidades
Transf. escalar: (0)nenhuma
Vetorial: (5)centralizacao e normalizacao, dentro de variaveis
Semelhanca: (2)distancia euclidiana, (1)entre unidades amostrais
Agrupamento: (3)soma de quadrados (Ward)
Thu Sep 9 17:08:10 2010

ANEXO F – Dendrograma das variáveis quantitativas nas unidades patronais



Dados: quantipatro.txt Tipo: (2) quantitativos, escalas diferentes 5 unid., 30 var.
Agrupamento de unidades
Transf. escalar: (0)nenhuma
Vetorial: (5)centralizacao e normalizacao, dentro de variaveis
Semelhanca: (3)distancia euclidiana, (1)entre unidades amostrais
Agrupamento: (3)soma de quadrados (ward)
Thu Sep 9 17:09:52 2010